

# Diário do Legislativo de 23/06/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PCdoB) e Maria Tereza Lara (PT)

LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB), Dinis Pinheiro (PL) e Paulo Piau (PP)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente  
Piau

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP  
Coelho

Deputado BPSB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PCdoB

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado PPSB  
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL  
Moreira

Deputado Doutor PFL  
Viana

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PCdoB

Deputado Dimas PP  
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Bonifácio Mourão

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado BPSB  
Ermano Batista

Deputado BPSB  
Leonídio Bouças

Deputada Maria Bloco  
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado PL  
Leonardo  
Moreira

Deputado PFL  
Gustavo  
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco  
Prado PT/PCdoB

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa BPSB Vice-Presidente  
Lucas

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Antônio Júlio PMDB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB  
Avelar

Deputado Miguel BPSB  
Martini

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputado Jayro PL  
Lessa

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco  
Ângelo PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto PL Vice-Presidente  
Ramos

Deputado Marcelo BPSB  
Gonçalves

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdoB

Deputado PMDB  
Gilberto Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Bloco  
Campos PT/PCdoB

Deputado Sidinho do BPSB  
Ferrotaco

Deputado Fahim BPSB  
Sawan

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSB Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Leonídio BPSB  
Bouças

Deputado Weliton Bloco  
Prado PT/PCdoB

Deputado Sidinho BPSB  
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputado Dalmo BPSB  
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSB

Santiago

Deputada Maria Tereza Lara Bloco PT/PCdoB

Deputado Alberto Bejani BPSP

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista BPSP Presidente

Deputado Jayro Lessa PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Doutor Viana PFL

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton BPSP

Deputado Neider Moreira BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Elmiro Nascimento PFL

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente  
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado Fábio BPSP  
Avelar

Deputado José BPSP  
Milton

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Chico PMDB  
Rafael

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente  
Quintão PT/PCdoB

Deputado PFL Vice-Presidente  
Gustavo Valadares

Deputado BPSP

Deputado João PL  
Bittar

Deputado PMDB  
Leonardo Quintão

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PCdoB

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PP Presidente

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente  
João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP  
Humberto Carneiro

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Doutor PFL  
Viana

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco  
Haueisen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente  
Olívia

Deputado Bloco Vice-Presidente  
Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado BPSP  
Djalma Diniz

Deputado PL  
Antônio Genaro

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim BPSP  
Sawan

Deputado Durval Bloco  
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Gil PP  
Pereira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente  
Ricardo Duarte PT/PCdoB

Deputado BPSP Vice-Presidente  
Fahim Sawan

Deputado BPSP  
Carlos Pimenta

Deputado BPSP  
Neider Moreira

Deputado Célio PL  
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco  
Simões PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSP  
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSP  
Helvécio

Deputado Arlen BPSP  
Santiago

Deputado Roberto PL  
Ramos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPSB Presidente

Deputado Alberto Bejani BPSB Vice-Presidente

Deputado Leonardo Moreira PL

Deputado Maia Zé BPSB

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Santiago Arlen BPSB

Deputado Passos Márcio PL

Deputado BPSB

Deputado Godinho Olinto BPSB

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani BPSB Presidente

Deputada Campos Marília Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente

Deputado Gonçalves Marcelo BPSB

Deputado Quintão André Bloco PT/PCdoB

Deputado Nascimento Elmiro PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Passos Márcio PL

Deputada Maria José Bloco  
Haueisen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPS  
Resende

Deputado Padre João Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado Gil PP  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sidinho do BPS  
Ferrotaco

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente  
Paulo Cesar

Deputada BPS Vice-Presidente  
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco  
Rocha PT/PCdoB

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Chico Rafael PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Nascimento Elmiro PFL

Deputado BPSP

Deputado Augusto Laudelino Bloco  
PT/PCdoB

Deputado Genaro Antônio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS

Deputado Dalmo PSDB Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Biel PT  
Rocha

Deputado Célio PL  
Moreira

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Padre PT  
João

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Leonídio PTB  
Bouças

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Sidinho do PSDB  
Ferrotaco

Deputado José PMDB  
Henrique

Deputada Ana Maria PSDB  
Resende

Deputada Maria PT  
Tereza Lara

#### OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

1.1 - 21ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

1.2 - 23ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da Primeira Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

1.3 - 43ª Reunião Ordinária Interrompida da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

##### 1.4 - Reunião de Comissões

##### 2 - ORDENS DO DIA

###### 2.1 - Plenário

###### 2.2 - Comissões

##### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

###### 3.1 - Plenário

###### 3.2 - Comissões

##### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### 6 - ERRATA

#### ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/6/2004

Presidência do Deputado Mauri Torres e da Deputada Ana Maria Resende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Sra. Suely de Oliveira - Palavras do Subsecretário João Batista de Oliveira - Palavras do Secretário Paulo Bregunci - Palavras da Sra. Luziana Lanna - Palavras da Sra. Margarida Vieira - Palavras da Sra. Jacqueline Pitanguy - Palavras da Sra. Nalu Faria - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Apresentação de dança - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Jô Moraes - João Leite - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Deputada Jô Moraes, representante desta Casa no Conselho Estadual da Mulher; e Suely de Oliveira, Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas; os Exmos. Srs. Paulo Bregunci, Secretário de Estado de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; e João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; e as Exmas. Sras. Luziana Lanna, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Margarida Vieira, cientista política e professora de História da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE -; Jacqueline Pitanguy, Coordenadora da Organização não Governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - CEPIA -; Nalu Faria, representante da Marcha Mundial de Mulheres no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Deputada Federal Maria do Carmo Lara; Maria Elvira, membro do Conselho Estadual da Mulher e Presidente do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; e das Deputadas Marília Campos, Maria José Haueisen e Maria Tereza Lara.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença das Sras. Maria Cecília Diniz Nogueira, representando a Reitora da UFMG, Profa. Ana Lúcia Gazzola; Lília Mascarenhas, do Conselho Estadual da Mulher Empreendedora, da FEDERAMINAS; Maria Auxiliadora Lopes, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil; Vereadora Maria Lúcia Scarpelli; Regina Coeli, Vereadora em Matozinhos; da Vereadora de Uberaba Marilda Ribeiro Resende; Registro ainda a presença da Sra. Lília Mascarenhas, Presidente do Conselho Estadual da Mulher Empreendedora, que faz parte da FEDERAMINAS; da Sra. Maria Auxiliadora Chaer Lopes, Presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária, da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil; da Sra. Maria do Céu Paixão, representando a Deputada Lúcia Pacífico, que está adoentada; da Sra. Marlene de Souza Costa, Vice-Prefeita de Piumhi; da Sra. Leny Campos, Vereadora de Itaú de Minas; da Sra. Ivani Mariana, única Vereadora de Santa Luzia; da Sra. Branca de Castilha, Presidente da UVEMIG e Vereadora em Ouro Branco; e da Vereadora Liza Prado, Vice-Presidente da Câmara de Uberlândia e Presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Registramos a presença de Ana Guerra e Raolina, historiadoras de Poços de Caldas; da Sra. Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante, da Editora Persona; e da Dra. Maria Dirce Mendonça, Presidente do Capítulo Brasil, do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; da Dra. Sônia Parma, Delegada de Polícia e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos para a Mulher de Juiz de Fora; da Sra. Maria Elizabeth Moreira Nunes, Presidente da Organização Social de Defesa e Articulação de Saúde, de Contagem; e das Vereadoras Lourdinha Siqueira, de Delfim Moreira; Soninha Melgaço, Presidente da Câmara de Unai, e Maria José, Presidente de Honra do Conselho Municipal da Mulher, de Contagem; da Sra. Cida Moraes Ribeiro, Prefeita de Virgínia; Denise Pacheco, representando a Secretária Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, das Sras. Matilde Ribeiro; Lisete Beatriz Ribeiro Souza, da OAB-Mulher-MG; Zilda Helena dos Santos Vieira, Vereadora de Conselheiro Lafaiete; Patrícia Cipriano, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Betim; Maria de Lourdes Souza, Presidente da Câmara Municipal de Manga; das Vereadoras de Machado Marlene Monteiro Pereira, Leny Moraes Oliveira, membros da Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Municipal de Machado; da Sra. Elzy Rodrigues Silva Prado, Vereadora à Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas; da Sra. Margarete Ribeiro de Araújo, representando a Coordenadora Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte; da Sra. Regina Pereira, Presidente da Associação das Mulheres de Juiz de Fora; da Sra. Elisa Costa, ex-Vereadora à Câmara Municipal de Governador Valadares, representando, neste ato, o Ministro Patrus Ananias, e de Edna Sarmento, Vereadora à Câmara Municipal de Salinas; da Sra. Cida Umbelino, do Pró-Mulher de Barbacena; e de Zélia Lúcia Lima, da Secretária-Geral da CUT Regional da Zona da Mata.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, realização conjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. A Conferência tem os seguintes objetivos: propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, eleger delegados e delegadas que representarão o Estado na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborar relatórios sobre o tema proposto e encaminhá-lo à comissão organizadora da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em cumprimento à etapa estadual.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional que será interpretado pela Sra. Luziana Lanna.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece a presença e a participação de todas as mulheres nesta I Conferência Estadual, preparatória para a conferência nacional; das ilustres Deputadas Ana Maria Resende, Jô Moraes, Maria José Haueisen, Marília Campos e demais colegas que certamente comparecerão aos debates; da ex-Deputada Estadual e Federal Maria Elvira; e do nosso querido Subsecretário de Direitos Humanos, ex-Deputado desta Casa, João Batista, sempre atuante nesta luta.

Ressaltando a importância desta conferência e agradecendo a oportunidade de fazer a abertura deste evento, desejo felicidades e sucesso a todas. Muito obrigado.

## Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Esta conferência, promovida conjuntamente pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e pelo Conselho Estadual da Mulher, com apoio das entidades representadas na comissão organizadora, tem como principais objetivos: propor diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e eleger delegadas para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que acontecerá em Brasília, nos dias 15, 16 e 17 de julho.

O evento que estamos iniciando faz parte de uma mobilização nacional preparatória para a conferência de Brasília, que é uma das iniciativas mais importantes deste ano dentro da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no País. As exposições, os debates e as

propostas aqui apresentadas ganham um significado ainda maior pelo fato de o ano de 2004 ter sido instituído, por lei federal, como o Ano da Mulher no Brasil.

Nas datas em que vêm à tona os temas a serem tratados neste encontro, como o Dia Internacional da Mulher, alguns órgãos de imprensa costumam focalizar, em reportagens especiais, os avanços que as mulheres têm conseguido no País, em diversas áreas, como a expressiva presença nas universidades, a ocupação de alguns cargos de ponta no setor público e nas empresas privadas e a crescente participação institucional na política, principalmente nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Costuma-se ressaltar, nessas ocasiões, a competência das mulheres no exercício de funções antes reservadas apenas aos homens, fruto de qualidades e habilidades a elas inerentes, como dedicação, capacidade de organização, intuição e sensibilidade para compreender e resolver problemas. Em tais reportagens, até se utilizam títulos que tentam passar ao leitor a idéia de que as mulheres estão, entre aspas, tomando o lugar dos homens.

Se matérias jornalísticas dessa natureza têm o mérito de chamar atenção para a capacidade das mulheres de fazer o que fazem os homens, com igual ou maior competência, em qualquer atividade política, econômica ou social, essas matérias geralmente deixam de dizer que a grande maioria da população feminina ainda enfrenta situações de desigualdade.

Pesquisas oficiais mostram, por exemplo, que, apesar do expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o valor médio dos salários pagos às mulheres em Minas Gerais não chega a 70% do que é pago aos homens; que as mulheres ocupam a grande maioria dos empregos domésticos, caracterizados pelo desprestígio e pela baixa remuneração; e que, por outro lado, são minoria nas indústrias, em que já foram conquistados mais direitos trabalhistas e previdenciários.

Mostram também as pesquisas, no plano político, que as mulheres ainda estão longe de alcançar, em nosso Estado, a participação mínima de 30% que lhes é assegurada por lei nas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos ou pelas coligações de partidos, apesar de constituírem mais da metade do eleitorado mineiro. Como consequência, sua participação nas Casas Legislativas e no Poder Executivo ainda é claramente inferior. Nesta Casa, por exemplo, foram eleitas, no último pleito, apenas 10 Deputadas, em um universo de 77 parlamentares. Da mesma forma, em 2000, elegeram-se somente 42 Prefeitas nos 853 municípios do Estado.

Sabemos que a mulher sofre discriminações em outras áreas, principalmente educação e saúde, e que é desrespeitada em muitas situações, como na veiculação de imagens depreciativas por órgãos de comunicação, especialmente em anúncios publicitários. Também é vítima de exploração sexual e é submetida a diversas formas de violência, particularmente a física. Nesse aspecto, para nosso desconforto, Belo Horizonte detém o título de Capital brasileira da violência doméstica contra a mulher.

Acrescente-se a esses dados o papel desempenhado pela mulher na grande maioria dos lares brasileiros, assumindo integralmente as tarefas domésticas, o que a obriga a manter dupla ou tripla jornada de trabalho; e ainda o fato de que, quando negra, indígena, pertencente ao meio rural ou a algum outro grupo social marginalizado, ela tende a ser duplamente discriminada.

O que se pretende, com esta conferência, é discutir tais questões e formular propostas para políticas públicas que visem eliminar toda forma de desigualdade que atinge a população feminina, em nosso Estado e em nosso País. O alcance desse objetivo pressupõe mudanças de comportamento e de mentalidade, para que as leis, os programas de Governo e as práticas cotidianas, em todos os segmentos da vida nacional, assegurem às mulheres todos os seus direitos e o pleno exercício de sua cidadania.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento, especialmente às entidades que participaram de sua organização, às autoridades e ao público presente, às expositoras e coordenadoras dos grupos de trabalho e às Deputadas Ana Maria e Jô Moraes, representantes da Assembléia Legislativa na Comissão Organizadora, às quais caberá a coordenação dos debates e da Plenária Final.

Agradecemos também às seguintes instituições que deram apoio indispensável à realização da conferência: Prefeitura de Belo Horizonte, CREA, COPASA-MG, Banco Central, Vilma Alimentos, Fundação Newton Paiva e Centro Universitário Newton Paiva.

Esperamos que, com a redução das discriminações e a devida valorização das mulheres, em todos os campos de convivência e de atividade, possamos caminhar para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária.

Hoje, para nós mulheres, é um dia de glória. Temos a certeza de que o Senhor está presente nesse salão garantindo o sucesso desse nosso encontro. Todas nós acreditamos num sonho e, por acreditar nesse sonho, estamos aqui. É o sonho de ver alterado esse nosso modelo social que penaliza todas nós, mulheres brasileiras. E a maior riqueza desse encontro é a diversidade que encontramos nesse salão. Encontramos mulheres novas, mulheres não tão novas, mulheres que vieram do Norte, do Sul, da zona rural, da zona urbana e todas elas abertas à transformação e, mais do que isso, abertas a serem instrumentos dessa transformação de que precisamos.

Quero falar agora com os homens presentes e com os homens que nos assistem pela TV Assembléia. Quero falar principalmente com os homens que têm filhas e que tem netas sobre o motivo de realizarmos esse encontro hoje.

Queremos garantir que as filhas desses homens, essas princesas, sejam tratadas com carinho. Sei que desejam e sonham um futuro de qualidade, um futuro promissor e de felicidade para todas. Que tenham amanhã realizado todo esse sonho. Quero pedir aos homens mineiros e brasileiros, que hoje nos escutam, que nos dêem as mãos, que abram seus corações, que estejam de verdade conosco, pois somente assim poderemos construir um futuro mais justo. Nesta reunião, vamos falar de amor, pois queremos construir a felicidade.

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria Resende) - Com a palavra a Sra. Suely de Oliveira.

#### Palavras da Sra. Suely de Oliveira

Em primeiro lugar, quero cumprimentar, na pessoa da Deputada Ana Maria Resende, todos os componentes da Mesa e as pessoas presentes, homens e mulheres, bem como justificar a ausência da Ministra Nilcéia Freire, que teve sua viagem ao México antecipada para hoje. Nós, da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, organizamo-nos para que pudéssemos comparecer a todos os encontros estaduais. Em decorrência dessa viagem, a Ministra, que deveria estar aqui hoje, não pôde comparecer. Pensando em todo o processo das conferências estaduais, a primeira coisa que temos de nos lembrar é que elas vão resultar na conferência nacional, convocada por decreto presidencial. A idéia é que, a cada dois anos, possamos ter uma conferência nacional sobre as políticas para as mulheres, visando a propor diretrizes para elas.

Cumprimento, ainda, a comissão organizadora, o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, o Conselho da Mulher, a Rede Feminista e todas as entidades dos movimentos das mulheres, que, juntos, realizam hoje a primeira conferência das mulheres mineiras. Esse processo é muito

rico. Comentava com a Deputada Jô e com minha companheira Analu Farias como esse processo pelo País inteiro está sendo rico e histórico. Estamos construindo a história das políticas para as mulheres pelo Brasil afora. Alguns Estados nunca haviam parado para discutir políticas para as mulheres. Vejo aqui o documento que o "Estado de Minas" fez sobre o perfil da mulher mineira. Isso significou envolver o Estado na elaboração dele. O governante, em geral, quando se elege, a primeira coisa que pensa é no povo, não entendendo que este é formado por homens e mulheres e que são muitas as diferenças entre eles. Na verdade, vivemos numa sociedade desigual. Vivemos numa sociedade em que as diferenças são refletidas como desigualdades. As conferências estaduais e a nacional vêm colocar o dedo na ferida; por isso, Deputada, acho que vão falar sobre amor, mas também de muitas dificuldades que as mulheres enfrentam. Vi aqui sete grupos de trabalho que vão discutir os temas mais diversos. Nesse universo, muitas questões dolorosas virão à tona.

Certamente, as 129 delegadas e delegados do Estado de Minas Gerais também levarão para o nosso Plano de Diretrizes as dificuldades e os sofrimentos que as mulheres mineiras passam, decorrentes da ausência de políticas públicas voltadas para elas.

Portanto, é com muita alegria que estou aqui. A Deputada tem toda a razão, pois muitas questões virão à tona. Cerca de 15 Estados já realizaram as suas conferências estaduais, como por exemplo os Estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Rondônia, Acre, Paraíba, etc. A nossa assessora, Beth Pereira, deve saber com maior exatidão qual o número de Estados que já realizaram conferências estaduais.

Apesar de todas as dificuldades para trazer as mulheres do interior, das zonas rurais, as donas de casa, as empregadas domésticas, as mulheres indígenas e as mulheres negras, resalto o nosso sucesso em conseguir reunir cerca de 1.200 mulheres para pensar e discutir políticas. Muitas delas nunca imaginaram que existem especificidades, embora constantemente vivenciem discriminações. Para elas a sociedade é assim mesmo.

No entanto, o Governo Lula quer mudar esse quadro. Prova disso é que na sua posse, no dia 1º de janeiro, um de seus primeiros atos foi criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, não só em decorrência de acordos e compromissos internacionais firmados com os movimentos de mulheres, mas, principalmente, pelo entendimento de que a sociedade, apesar de ser formada por homens e mulheres, é bastante desigual.

Assim sendo, desejo a todas vocês uma boa conferência, que este seja um trabalho muito produtivo e que vocês saiam daqui vitoriosas, elegendo as 129 delegadas rumo a Brasília. Sucesso e bom trabalho.

#### Palavras do Subsecretário João Batista de Oliveira

Bom-dia. É com grande felicidade que me vejo hoje sentado diante de tantas mulheres que, com garra e fibra, se reúnem para discutir um tema tão complexo e tão importante para a sociedade brasileira.

Gostaria de dirigir minha palavra a vocês a partir da perspectiva que me é mais cara: a dos direitos humanos. Acredito, piamente, que as questões das mulheres só poderão ser realmente enfrentadas com responsabilidade, pela visão dos direitos humanos como um instrumento de justiça social, que só se efetivará quando for tratado como uma rede de direitos marcados pela universalidade e pela indivisibilidade. Universalidade porque, para a titularidade desses direitos, basta a condição humana, exigível, por todos nós, a partir da dignidade humana tomada como conceito basilar dos direitos humanos. Indivisíveis porque esses direitos são complementares, não sendo possível alcançar seus objetivos de forma desarticulada. Não existe liberdade sem igualdade, nem igualdade sem liberdade.

Segundo o art. 18 da Declaração de Viena, de 1993, os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Não há como defender os direitos humanos sem defender o direito da metade da população mundial.

Se, num primeiro momento, a luta pela concretização dos direitos humanos foi marcada pela tônica da proteção geral, genérica e abstrata, com base em uma igualdade formal, nesse momento da luta as especificidades dos sujeitos de direitos estão em destaque e exigem respostas específicas e diferenciadas para cada um dos segmentos afetados.

A compreensão das diferenças como elementos essenciais a cada um dos seres humanos nos permite abordar as questões de gênero também nas construções acerca dos direitos humanos. Mais que isso, a contribuição das mulheres para a empreitada pela cidadania efetiva ajudou a fundamentar o entendimento de que o que se busca é uma igualdade que reconheça o valor das diferenças, sem que elas produzam ou acentuem desigualdades ou preconceitos. E mesmo nas discussões sobre os direitos humanos, a partir de uma perspectiva de gênero, é necessário saber incorporar novos recortes determinados pelas diferenças de cor, etnia, idade, orientação sexual, e outros.

Seria possível discorrer por horas a fio sobre cada um dos elementos da vida social que se constituem em violações dos direitos humanos das mulheres. Poderia falar de desigualdade salarial, de níveis alarmantes de desemprego entre as mulheres, das condições de trabalho, dos baixos índices de participação feminina na vida pública, das questões atinentes à violência contra a mulher, das mazelas da saúde pública, da desvalorização cultural das mulheres e de outros inúmeros temas importantes.

Contudo, conheço o material que vocês receberam quando aqui chegaram, e os dados e índices estão todos aí. Não me atrevo a discorrer sobre eles, até porque, apesar de poder falar sobre uma situação que conheço de perto, por maior que possa ser minha sensibilidade, seria prepotência de minha parte admitir que tenho a mesma condição que vocês de analisá-los ou comentá-los. Ninguém melhor do que as próprias mulheres para conhecer suas condições de vida. Afinal, são vocês que as experimentam na própria pele, no dia-a-dia de suas vidas, nos espaços de trabalho, na sociedade e em seus lares.

As palavras que gostaria de dirigir a vocês hoje são aquelas que apontam para o caminho que acredito ser o mais acertado para conseguirmos construir um país diferente para as mulheres. O momento que vivemos hoje, aqui, é indicativo desse caminho. Quando olho este Plenário e vejo tantas mulheres reunidas em torno da temática desta conferência, reconheço que é imenso o poder de mobilização de vocês. Aqui, vocês estão reunidas para discutir a realidade brasileira em seus diversos aspectos, as ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres, e ainda irão propor princípios e diretrizes para uma política nacional para as mulheres.

Mais ainda, sei que estiveram mobilizadas também em seus municípios de origem, mais de 250 em todo o Estado. Discutiram previamente o assunto e nos remeteram um material muito extenso e bastante claro sobre a realidade cotidiana das mulheres em Minas.

Acredito que esse seja o caminho, o caminho do diálogo, da troca de idéias, da apresentação de demandas, da mobilização social e da luta pela conquista de novos meios de efetivação da igualdade.

Nosso País só irá mudar sua cara na justa medida em que a sociedade civil, o empresariado e o Governo conseguirem assentar e discutir as questões que marcam o roteiro futuro que queremos para nossa Nação. Nosso País só vai ter a cara de seu povo se a sociedade civil conseguir organizar-se para fazer do Governo algo seu.

Considero essa tomada de poder pelo povo uma das urgências que enfrentamos em nossa sociedade, na atualidade.

Todos nós sabemos que os direitos humanos, ainda que formalmente assegurados, não se concretizaram. É preciso trabalhar para desenvolver políticas públicas que possam realmente promovê-los, e essas políticas só serão eficazes se elaboradas com a participação de seu destinatário final - no caso, vocês, as mulheres. É preciso que vocês tragam suas reivindicações, identificando as formas eficientes de atender as mulheres, sejam elas negras, indígenas, jovens, idosas, rurais, urbanas, heterossexuais ou homossexuais, portadoras ou não de deficiência.

Ao mesmo tempo, a despeito de todas as diferenças que possam existir, é necessário saber atender às demandas dessas mulheres de forma integrada e intersetorial, evitando a criação de guetos ou espaços de segregação.

É necessário fiscalizar os aportes de recursos públicos para o desenvolvimento nacional, seja ele social, econômico ou estrutural. É necessário entender quais investimentos são feitos e exigir do Governo sua efetiva aplicação.

Sabemos das dificuldades que decorrem do exercício do poder e acreditamos que a intenção de todos nós é a melhor possível, a despeito dos erros que possam vir a ser cometidos. Ao mesmo tempo, sei que são iniciativas como esta conferência que podem viabilizar mudanças no cenário político nacional. Contudo, é preciso discutir a possibilidade de as próximas conferências para mulheres serem, mais do que propositivas, deliberativas, como será este ano a Conferência Nacional de Direitos Humanos.

É preciso que cada um de nós se dedique às causas sociais, para que elas possam deixar sua condição de horizontes ideais.

Vivemos um momento propício a mudanças. É verdade que elas vêm acontecendo há vinte anos, mas estamos diante da oportunidade de potencializá-las, e isso só vai acontecer se aqueles que estão engajados nas questões sociais conseguirem trazer para a luta um contingente muito maior de pessoas que ainda se encontram imobilizadas, desarticuladas ou que não acreditam em seu poder de participação e transformação.

Finalmente, gostaria de retomar o assunto da integração dos Poderes e da sociedade para a realização de políticas sociais consistentes e dizer que esta conferência é um exemplo belíssimo da possibilidade concreta dessa articulação.

Foi a parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos -, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Conselho Estadual da Mulher e os movimentos sociais que viabilizou esse espaço de exercício democrático.

A Assembléia Legislativa, com sua dedicada equipe de profissionais, mais uma vez comprovou seu compromisso com o cidadão mineiro, não medindo esforços para estruturar cada um desses momentos que vamos compartilhar. Por isso agradeço a todos nas pessoas do Exmo. Sr. Deputado Mauri Torres e da Deputada Jô Moraes.

Posso assegurar-lhes que esta conferência só está acontecendo por causa do empenho pessoal de Deputadas e de suas assessoras, da equipe da Gerência de Projetos Institucionais, da equipe de Relações Públicas e Comunicação e de outras tantas instâncias desta Casa e também da nossa equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos.

Não com menos esforços, o Conselho Estadual da Mulher atendeu os diversos municípios que aceitaram o convite para a mobilização local. Viajaram por todo o Estado para levar, aos lugares mais distantes, palavras de força e organização. Mais do que isso, nos trabalhos da comissão organizadora, souberam movimentar o grupo de trabalho de forma sempre positiva, buscando de todas as maneiras possíveis dominar os obstáculos e a adversidade. Cumprimento o Conselho na pessoa de sua Presidente, Luzianna Lanna.

É necessário reconhecer o trabalho dos movimentos sociais, que, no seu papel de sempre exigir mais do Estado, souberam portar-se de forma respeitosa, trazendo a cada dia novas contribuições valorosas. Agradecemos, ainda, ao nosso Governador Aécio Neves, que deu todo o apoio para a realização desta conferência.

A cada uma de vocês a que me referi e a todas e a todos aqui presentes, meu agradecimento e minha admiração. Bons trabalhos e boas conquistas.

Para finalizar, quero dizer que a militância das mulheres é muito importante, principalmente nós, que atuamos na área de direitos humanos. Ajudem, incendeiem, pois só as mulheres sabem jogar água fresca no momento certo e apaziguar quando o mundo já perdeu seus caminhos. Um grande abraço e muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Subsecretário João Batista de Oliveira. Hoje, vamos falar de amor, felicidades e realizações. Precisamos criar condições necessárias para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

#### Palavras do Secretário Paulo Bregunci

Prezada Deputada Ana Maria Resende, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, senhores e senhoras, hoje trazemos uma mensagem pequena, porém do fundo do coração. Pela Secretaria, de forma muito eficaz, falou o Secretário João Batista, que, num trabalho conjunto com o Conselho Estadual da Mulher, presidido pela Dra. Luziana Lanna, vem desenvolvendo relevantes serviços. Agradecemos à comissão organizadora e à Presidente do Conselho Estadual da Mulher, que o vem conduzindo com muito dinamismo. Agradecemos ao Deputado João Leite, que não mediu esforços para o êxito deste evento. Este é o século da mulher, da mulher participativa em todos os movimentos da sociedade, da mulher que deixa de ser apenas solidária, reivindicando seus direitos de igualdade. Além das atividades extra-residência, a mulher administra sua casa de maneira eficaz. Parabéns a todos vocês e desejo-lhes bons trabalhos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Agradeço as palavras do Secretário Paulo Bregunci. Com a palavra, a Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Luziana Lanna.

Luziana, você, para mim, reflete esta última frase: "Agita e incendeia, porque só a mulher sabe a medida certa na hora de colocar água fresca e de apaziguar quando o mundo já perdeu seus caminhos". Essa é nossa Luziana Lanna, Presidente do Conselho Estadual da Mulher.

#### Palavras da Sra. Luziana Lanna

Bom-dia. Brava gente brasileira, bravas mulheres mineiras, hoje me sinto como He-man. Não sei se vocês se lembram do He-man de nossa

infância. Dizia uma frase importantíssima: "Eu tenho a força!". Hoje me sinto He-man. E vejo, neste dia, uma oportunidade única. Nunca tivemos, no Brasil, a possibilidade de encaminhar nossas propostas da forma como o Governo Federal estipulou. Achei que era imperdível. Quando fui convidada pelo Governador para assumir a Presidência do Conselho, minha visão era que precisaríamos estar fortes, unidas e unidos.

Quando falamos em sociedade, não estamos brigando pela mulher, pelos direitos da mulher. Não podemos nos esquecer de um dado importantíssimo. Mais de 50% das famílias de baixa renda e média renda no País são sustentadas por mulheres. São as chefes de família. Estamos falando do Brasil. E é por isso que me sinto muito forte.

Teremos a oportunidade de estar com expositoras maravilhosas, mulheres com uma trajetória de luta, de gestão do conhecimento na caminhada da mulher e de trabalhos prestados. Que esta manhã possamos deixar todos os outros problemas lá fora. Aquelas que vieram do interior, por favor, levantem as mãos. (- Pausa.) Vocês são a força de Minas. Que bom que vocês atenderam ao nosso apelo! Que bom que vocês estão aqui!

O material que nos enviaram foi muito bem preparado pela Assembléia Legislativa, pela SEDESE e pelo Conselho; enfim, por pessoas que procuraram captar o sentido da nossa proposta. Mas vocês, mesmo assim, estão aqui para se certificar de que as demandas das mulheres do interior e de Belo Horizonte chegarão a Brasília. Esse é o nosso papel; esse é o papel desta conferência estadual.

Que sejamos abençoadas por Deus, que tenhamos clarividência, calma e entusiasmo para colocar em nossas palavras o sentimento das mulheres que lutam em Minas Gerais. Muito obrigada.

#### Palavras da Sra. Margarida Vieira

Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Ana Maria Resende, e a todos os que participam da I Conferência Estadual da Mulher em Minas Gerais.

Merece elogios a política desenvolvida pela Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, que pressupõe um processo extremamente democrático e eficaz, para que mulheres que vivem o dia-a-dia dos problemas da sociedade possam indicar as políticas necessárias para que o Brasil se torne um País de todos, e não o Brasil de poucos, que, desde 1500, vem marcando a vida nacional.

Agradeço a todos os que propiciaram esta conferência: à SEDESE, até pouco tempo atrás dirigida por João Leite, pessoa que muito admiro e que, espero, seja o próximo Prefeito de Belo Horizonte; e à Assembléia Legislativa, não só pelo trabalho das Deputadas e dos Deputados, mas também pelo empenho do pessoal altamente capacitado que organizou este evento.

Quero elogiar o Conselho Estadual da Mulher, a Luziana nos brindou com uma brilhante exposição. Queremos mostrar que temos força, e este encontro demonstra isso. Agradeço às ONGs participantes, ao Conselho Nacional da Mulher e aos conselhos de empresárias, cuja participação mostra o avanço da ocupação feminina no espaço de trabalho, no espaço social e no espaço político.

Quero oferecer às delegadas e aos delegados desta conferência algumas pequenas contribuições. A primeira questão a salientar é o fato de que, na vida política, sempre se discute muito, se elaboram políticas, mas elas não saem do papel. Em nosso caso será diferente porque haverá continuidade. Não serão apenas as conferências municipais, estaduais e nacional e a elaboração de um brilhante documento com as políticas necessárias para a melhoria da situação das mulheres no País. Atuaremos como mulheres cidadãs, dando, inicialmente, ampla divulgação do que se definir nacionalmente como política para a mulher. Além da divulgação, vamos fiscalizar a implementação dessas políticas e, quando constatarmos que não estão sendo efetivadas, vamos cobrar publicamente. Essa, para mim, é a mulher cidadã. E queria não só que todas as brasileiras fossem mulheres cidadãs, mas que também todos os brasileiros fossem cidadãos. O País está evoluindo nessa questão e precisa avançar.

O primeiro ponto, então, é elaborar políticas e cobrar a sua implementação. O segundo ponto envolve uma base de análise muito geral com dois dos cientistas sociais que mais admiro. Um é o professor e sociólogo português Boaventura Souza Santos, autor de uma frase que sintetiza a questão feminina no mundo atual: "Devemos ser iguais quando a diferença nos inferioriza e devemos ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza". Isso é muito importante. Queremos igualdade, sim, desejamos que as mulheres recebam o mesmo salário ao desempenharem as mesmas atividades que os homens. Reivindicamos uma série de direitos que não são respeitados no País, mas queremos mostrar a diferença. Não queremos ser descaracterizadas na sociedade, temos alegria em ser mulheres.

O segundo sociólogo, já falecido, é o grande e admirável Herbert José de Souza, o querido Betinho. Nós, mineiras, sentimo-nos honradas por ele ter nascido em Bocaiúva. Betinho definiu democracia com cinco palavras, que considero a síntese definitiva do conceito. A primeira questão é a da liberdade. Queremos que todos possam concretizar seus sonhos, seus desejos, e o limite é o respeito aos sonhos, desejos e direitos dos outros.

O segundo aspecto é o da participação. Democracia só avança quando há participação. Por isso nós, mulheres, ocupamos hoje um espaço social maior e participamos mais. Temos de fazer com que nossas companheiras de gênero estejam ainda mais participantes.

Um terceiro ponto é a diversidade. A sociedade é muito diferenciada não apenas por gêneros e etnias, mas também por culturas, histórias e tudo o mais. A sociedade é democrática quando mantém a diversidade e não quando diz que há só um caminho e uma alternativa. Esse tipo de sociedade não é democrática.

O quarto ponto é a solidariedade. Trabalho com isso e acho que sociedades que avançam são as que fazem da solidariedade o seu foco. Tragicamente, no País, o individualismo sobrepõe-se a tudo o mais. Ficamos em uma sociedade em que cada um é por si e Deus por todos. Ainda bem que Deus é por todos, porque, se não for a nossa sociedade, que é cada vez mais desigual, não se organiza e rompe o quadro de mais de 500 anos de história.

Finalmente, temos a questão da igualdade. Um dos nossos temas é justamente fazer uma análise bem rápida e sucinta da realidade da mulher mineira e da brasileira, em geral. Por outro lado, quais os caminhos para encontrar a igualdade no País?

Apresentados os pontos centrais, lembrando os pensamentos tanto do Boaventura quanto do Betinho, usarei uma terceira marca. Trabalharemos com alguns pontos básicos do momento político, antes de analisarmos a realidade da mulher. Por quê? Vocês receberam um documento extremamente competente para nortear as discussões e que trabalha cada um dos pontos da agenda, mas quero mencionar pontos que me parecem básicos. Temos um Governo eleito justamente para a construção coletiva de um Brasil para o alcance de todos, substituindo o País para poucos, que predomina até hoje. A caminhada, que ainda está no início, precisa ser agilizada e de certas mudanças básicas, fundamentais na política econômica. Nós, brasileiros, votamos uma política econômica de mudança, mas que ainda não ocorreu. Tenho certeza de que a pressão que nós, brasileiros, faremos para que existam mudanças trará, sim, crescimento ao País, um dos elementos centrais para

vencermos um dos nossos problemas mais graves: o desemprego.

As eleições municipais representam o segundo ponto do momento político central. Cada uma de nós, em cada município, devemos fazer um esforço decidido para que as questões da política das mulheres seja um elemento importante na discussão e no debate. Deve haver compromissos dos candidatos ou das candidatas para avançarmos.

Quanto ao terceiro elemento, precisamos deixar claro que os avanços da mulher no mundo inteiro e, particularmente, no nosso caso, são resultados de lutas históricas.

Não existem simplesmente por ação de iluminados que ocuparam o Governo, mas pela combinação do trabalho cotidiano e da luta diária com políticas públicas desenvolvidas por homens e mulheres.

Para mim, a política não se resume aos cargos eletivos, de Vereador a Presidente da República. A política tem dois lados essenciais: os representantes do povo, que têm de ser constantemente fiscalizados e cobrados - fazemos isso com nossas Deputadas e Deputados - e uma sociedade que atue. Fazemos política independentemente de ocuparmos cargos eletivos. Nas associações de bairros, as mulheres são a maioria em Belo Horizonte. Lideram um trabalho de melhoria de vida nos bairros da nossa cidade e, suponho eu, em todo Estado há um número muito grande de mulheres que atuam no dia-a-dia.

Falei sobre três marcas históricas deste País, que Alfredo Bosi, grande especialista em literatura combinada com história, desenvolveu. Há três marcas que ainda permanecem na história deste País e que temos de eliminar. Primeira marca: escravidão. A escravidão ainda tem efeitos na nossa sociedade mesmo depois de abolida há mais de um século. O primeiro elemento evidente é que os afrodescendentes são os mais prejudicados. Há mais mulheres desempregadas do que homens. E muito mais mulheres negras e pardas, ou seja, os afrodescendentes sofrem ainda os efeitos da escravidão.

Em relação ao segundo elemento, alguns empresários brasileiros já avançaram, e há empresárias dirigindo entidades. Durante muito tempo, o empresariado brasileiro guardou uma mentalidade senhorial, de senhor de engenho, achando que pagando um salário miserável estava fazendo um grande benefício aos seus trabalhadores. Temos de exterminar essas duas marcas, acabando com a discriminação dos afrodescendentes e com esse espírito senhorial do empresariado. Elogio alguns que já avançaram.

Segunda marca trágica: latifúndio. Todo dia vemos vários movimentos sociais buscando terra neste País. O Brasil é um dos países do mundo não só com maior desigualdade de riqueza, mas também de renda. O latifúndio tem sua história desde a colonização. É um elemento de concentração da propriedade.

Celso Furtado, nosso maior economista, num determinado momento, fez uma observação brilhante. Ele dizia que o Brasil é um dos países do mundo que pode enfrentar o desemprego em melhor condição, porque áreas enormes do seu território podem ser ocupadas por brasileiros que querem trabalho e renda. Isso não anda, porque há anos de história por trás disso.

A terceira marca que o Bosi aponta é que na sociedade há uma imagem fragilizada da mulher. As próprias mulheres pensam que não podem entrar na política, que não sabem fazer política, que esse é um espaço masculino. Ora, enfrentar essa auto-imagem negativa é um dos elementos decisivos para nós. Por isso, sempre parto da identificação da situação problemática e da apresentação de caminhos para buscar a igualdade, um dos quais, certamente, é a demonstração de exemplos de grandes mulheres que atuaram nas mais diversas áreas, o que ajuda a fazer com que a auto-imagem feminina seja positiva. E quando acreditamos em nós mesmas conseguimos chegar lá.

Vou abordar rapidamente os problemas centrais, sem me deter em todos, chamando atenção para aqueles que me parecem mais decisivos. Em primeiro lugar, temos a questão da ligação entre a mulher e o poder. O Brasil tem um modelo patriarcal, segundo o qual, desde o período colonial, a mulher deve ficar, sim, na esfera privada, doméstica. Não sei se vocês concordam, mas eu não gosto quando dizem que somos as rainhas do lar. Em primeiro lugar, não quero ser rainha de coisa alguma, mas uma cidadã, com meus direitos respeitados. Em segundo lugar, se for para ser rainha, não quero ser apenas do lar, mas de toda a sociedade brasileira, que amo. Dizer que somos as rainhas do lar é uma forma de enganar grande parte das mulheres para que fiquem sem seu lugarzinho. Não! Temos de participar da vida política.

Em qualquer palestra que faço, sempre transmito a idéia de que, se nós, mulheres, ocuparmos um lugar maior, na política cotidiana, o que já fazemos muito, na política representativa - de Vereadoras à Presidência da República, como talvez vejamos daqui a alguns anos -, será muito bom não apenas para as mulheres, mas também para os homens, que verão que é possível haver uma visão compartilhada. Vejamos a questão da sensibilidade feminina, de que se fala muito. É claro que há mulheres que exercem mal o seu mandato - e lembramos sempre da Margaret Thatcher, uma das implementadoras do neoliberalismo na Inglaterra -, mas, na maioria dos casos, a mulher traz, sim, toda a experiência doméstica, de cuidar dos filhos, de brigar por uma educação e um serviço de saúde pública de qualidade, e transmite tudo isso para a vida política. Então, quando falamos em mulher e poder, temos de pensar em modificar esse quadro de participação feminina, que ainda é muito negativo, e transformá-lo em um quadro mais amplo.

Vou dar o exemplo de uma Prefeita do PSB, partido a que pertencço: a Telma, de Minas Novas, por quem tenho grande admiração e cujo trabalho em uma das regiões mais pobres do Estado já acompanhei. Ela é muito querida na cidade. Em primeiro lugar, porque tem um trabalho voltado para a população rural da cidade, que, aliás, é a maioria. A Prefeitura faz o trabalho de trazer os alimentos que essa população produz para serem vendidos no mercado da cidade. Assim, o produto sai mais barato para os cidadãos, e o produtor tem um ganho maior. Esse é apenas um exemplo, mas há mais 42 Prefeitas em Minas Gerais.

Mulher e trabalho - a discriminação é muito grande nesse campo. O maior problema é a dupla jornada de trabalho. Sinto-me privilegiada, porque eu e meu marido dividimos as tarefas domésticas. Precisamos criar essa educação doméstica, a fim de que a dupla jornada não seja tão pesada: a mulher trabalha durante o dia e à noite, para garantir não apenas renda, mas também o bom funcionamento da vida doméstica.

O segundo ponto é a remuneração mais baixa das mulheres, principalmente das negras e pardas, combinando-se, nesse caso, as questões de gênero e cor. Outro problema sério é o das áreas de trabalho. As mulheres são maioria no trabalho doméstico e na área da educação. Apesar de representarem 40% do trabalho rural, recebem os mais baixos salários. No entanto, temos o maior índice médio de educação. Segundo um estudo científico do MEC, publicado pela revista "Veja", as meninas estão mostrando mais capacidade nas escolas que os meninos. Não devemos cair na discriminação inversa, dizendo que as mulheres são mais inteligentes. Temos mais força. A explicação básica é essa: a mulher está percebendo a importância da educação para a conquista de espaço na sociedade. Os homens ganharão se ocuparmos mais espaço. Os meninos precisam estudar mais, para que, junto com as mulheres, melhorem a sociedade brasileira.

Pediram-me que lembrasse ao Plenário que em 2000 fui candidata a Governadora do Estado. Foi um processo importante. Muitas mulheres diziam que eu teria de vencer. Mas ainda temos muito a desenvolver. Além disso, uma campanha com pouquíssimo dinheiro não aparecia na televisão durante longo tempo.

Abordarei rapidamente o trabalho realizado por duas mulheres, mostrando que podemos avançar em todas as escalas sociais. Uma chama-se Beatriz Alvarenga, que vocês devem conhecer pelos livros de Física. Foi minha colega, quando ainda não me havia aposentado. Contou-me que, ao iniciar o curso de Engenharia, era a única mulher na sala de aula. Como estudava muito e sempre foi competente, provou aos homens que uma mulher pode ser engenheira e se tornou uma das físicas mais respeitadas da UFMG. Hoje, apesar de aposentada, seu livro continua ajudando os jovens de todo o Brasil.

O segundo exemplo que citarei é o da Ministra Marina Silva - do meu coração -, responsável por uma área essencial para o País.

Em 2003 estivemos na CAPES ajudando o Governo Lula a melhorar a pós-graduação neste País. Estive na Amazônia e acho que, estrategicamente, para este País a Amazônia é central, e a Marina está desenvolvendo um trabalho de proteção e defesa do meio ambiente, que deve ser o trabalho de cada uma de nós em nossos municípios. As mulheres devem atuar em duas áreas: o saneamento básico e a questão das águas, que têm a ver com a saúde e com os próximos anos do mundo, em que a possibilidade do uso da água será muito pequeno.

Termo dizendo que todos terão um trabalho muito grande hoje e amanhã. E os eleitos irão à Brasília fazer um trabalho que não ficará no papel, terá continuidade, com divulgação, fiscalização e cobrança para que esse espaço feminino, que já está crescendo, cresça mais ainda para termos um Brasil melhor para as mulheres, para os homens e para todos nós. Queremos um Brasil para todos. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - A Profa. Margarida é um exemplo vivo de que podemos extirpar da nossa imagem a idéia de fragilidade. A sua vida é um retrato vivo de que a fragilidade nunca existiu. A Deputada foi candidata a Governadora de Minas Gerais e se saiu muito bem. É uma pena que nós mulheres ainda não nos conscientizamos de que vale a pena votar em mulher. Informamos à Sra. Regina Maria Rocha que o encontro marcado com o Prefeito de Belo Horizonte foi cancelado.

#### Palavras da Sra. Jacqueline Pitanguy

Quero registrar a minha grande satisfação de estar nesta Casa participando deste evento, particularmente pelas minhas origens mineiras.

Cresci neste Estado e guardo muito a mineirice dentro de mim.

Cumprimento as Delegadas que aqui estão, saudando a presença de todas como um exemplo fundamental de que o movimento está vivo e de que estamos caminhando. Cumprimento as Vereadoras e, particularmente, o Secretário Paulo Bregunci, as Deputadas Ana Maria Resende, Jô Moraes e Maria José Hauelsen, a Presidente do Conselho da Mulher de Minas Gerais, Luziana Lanna, a Sra. Suely de Oliveira, Subsecretária da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, e a Sra. Maria Elvira, nossa representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Quero registrar a qualidade do documento que têm em suas pastas. Tive oportunidade de lê-lo rapidamente. Acho que ele é fundamental para as reflexões que vão se seguir. Farei algumas reflexões. Depois, vou sintetizá-las pelo "power point". Estamos aqui num momento inaugural que, de certa forma, marca explicitamente o diálogo entre o Governo e a sociedade. Ele só ocorre porque é parte de um percurso muito maior, de um percurso que as mulheres brasileiras vêm fazendo, abrindo trilhas, avançando em caminhos, fazendo desvios. Ao chegar aqui para discutir essas políticas, é importante ter presente, em qualquer esfera governamental, que o desenvolvimento das políticas de gênero vai encontrar limites e possibilidades num contexto mais amplo. A dinâmica dessas políticas obedece a uma bagagem histórica já acumulada, que responde a desafios de novas conjunturas. Estamos aqui fazendo política, que é necessariamente datada, histórica e tem limites e possibilidades. A todos nós, políticos, não no sentido partidário, cabe-nos ampliar limites e maximizar possibilidades.

Vou procurar apresentar, de forma muito resumida, essa caminhada, que mencionei, por trilhas e caminhos do movimento feminista, que teve início em 1970, mais precisamente em 1975. Em 1975, as Nações Unidas decretaram o Ano Internacional da Mulher, e realizou-se no Rio de Janeiro, em plena ditadura, uma semana de debates na Associação Brasileira de Imprensa, aberta por Celso Furtado, colocando o movimento de mulheres como o grande movimento do Século XX. Ele procurou trazer para um debate mais amplo sobre redemocratização a questão da qualificação da democracia. Como centro do debate, trouxe-nos a questão entre homens e mulheres. Então, 1975 é um marco. A partir daí, tem havido avanços consideráveis. De 1985 a 1989, há no País o que chamo de primeiras institucionalizações de políticas de gênero. Cabe aqui ressaltar que Minas Gerais teve o primeiro Conselho dos Direitos da Mulher.

Tive a oportunidade histórica de estar com o então Governador Tancredo Neves que instituiu em 1983, após a vitória nas eleições de 1982, o Conselho de Minas Gerais com um grupo de mulheres de todo o País. Sugerimos a ele que, caso fosse eleito Presidente, se empenhasse na criação de um órgão em nível federal, que seria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Essa história diz respeito a Minas. Fecho os olhos e lembro-me do almoço do Governador Tancredo Neves com esse grupo de mulheres, que levou não mais à proposta de um conselho estadual, posto que este já existia em Minas, mas à criação de um conselho federal.

Portanto, 1985, ano do estabelecimento do Conselho Nacional, também é um momento inaugural, pois houve a criação de um espaço no âmbito do Governo Federal para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a mulher. Naquela época, a palavra gênero ainda não estava cunhada, falava-se mais de políticas públicas para a mulher.

Também falarei a respeito do impacto das grandes transformações sofridas no conceito de direitos humanos nas últimas décadas, sobretudo na década de 90, e qual a influência disso no nosso trabalho cotidiano, ou seja, em que medida nos beneficiamos dessa grande ampliação internacional do conceito de direitos humanos.

Mencionarei ainda a internacionalização das agendas dos movimentos de mulheres na década de 90, com implicações diretas em políticas públicas internas. Assim, tudo que tenho a dizer é muito ambicioso, correrei contra o tempo, por isso peço um pouco da atenção de vocês.

Inicialmente, temos de reconhecer que a Constituição de 1988 foi um marco que, a partir de processos políticos globais e nacionais, no bojo da redemocratização das nossas instituições políticas, traçou um ponto normativo igualitário para homens e mulheres no âmbito da sociedade conjugal e no âmbito do trabalho, além de reconhecer a violência intrafamiliar como uma questão de Governo. Nesse aspecto, chamo a atenção para o fato de que o seu reconhecimento na Constituição brasileira como uma questão de Governo antecede a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, dando subsídios ao Governo brasileiro para apoiá-la.

No âmbito da reprodução, a Constituição de 1988 afirmou o livre direito de reprodução. Muito se avançou também na garantia de direitos específicos na esfera das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos e da mulher rural. Os direitos relativos à maternidade também se ampliaram, dentre outras conquistas fundamentais.

Nos anos 90, houve a regulamentação da procriação constitucional que diz respeito à livre escolha no âmbito da reprodução, com a Lei do Planejamento Familiar. Relativamente ao assédio sexual, também foi apresentada uma lei. Em 1999, normas técnicas do Ministério da Saúde, que não são leis, mas que fazem parte desse instrumental de políticas públicas, foram instituídas para o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual.

Então, esses e outros avanços no âmbito normativo fecharam o século passado. De que forma esses avanços foram alcançados? Quem foram os principais atores, ou seja, os seus responsáveis?

Os atores responsáveis por esses avanços são os movimentos de mulheres, que menciono num sentido muito amplo porque estão presentes de forma diversa, por intermédio de organizações não-governamentais, grupos de mulheres no âmbito profissional, movimento sindicalista, clubes de mães, enfim, há uma gama de formas de organização. A grande característica que diferenciara o movimento de mulheres brasileiras de outros movimentos de mulheres latino-americanos é que, desde o início, esse movimento procurou uma interlocução com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Na década de 90, o processo de globalização aprofundou-se e, ao mesmo tempo, houve um processo de universalização de agendas. Se pensarmos no processo de globalização como, fundamentalmente, um processo econômico, pensaremos num processo de universalização de agendas de direitos humanos como a contraparte e a resposta a esse processo de globalização excludente.

As conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas, na década de 90, marcaram e inauguraram a presença da mulher como ator político no cenário da arena das Nações Unidas, que é uma arena política. Sabemos que qualquer lei é escrita com uma caneta política.

Muitas de nós participamos dessas conferências, mas convém recordar o que significaram, porque foram fundamentais. A Conferência do Meio Ambiente foi a primeira e aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. O movimento de mulheres-nacional e internacional - propôs uma agenda relativa à mulher e ao meio ambiente. Em 1993, realizou-se a Conferência de Viena, que foi fundamental.

É muito difícil realizar uma conferência internacional sobre direitos humanos. Basta dizer que passaram-se quase 25 anos entre a Conferência de Teerã, realizada em 1968, e a Conferência de Viena, que aconteceu em 1993. Imaginem se seria possível fazer uma conferência sobre direitos humanos, considerando-se a situação atual do Iraque e de todo o mundo no que se refere à violação sistemática dos direitos humanos? Quando a Conferência de Viena aconteceu, em 1993, o movimento de mulheres no Brasil, na América Latina e em todo o mundo internacional já era organizado e propunha uma campanha que trazia uma frase simples: "Os direitos das mulheres são direitos humanos". Essa campanha levou para Viena, por intermédio de milhares de assinaturas, a proposição de que a violência doméstica deveria ser considerada uma questão de direitos humanos.

Convém lembrar às pessoas que não estão familiarizadas com a questão dos direitos humanos que, via de regra, os instrumentos de direitos humanos monitoram a relação entre Estado e sociedade. Por exemplo, qualquer coisa que aconteça a uma pessoa que está em uma casa de detenção, sob a custódia do Estado, é uma violação aos direitos humanos, porque, tradicionalmente, o conceito refere-se à relação entre o Estado e a sociedade. Entretanto, será revolucionário, no sentido de ser transformador, dizer que aquilo que acontece intramuros, dentro de casa, envolvendo uma família, homens e mulheres - e não necessariamente essa diferença entre o Estado e a sociedade civil - passa a ser considerado uma questão de direitos humanos, a partir da Conferência de Viena. Um salto gigantesco tinha sido dado em 1988, quando nossa Constituição passou a afirmar que cabe ao Estado coibir a violência no âmbito doméstico.

Em 1994, no Cairo, realizou-se outra conferência fundamental, a Conferência de População e Desenvolvimento. Ela é precedida de outras que ocorrem a cada dez anos, mas essa conferência promove um salto, porque as questões de crescimento populacional vinham sendo tratadas no âmbito da demografia. Ocorre que na conferência do Cairo, esse eixo paradigmático foi substituído não mais por preocupações de âmbito demográfico, mas pelo eixo dos direitos humanos e, mais especificamente, dos chamados direitos reprodutivos, que serão cunhados internacionalmente como um conceito. Direitos reprodutivos significam o direito de mulheres e homens tomarem decisões quanto à sua vida reprodutiva. E direitos acarretam imediatamente responsabilidades no âmbito dos Estados e dos governos. Essa conferência é fundamental pelo deslocamento do eixo de uma preocupação de ordem demográfica para o âmbito dos direitos reprodutivos.

Em 1995, temos a cúpula social e a Conferência da Mulher, que se realizou na China, avançando sobre o que se conquistou nas outras conferências, inclusive no âmbito dos direitos sexuais, que, embora não explicitados, tiveram seus fundamentos abordados.

O caminho internacional tem duas trilhas. Uma é a trilha da participação das mulheres organizadas nas conferências temáticas, tais como as conferências sobre meio ambiente, direitos humanos, população e desenvolvimento, etc. E a outra é a da participação das mulheres nas conferências das mulheres. São dois caminhos diferentes. As mulheres participam das conferências das mulheres, realizadas desde 1975, o que é fundamental. Mas há uma diferença. Nas conferências das mulheres, temos as mulheres, como tais, conversando sobre mulheres e fazendo avançar a agenda das mulheres.

Há um esvaziamento no âmbito das políticas públicas, situação que vai se modificar no ano 2000, com o estabelecimento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

(- falha na gravação.)

Retomemos a questão da governabilidade. A governabilidade é um conceito relativamente jovem no âmbito da ciência política. Está diretamente ligada às relações entre o Governo e a sociedade, que estão ligadas à qualidade dessa interlocução. Para que haja interlocução, é preciso haver uma sociedade organizada, como aqui nesta conferência, e canais competentes que respondam a essa interlocução.

Para finalizar, quero abordar alguns pontos para reflexão, nas discussões. Esses pontos dizem respeito a essa agenda de direitos humanos das mulheres que, sem dúvida, influenciou um discurso político do Brasil, as políticas públicas, mas que, no que se refere à efetivação de políticas públicas, deixou muito a desejar. No Brasil temos muitas regras e normas, mas pouca coisa ocorre no plano efetivo.

Até que ponto todos esses mecanismos institucionais têm atendido às demandas do movimento de mulheres tanto em termos políticos quanto nos planos socioeconômicos? Mas até que ponto os movimentos de mulheres têm sido capazes de levar essas demandas, essas propostas aos canais competentes? Que mecanismos existem em Minas Gerais, onde está o mais antigo Conselho dos Direitos da Mulher? Qual é a atuação e o que se espera desse órgão? Que tipo de monitoramento pode se fazer? Devemos pensar na multiplicação de espaços de políticas de gênero em outros órgãos da administração municipal, que possam atuar em conjunto com o Conselho Estadual e com a Secretaria federal? Como são os equipamentos para a atenção à saúde da mulher no Estado? As normas de atendimento à violência sexual estão sendo implementadas? Como funcionam? Tem havido capacitação dos profissionais de saúde, como, por exemplo, daqueles que atendem à mulher vítima de violência sexual? A contracepção de emergência tem de ser feita em hospitais de emergência, e não apenas nos centros de atendimento, pois o atendimento tem de ser feito em até 72 horas. Como estão sendo feitos os abortos previstos por lei em casos de estupro e risco de morte para a mulher? Os índices de mortalidade materna são vergonhosos, tanto os do Brasil quanto os de Minas Gerais: 42 para cada 100 mil mulheres. Em alguns países, como o Chile - não estou me referindo aos países desenvolvidos -, o índice é de 15 mulheres para cada 100 mil. Temos uma série de tarefas pela frente ao propor políticas viáveis, sempre tendo em mente que há grupos mais vulneráveis, como as mulheres negras e indígenas, e que as políticas têm de ser transversais. Vamos reconhecer a diversidade entre as mulheres e, ao mesmo tempo, a diversidade de todas as mulheres no que se refere aos homens.

A realização desta conferência estadual e da conferência nacional é um momento privilegiado de diálogo entre a sociedade e o Estado. Neste

momento, temos um canal de interlocução para que as questões de igualdade e de gênero sejam percebidas pelo Governo e pela sociedade como uma questão central de governabilidade. Abro mão de exibir a minha apresentação, mas vou deixá-lo aqui na Casa, pois acredito que pode ser utilizado nas discussões. Muito obrigada.

#### Palavras da Sra. Nalu Faria

Bom-dia. Primeiramente, cumprimento minhas companheiras de Mesa. De forma especial, cumprimento todas vocês, cuja presença tem um longo trabalho por detrás, seja em virtude da organização das conferências regionais ou municipais, seja em virtude de quantas coisas têm de deixar articuladas antes da vinda, principalmente as que viajaram. Sabemos o que significa, ainda hoje, as mulheres ficarem dois dias fora de casa. É realmente um grande prazer estar aqui com vocês e fazer parte deste debate. Desejo que a conferência de Minas corresponda às suas expectativas.

Pelas falas que já houve, vocês viram que discutirmos propostas de política para as mulheres, pensando em como construir igualdade entre homens e mulheres, passa por enfrentarmos os vários preconceitos que ainda permeiam nossa sociedade, passa por desfazer os estereótipos e também por destruir os mecanismos de opressão que ainda hoje vigoram. Para nós, mulheres, passa mesmo por rever nossa história, não só para encontrar as mulheres na história - uma vez que na história que aprendemos parece que não há mulheres -, mas também para desnaturalizar vários dos fatos de nossa condição de mulher, que aprendemos que fazia parte de um destino natural. Desconstruir esses fatos tidos como destino, como a Suely disse na abertura, na maioria das vezes, implica enfrentar contradições e conflitos com o que foi nossa construção de mulheres, com o que estava destinado como nosso lugar, para reconstruir nossa identidade; implica ter conflitos com a sociedade, em particular com os homens. É muito importante o que estamos reafirmando o tempo todo. Estarmos aqui hoje faz parte de um processo histórico de luta das mulheres, em que nos colocamos como sujeitos da história, como sujeitos de direito. Isso significa muitas coisas. Em particular, significa rompermos com uma idéia sobre nós, mulheres, de que tínhamos de viver em vista do outro, de que não tínhamos o direito de decidir nem sequer o tamanho de nosso cabelo. Costumo dizer que todas as nossas atuais conquistas foram fruto da rebeldia e da luta organizada das mulheres, inclusive o direito de escolher o tamanho de nosso cabelo e tantas outras coisas que podemos pensar em nosso cotidiano, principalmente as de minha geração em diante.

Nesse nosso processo de construção como sujeitos, é importante salientar que devemos dizer um "não" a todo e qualquer sistema de opressão.

À medida que as mulheres vão radicalizando a convicção de que o mundo é de todos, crescem os conflitos. Quando digo conflito, não me refiro necessariamente ao confronto. As relações de poder construídas na sociedade e a desigualdade de gêneros nos fazem entrar em conflito com os homens. A sociedade construiu essa desigualdade e também poderes e privilégios para os homens, mesmo para os da classe trabalhadora. É justamente o confronto com esses privilégios que traz o conflito.

Direitos iguais para homens e mulheres significa enriquecimento para ambos. Esse sistema que coloca o feminino em oposição ao masculino, ou em complementação, prejudica o desenvolvimento das potencialidades humanas, dá menos autonomia às mulheres e concede poder aos homens, pressupondo que eles não têm autonomia.

Pensemos, a partir de uma visão crítica, sobre o conjunto das relações entre homens e mulheres e sobre a possibilidade de mudança. Não há como construir igualdade para as mulheres de forma linear, sem ruptura da desigualdade.

Os objetivos desta conferência já foram citados. Não perderei tempo repetindo, até porque tempo é algo angustiante para as mulheres, que se desdobram para compatibilizar as diversas atuações e exigências que pesam sobre seus ombros.

A sugestão da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Feminista, do qual sou militante há quase 30 anos, para levarmos para a conferência nacional é a seguinte: temos de batalhar pela ruptura, em processo linear, da posição das mulheres na sociedade.

O que quero dizer com isso? Nos anos 70 e 80, começamos a avançar na construção dos direitos das mulheres. Nos anos 90, porém, surgiu o neoliberalismo, que significou a destruição das políticas sociais, o aumento do desemprego e a perda de direitos. Não temos, portanto, uma história linear.

Felizmente, porém, os anos 90 não destruíram o que havíamos conquistado, principalmente a crença de que, partindo do diálogo, nossa organização e nossa força coletiva podem trazer mudanças.

Esta conferência é a grande oportunidade para se estabelecer o diálogo entre as mulheres e o Governo e para se construir uma política para as mulheres. Que aproveitemos esta oportunidade para nos posicionar e buscar a harmonia definitiva para a sociedade.

Já falamos aqui que a desigualdade de classe no Brasil é marcada pela intolerância racial, pela discriminação dos povos indígenas, pelas diferenças entre o setor urbano e o rural. A nossa conferência precisa posicionar-se sobre esse assunto e, para tanto, tem de optar por um modelo de desenvolvimento que tenha como base a distribuição de renda. E, para haver distribuição de renda, é preciso haver a retomada do crescimento tanto para garantir o emprego como para efetivar a reforma agrária, permitir a demarcação das terras indígenas e de quilombos, propiciar o acesso das mulheres e dos setores populares ao crédito, e, sobretudo, garantir a igualdade salarial. Uma das marcas da desigualdade no País são os baixos salários, que ainda persistem, diante de um salário mínimo tão baixo. Uma política de valorização do salário mínimo contribuirá para a diminuição da discriminação das mulheres, dos negros e negras, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Outra questão que consideramos uma diretriz geral da nossa conferência é propor ao Estado que suas políticas caminhem com o objetivo de conter a expansão do mercado sobre nossas vidas. O neoliberalismo significou privatização e levou à transformação de quase todas as questões em mercadorias. É a idéia de privatizar a água, os serviços públicos; é a tese de que temos de comprar no mercado o que precisamos; é a idéia de um padrão de consumo insustentável, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista ecológico. Isso significa para o Estado brasileiro não só seu reposicionamento como indutor de um desenvolvimento voltado para a igualdade, mas a recuperação de seu papel de garantidor das políticas sociais universais, como saneamento, moradia, saúde e educação.

Em terceiro lugar, a conferência tem de ter um posicionamento radical sobre o que significa ter políticas para garantir a autonomia das mulheres e permitir a sua condição de sujeito nesse novo modelo de desenvolvimento. Isso pressupõe o rompimento da atual lógica de divisão entre o público e o privado - e isso é ideológico, não confere com o cotidiano. Ainda vivemos sob a idéia de que as mulheres estão em casa e os homens estão no trabalho. Isso faz com que nada se modifique em casa quando as mulheres saem para trabalhar. Ao longo dos anos, o Estado acabou atuando como se as mulheres fossem um recurso interminavelmente disponível para complementar suas ações. Por isso, em nosso País, a educação em período integral e as creches nunca foram prioridade. Parece que sempre há uma mulher esperando a criança depois das suas 4 horas de aula.

Romper essa relação entre o público e o privado, que também é uma divisão entre a produção e a reprodução - e esta última está a cargo das mulheres -, é repensar o paradigma da sociedade, é romper aquela lógica de mercado que mencionei anteriormente e colocar o cuidado com a

reprodução da vida humana como centro da nossa atenção. Isso significa repensar as políticas sociais e exercer um papel ativo para que as tarefas domésticas sejam compartilhadas por homens e mulheres.

Para garantirmos autonomia às mulheres, são necessárias políticas específicas voltadas para elas em três níveis. O primeiro é a autonomia pessoal e econômica, ou seja, o direito ao emprego, a igualdade salarial, o acesso à terra, ao crédito, à profissionalização e à educação igualitária. O segundo é a atuação do Estado para alterar essa divisão sexual do trabalho em casa e no mercado, quer dizer, a construção de creches, a escola em período integral e uma política cultural aliada a um trabalho educativo de incentivo à redivisão do trabalho doméstico.

Por fim, a terceira diretriz é que se garanta autonomia sobre o corpo das mulheres. Nesse tema colocamos todas as questões da saúde e dos direitos reprodutivos e sexuais, vivendo sem violência. Sabemos que, no período do neoliberalismo, uma das coisas que aumentou foi a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Não aumentou só o tráfico para os países europeus, a prostituição infantil e a utilização das mulheres nos tais trabalhos de entretenimento ou turismo sexual, mas também a imposição de um padrão de consumo para as mulheres. Isso faz com que tenhamos um mal-estar com o nosso corpo, querendo, em todo o momento, ser outra coisa por meio da utilização dos intermédios cosméticos, das lipoaspirações, das ginásticas, das cirurgias plásticas, das injeções de colágeno, do botox, e assim por diante. Temos a idéia de que o nosso corpo, todo o tempo, está defeituoso e precisa de uma intervenção, e isso não pára apenas na questão do padrão de beleza estrito.

Há também a medicalização. Em nome das novas tecnologias e da idéia de que os remédios não fazem mal, as mulheres voltaram a tomar, cada vez mais, antidepressivos, e a ver sua menstruação com interferências, como, na menopausa, as tais terapias de reposição hormonal. Uma amiga me disse sobre o empirismo da medicina, pois vendeu-se a TRH como algo que fazia bem à saúde. Hoje, há pesquisas consistentes que demonstram justamente que aumentaram as doenças cardiovasculares que os médicos diziam que diminuam. Temos também a supressão da menstruação nas jovens e a construção de uma TPM, sempre com a idéia de que o corpo da mulher falha e necessita de uma intervenção médica. Então, a nossa conferência deve também se posicionar quanto a isso, ou seja, desconstruir mitos e trabalhar com a sociedade uma nova visão sobre os temas.

Como disseram a Jacqueline e a Margarida, devemos garantir políticas vinculadas à saúde e o atendimento das mulheres em todas as fases da vida. A conferência deve também posicionar-se sobre um tema muito polêmico: o fato de o aborto ser crime na grande maioria dos casos. Todas sabemos que nenhuma mulher aborta porque quer. Elas abortam diante de uma gravidez indesejada, e, pela falta de uma boa assistência e um bom planejamento familiar em nossa sociedade, o número de abortos é muito alto. Não queremos que as mulheres que abortam continuem sendo consideradas culpadas e criminosas. Por ser clandestino, o aborto é invisível. Na nossa longa trajetória no movimento das mulheres, sabemos quantas e quantas mulheres perto de nós já tiveram de abortar e o fizeram em silêncio e em segredo, pois estavam com vergonha e com medo de serem punidas e consideradas pecadoras e criminosas. A conferência deve posicionar-se pela revisão da legislação que criminaliza a mulher. Esta, em uma situação de aborto, deve ser atendida com humanidade e dignidade. Ao mesmo tempo, desejamos que a conferência posicione-se pela importância de um trabalho de assistência à saúde, para que as mulheres tenham acesso às informações e aos métodos. Elas devem ser vistas, nos serviços de saúde, como sujeitas, e não como pessoas que não entendem como funciona o seu corpo.

Por fim, nesse tema, há a questão da política de combate à violência. A Jacqueline já falou sobre isso, e não me estenderei no assunto. Uma política de combate à violência passa por assistência às mulheres vítimas, por um trabalho de prevenção e informação e também pela revisão de algumas questões legais. Outro elemento extremamente importante é a participação das mulheres na questão do poder. A Margarida já falou muito sobre isso, e também não me estenderei nessa área.

Antes de terminar, quero dizer duas coisas. A primeira é que pensar igualdade para as mulheres passa por políticas universais para o modelo de desenvolvimento e políticas específicas de ações afirmativas que levem em conta a diversidade da situação das mulheres. Não somos apenas brancas, somos mulheres brancas e negras; somos urbanas e rurais; somos indígenas, somos jovens e velhas; somos heterossexuais e homossexuais. Isso tem definido condições e discriminações diferenciadas. Portanto, nossas políticas universais e específicas devem levar em consideração esse conjunto. Para isso, é extremamente importante que espaços de debates e de participação para a preparação da conferência estejam sempre abertos.

Já foi dito aqui que há um processo crescente de institucionalização das políticas para as mulheres nos Governos. Sabemos que isso deverá permear o conjunto do Estado nos Executivos federal, estadual e municipal; no Legislativo e no Judiciário.

Já vimos que a questão da institucionalidade começa com o debate dos conselhos. Muitas prefeituras construíram coordenadorias e, hoje, temos as primeiras secretarias de políticas para as mulheres.

A meu ver, devemos nos espelhar na experiência atual do Governo Federal, com a instituição da Secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres e a construção de espaços de participação das mulheres com representação do Governo e da sociedade civil, como é o caso dos conselhos. Refiro-me também ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher em que o Executivo pode pensar a transversalidade das políticas voltadas para a igualdade no conjunto do Governo, mantendo esse espaço plural e democrático de debate com o conjunto das mulheres. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Agradecemos a participação da Sra. Nalu Faria e, mais uma vez, registramos a faixa da associação que ela representa: Marcha Mundial de Mulheres - MG. O aumento do salário mínimo trará não só a melhoria de vida dos cidadãos e cidadãs, mas também o desenvolvimento dos municípios de Minas, movimentando sua economia.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas à Mesa. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Solicito aos participantes que fizerem uso do microfone que sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de três minutos para formular sua pergunta, sendo garantido o mesmo limite aos senhores debatedores.

#### Debates

A Sra. Maria Elvira - Que bom poder voltar a esta tribuna depois de tantos anos. Um bom-dia a todas e para cada uma em especial. Manifesto, em nome do Fórum de Mulheres do MERCOSUL e também como Conselheira do CNDM, nosso prazer, nossa alegria, nosso júbilo de ver essa conferência estadual acontecendo em Minas Gerais, mais uma entre as muitas que já aconteceram. Saúdo as delegadas municipais, queridas companheiras que vêm do interior, da Capital, ouvir, falar, votar e daqui extrair nossas propostas e idéias para a grande conferência nacional que acontecerá em Brasília.

Apesar de terem pedido para não fazermos saudações pessoais, gostaria de cumprimentar o Governo do Estado e a Secretaria de Desenvolvimento Social, que tão bem coordenou esses trabalhos na pessoa da Presidente do Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais,

nossa companheira Luziana Lanna, e toda a equipe de mulheres que com ela trabalhou e com a qual tivemos a oportunidade de realizar várias reuniões. Contamos, também, com o especial apoio da ALMG, das companheiras Deputadas Jô Moraes, Ana Maria Resende e da querida Maria José Hauelsen, companheira de Teófilo Otôni, minha colega nesta Casa por oito anos e que admiro por seu trabalho na defesa da educação e da justiça social. Cumprimento ainda a Presidente da CEPIA, Jacqueline Pitanguy, mineira carioca, pois, embora esteja há muito tempo no Rio de Janeiro, nasceu em Minas Gerais.

Quero me lembrar de um fato interessante. Quando se criou o Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais, estimulado pelo Governador Tancredo Neves, nossa primeira Presidente foi a ex-Deputada Júnia Marise, que abandonou o mandato para assumir esse Conselho. Posteriormente, a Júnia foi Senadora, candidata a Prefeita, não ganhou as eleições. Candidatou-se novamente ao cargo de Senadora, e também não ganhou as eleições. Agora, está completamente afastada da vida política. Embora sejamos de partidos diferentes, sugiro que, em nome das mulheres de Minas Gerais, procuremos a Júnia, que não pode ficar fora desse processo político mineiro, até porque teve uma participação muito importante na implementação do Conselho Estadual da Mulher.

Naquela época, Jacqueline, foi feita uma articulação com o Tancredo Neves, candidato a Presidente da República, que assumiu o compromisso de criar o Conselho Nacional, entretanto adoeceu sem tomar posse. Quem assumiu a Presidência em seu lugar foi o Senador José Sarney, que cumpriu aquele compromisso e criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cuja primeira Presidente foi a querida paulista Ruth Escobar, mulher polêmica, mas de muita garra. Após a saída da Ruth Escobar, a Jacqueline assumiu a Presidência desse Conselho. Ela não falou que foi Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a minha Presidenta, porque, naquela época, fazíamos parte do primeiro Conselho Nacional. Vejam bem, isso aconteceu há quase 20 anos. Era uma luta para existirmos e termos o mínimo de recursos para manter uma equipe trabalhando em Brasília. No Governo Collor, de triste memória, o Conselho praticamente foi morto, na base do torniquete, da asfixia. Tiraram as pessoas, tiraram tudo e, ao final, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, não havia mais nada.

Vejam como são as coisas: tudo de mulher é difícil. Como se diz na brincadeira, é um parto. Tudo nosso é difícil. Aí, começou um novo trabalho para fazer renascer o Conselho. Neste Governo, temos de fazer justiça ao Presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República e com "status" de Ministério. Quero recordar, por uma questão de justiça, que a primeira Ministra foi a grande Senadora do Rio Grande do Sul, Emília Fernandes, que deixou o cargo e que agora - é bom que se saiba -, por estar desempregada, faz palestras pelo País. Em seu lugar, assumiu a Nilcéa Freire, do Rio de Janeiro, ex-Reitora da UFRJ, portanto, uma mulher competente, acadêmica e inteligente. Ou seja, não estou fazendo nenhuma crítica, mas apenas relatando a situação da Emília.

A Nilcéa Freire foi representada pela Suely, que não está mais presente porque já retornou ao Rio de Janeiro. Peço uma salva de palmas para a Maria Elizabete Pereira, que também representa a Secretaria Especial de Assuntos Políticos para a Mulher.

Estamos no Conselho cuja Presidente é a Ministra Nilcéa Freire. A Nalu, que terminou de fazer sua exposição, é uma das conselheiras, representando seu Estado. Somos quatro oriundas de Minas Gerais. É um bom número. A Maria Lúcia Alves, que não está presente, representa a CGT, a área dos trabalhadores em panificadoras. Está conosco Dayse Brasil, também mineira, representando as mulheres de carreira jurídica, ex-Presidente da entidade. A Presidência está sendo exercida por outra mulher, que não é de Minas. Não sei como ficará. A conselheira Ana Maria representa um grupo muito importante em Minas Gerais, que é a Rede Feminista de Saúde, também representada pelas companheiras Fátima de Oliveira e Neusinha.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL será vinculado à Rede Feminista por filiação, porque entendemos - como tão bem disse a Nalu - que precisamos discutir pontualmente, com coragem e enfrentando as caras feias que surgem de vários lugares, problemas com a nossa saúde reprodutiva, nossas barrigas, nossas gestações, os abortos malfeitos e mal curados pelo interior. Esses assuntos são delicados e difíceis. Devemos manter as tradições de Minas, mas precisamos colocar o dedo nas feridas e participar da vida pública brasileira. Por isso, pedi à Margarida Vieira que lembrasse ao Plenário que foi candidata à Governadora de Minas Gerais. É preciso muito peito e coragem para, por um partido pequeno e sem recursos, candidatar-se a um cargo tão importante. As pessoas precisam saber que ela deu essa contribuição a Minas Gerais.

O Fórum de Mulheres do MERCOSUL realizará, no Rio de Janeiro, nos dias 5, 6 e 7 de julho, um grande encontro, que terá a participação de mulheres argentinas, uruguaias, paraguaias e chilenas. Solicitamos às interessadas que nos deixem telefone, endereço e "e-mail", a fim de passarmos as informações sobre o evento. Quem sabe, a delegação de Minas Gerais, constituída por mulheres da Capital e do interior, será a maior, com o objetivo de apoiar a idéia do MERCOSUL e os movimentos de mulheres, principalmente o nosso, que nasceu em Minas Gerais. Muito obrigada. Um abraço e um beijo no coração de cada uma de vocês.

A Vereadora Maria Lúcia Scarpelli - Envio um abraço carinhoso a todas vocês. Quero fazer alguns registros e indagações como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e conselheira do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Muitas discussões são feitas, e abordamos todos os assuntos do dia-a-dia, mas nos esquecemos de falar das mulheres marginalizadas, das mulheres profissionais do sexo.

Gostaria que esta conferência incluísse essa discussão sobre as profissionais do sexo, que são mulheres marginalizadas pelo universo masculino e feminino, que não são aceitas por ninguém. Essas mulheres são exploradas pelos donos de hotéis. Trabalho com grupos de mulheres profissionais do sexo do hipercentro e constato que elas não estão cometendo crime, porque prostituição não é crime. Crime é explorar a mulher, é o rufianismo. Os donos dos hotéis é que estão na prática do crime. Essas mulheres pagam pelo preservativo que usam, pelo cafezinho que tomam, uma diária de R\$45,00 e cobram, por programa, de R\$5,00 a R\$10,00.

São pessoas que vivem na maior precariedade social. Não podemos fazer uma conferência estadual, sem falar nas mulheres que sofrem na mão de toda a sociedade, de todas as autoridades e, principalmente, na mão de nós todas, que as estamos excluindo dessa discussão.

O segundo registro seria considerar, vi a colega Malu falar das mulheres que têm uma orientação sexual diferenciada, todas as que estão nesse grupo. Dói-me muito como as comissões de direito humano evitam o assunto. Há um universo enorme de mulheres que têm uma vida sexual diferenciada. Peço que os grupos abranjam esses dois assuntos, porque essas mulheres são marginalizadas, como são os travestis, os homossexuais. Vamos acolher a diversidade sexual. Assim, estaremos sendo absolutamente verdadeiros.

Quero registrar a presença do Grupo Diva, que aqui está representado pela Ivone.

Falando em violência, não podemos deixar de agradecer a presença de uma mulher maravilhosa que vem defendendo, orientando mulheres, bem como punindo aqueles que as violentam em seus direitos. Refiro-me à Dra. Olívia, nossa querida companheira, Delegada da Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte.

Registro, ainda, minha indignação em relação ao 5º assassinato de líderes comunitários de Belo Horizonte. Em nove meses, Belo Horizonte assistiu ao assassinato de cinco líderes comunitários. Ontem foi o enterro do Vicente do Prado. Era uma pessoa séria e que denunciava a exploração daqueles que moravam em favelas, vilas, periferias. Ele denunciava os traficantes que agiam contra as mulheres; foi executado com cinco tiros, três na cabeça, na porta de sua casa. Fica aqui minha homenagem ao grande militante Vicente do Prado, que trabalhava na zona mais perigosa de Belo Horizonte: Morro das Pedras e Ventosa.

Gostaria de ver incluídas essas duas discussões: as mulheres profissionais do sexo, tirando-as das mãos daqueles que as exploram, os donos de hotéis, pois têm dignidade, têm direito à assistência médica, à Previdência Social, e as que têm orientação sexual diferenciada.

Quero fazer uma homenagem especial a nossa querida Luziana Lanna, Presidente do Conselho Estadual das Mulheres e à Maria Elvira, que acima de qualquer questão partidária, respeitou todas as mulheres deste País. Ela uniu e conclamou a união das mulheres para um trabalho, visando a tratar dessas dificuldades. Sempre estive em outro partido e você me estendeu a mão. E o fez também na época do PMDB.

A Sra. Deonara - Farei duas perguntas, a primeira delas diz respeito ao aborto. Apesar de não haver dados reais sobre o aborto no Brasil, existem estimativas dos atendimentos feitos nos serviços de saúde comprovando que o aborto é uma das causas do aumento da mortalidade materna. Assim, a legalização do aborto não reduziria essa mortalidade, a partir do momento em que fosse assistido pela rede pública de saúde? Dessa forma, evitaria que as mulheres o fizessem nas condições precárias que o fazem, ocasionando várias seqüelas e, até mesmo, a morte.

A segunda pergunta é sobre o salário mínimo. Uma das justificativas dos Governos Federais dos últimos anos é que o aumento do salário mínimo levaria à falência da Previdência Social. Não entendo muito de economia, mas tenho quase certeza de que esse dado não é real. Quem trabalha na Previdência sabe que lá há muito dinheiro sobrando, embora isso não seja divulgado. Então, gostaria que a senhora comentasse essa relação entre o aumento do salário mínimo e as finanças da Previdência.

A Sra. Presidente - Passaremos às outras perguntas formuladas para a Sra. Nalu Faria. Sheila Botelho, da Agência Pastoral Negro: "Como construção da igualdade a curto prazo, existe a proposta de cotas para negros em faculdades. Como você observa essa política, tendo em vista o nível escolar da mulher negra?"

Fábio de Souza Luiz, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Betim: "Entre as diretrizes citadas, na terceira, fez-se referência à autonomia da mulher sobre o próprio corpo. Com relação ao aborto provocado, excluindo-se os casos de gravidez por violência sexual, qual é o seu posicionamento? E quanto às clínicas clandestinas, como excluí-las da realidade brasileira?"

Ana Paula Monteiro de Barros, enfermeira da Prefeitura de Muzambinho: "O que fazer para que as cirurgias de histerectomia e laqueadura não sejam feitas indiscriminadamente, como forma de aprendizado acadêmico ou como primeira escolha de contracepção ou como aumento de ganho salarial?"

Alexandre Ferreira Rosa: "Por que não podemos optar por não ter filhos? O que pode ser feito para modificar a lei que estabelece limites para a ligadura, desrespeitando o direito de escolha da mulher?"

A Sra. Nalu Faria - Começarei pela questão da prostituição. Esse tem sido um dos temas que a minha organização de base, a Sempre Viva Organização Feminista - SFO -, tem discutido, em âmbito geral, relativamente ao incremento da prostituição em vários países do Terceiro Mundo. Aliás, temos analisado o fato de que isso faz parte de uma nova divisão sexual do trabalho, onde as mulheres do Brasil, do Caribe e das Filipinas são levadas para a Europa por meio de uma rede de prostituição internacional.

O tema da prostituição deve ser tratado sob dois pontos de vista, de forma bem sucinta.

O primeiro ponto de vista é sobre a condição e a situação das prostitutas, as trabalhadoras do sexo. Defendermos veementemente direitos sociais, como a companheira já disse. Temos de fazer esse debate de forma mais intensa, garantindo serviços específicos, uma vez que é muito difícil que a prostituta frequente outros serviços gerais. Temos de fazer um debate mais amplo, na sociedade brasileira, sobre a complexidade dessa situação, e não apenas como se debateu na Europa: se profissionaliza ou não, se regulamenta ou não. Temos de olhar o conjunto do tema da prostituição, o que significam as redes, o desemprego e o fato de que grande parte das mulheres jovens que entram na prostituição têm história de abuso sexual na família. É um tema muito complexo, e temos de enfrentá-lo no seu conjunto. Outro tema é a garantia dos direitos - inclusive de discussão - das trabalhadoras do sexo, como o recolhimento do INSS, para garantir a possibilidade de aposentadoria.

Perguntou-se sobre a questão das cotas para negras na universidade. O problema educacional no Brasil é geral, e não apenas em relação a negras e negros. Temos um problema educacional geral mais acentuado na escola pública, mas as escolas privadas brasileiras também não são uma ilha de excelência. Temos de garantir, sim, as cotas para negras e negros na universidade e, conjuntamente, fazer um debate sobre a melhoria geral do ensino, porque queremos que muito mais pessoas da classe trabalhadora sejam beneficiadas com o ensino e que não permaneça a situação atual de exclusão da classe trabalhadora da universidade. A cota para negros e negras é um passo importante que precisa ser dado.

Minha posição em relação à questão do aborto é que não deve ser considerado crime e que o serviço público deve oferecer atendimento às mulheres que precisam abortar. A sociedade tem de fazer um amplo debate sobre esse tema. No Brasil, não sabemos o número de mulheres que abortam, mas sabemos que há muitos abortos. Não só no Brasil, mas também no Chile e em todos os países em que há um mau atendimento à saúde da mulher, há muitos abortos. Em média, 30% das gravidezes resultam em aborto, parte espontâneos e parte provocados. Em países em que a legalização do aborto veio acompanhada de um amplo serviço da rede pública, que promoveu debates e acesso à contracepção, o número de abortos diminuiu e, conseqüentemente, a mortalidade também diminuiu. E tão grave quanto a mortalidade são as seqüelas que acometem muitas mulheres depois do aborto.

A questão da histerectomia e da laqueadura insere-se no mesmo debate que levantamos sobre a imposição e a medicalização. Se, por um lado, a laqueadura é um direito das mulheres, cada vez mais coloca-se a importância de as mulheres insistirem no uso da camisinha, que previne não só a gravidez, mas também as DSTs. Esse debate tem de ser feito de forma mais ampla, e podemos evitar a gravidez não apenas por intermédio da laqueadura. A Jacqueline teve uma participação na discussão da lei sobre laqueadura, tentando que não fossem feitas tantas restrições, mas que alguns critérios mínimos fossem definidos.

Por fim, há a questão do salário mínimo. Citarei algumas referências. Os dados divulgados pelo Senador Paim, pela Maria Lúcia, do Judiciário, e pelo pessoal da Auditoria da Dívida apontam para o fato de que a seguridade social teve um superávit de R\$31.700.000.000,00 no ano passado. Há toda uma discussão sobre como se calcula o déficit da Previdência. Há também a questão do deslocamento de recursos da Previdência, a Desvinculação das Receitas da União - DRU -, que caminha para a questão do superávit primário, que culmina com o pagamento da dívida, algo que já discutimos, chegando à conclusão de que essa política tem de ser mudada, pois do contrário não serão garantidos nem o salário mínimo nem outras coisas. Indico para vocês o "site" do DIEESE, que tem um boletim recente sobre a questão do salário mínimo. O Senador Paim levanta a questão da sonegação, sendo que mais de 40% dos trabalhadores não têm a proteção da Previdência. Também o "site" do pessoal da Auditoria da Dívida traz dados sobre a questão. O problema do aumento do salário mínimo não é proveniente da falta de recursos da Previdência, mas da ausência de uma política de crescimento, que passa pela produção e pelo consumo de itens de primeira necessidade, em particular alimentação, tecidos, roupas, calçados e produtos de higiene.

A Sra. Presidente - Convidamos para fazer pergunta oral à Sra. Jacqueline Pitanguy a Sra. Marilda Ribeiro Rezende, Vereadora à Câmara Municipal de Uberaba.

Enquanto ela se posiciona junto ao microfone, passarei a ler perguntas dirigidas a Luziana Lanna. Pergunta de Cristiane Ramos, da Prefeitura Municipal de Pirapora: "Quais são as propostas e metas do Conselho Estadual para o interior de Minas, já que nenhuma intervenção há em nossa região? Estamos marginalizadas; não recebemos atenção desse Conselho". Pergunta de Raimunda Maria dos Santos: "O que pode ser feito para mudar a discriminação racial, integrando a mulher negra à área trabalhista e ao meio social?".

A Vereadora Marilda Ribeiro Rezende - Saúdo todas aquelas que saíram de seus lares e estão no Plenário desta Casa para discutir políticas públicas para as mulheres. Pela primeira vez na história do nosso País, temos a oportunidade de ser provocadas pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres a discutir o assunto. Nas falas, tanto da Jacqueline Pitanguy quanto da Nalu Faria, percebi a preocupação com as políticas públicas concernentes à mulher.

Um dos grandes desafios do meu mandato é a implementação de políticas voltadas para a mulher. Ao ouvir Jacqueline e Nalu falarem sobre a necessidade da efetivação das políticas que ora discutimos, pergunto-lhes se já pensaram em ações contundentes, para sairmos desta conferência com alguns pontos de cobrança.

Espero que tenhamos mais mulheres nas Câmaras Municipais do interior e na Câmara de Belo Horizonte, para mudarmos a história de Minas.

A Sra. Jacqueline Pitanguy - Obrigada, Marilda, por sua pergunta, que é muito pertinente, porque toca num ponto nevrálgico: como diminuir a distância entre leis e realidade. Essa distância indica um déficit de cidadania, e esse déficit de cidadania está ligado à questão da desigualdade social. No fundo, você tocou na ponta de um "iceberg", mas trata-se de questões estruturais difíceis de serem resolvidas, por exemplo, num mandato municipal. Mas há muito a se fazer num mandato municipal. Citei alguns exemplos de ações concretas, como a experiência da CEPIA, organização não governamental, em articulação com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Desenvolvemos um projeto de capacitação de profissionais da área de saúde para atender às mulheres vítimas de violência sexual. Esse trabalho está sendo feito em unidades públicas já aparelhadas, como maternidades, para realizar o atendimento. Mas, no ano passado, iniciamos um trabalho de capacitação das emergências. A mulher violentada é encaminhada a um centro de emergência, onde receberá anti-inflamatório, tranquilizante, etc. A partir daí, inicia-se uma romaria. Essas equipes estão sendo treinadas para oferecer a contracepção de emergência em até 72 horas, encaminhar a mulher à delegacia especializada e ao centro de referência. São ações pontuais, concretas, que já têm embasamento normativo, mas que os profissionais de saúde não conhecem. O conhecimento dessas normas técnicas do Ministério da Saúde é fundamental.

Outra atuação muito importante no âmbito estadual é a da área da segurança. É fundamental estabelecer uma interlocução com o setor, porque as delegacias de atendimento à mulher vítima de violência são organismos vivos que necessitam de agentes capacitados. Por outro lado, necessitam do apoio dos movimentos e dos Governos para que tenham "status" e peso político importante na hierarquia.

Há também uma atuação que pode ser feita a partir da Secretaria Municipal: a participação da mulher na política. Acho fundamental apoiarmos as mulheres na política, não pela questão do sexo biológico, pois há mulheres e mulheres. Temos de apoiar as que têm compromisso com essa agenda.

Pergunta da Sra. Ivone Socorro Silva, Fundadora do NADA de Minas Gerais: "Qual é o avanço do CNDM diante de duas questões: aborto é crime e violência doméstica, e família e filhos usuários de droga?" O CNDM, como relatou a ex-Deputada Maria Elvira, foi criado em 1985 por uma lei do Congresso Nacional, com o apoio do Sarney, e presidido de agosto até dezembro de 1985 pela Deputada Ruth Escobar. Depois, assumi a Presidência que, naquela época, possuía um conselho deliberativo e um corpo técnico executivo. Em determinado momento, tínhamos aproximadamente 105 pessoas na equipe técnica. Era um órgão híbrido, ao mesmo tempo de deliberação e de execução.

Esse órgão teve um papel fundamental na articulação dos Conselhos Estaduais, na proposição e na execução de políticas públicas e na proposição da legislação.

Com relação à questão do aborto, o Conselho teve um papel extremamente atuante. Em primeiro lugar, para diminuir a distância histórica entre leis e políticas, tentando fazer com que fossem instaurados os centros de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, onde se realizava o abortamento. Esse trabalho foi feito no âmbito do Conselho Nacional, que só começou a render frutos em 1989, no âmbito estadual. O Conselho tinha um papel mais normativo.

No que diz respeito à violência doméstica, tivemos uma atuação muito firme trabalhando em articulação com a Secretaria de Justiça e convocando as delegacias e as Delegadas, porque também há uma esfera de poderes em nível federal e estadual.

A questão da droga e do vício abre um novo capítulo; mas, como é a terceira vez que a campanha toca, não vou abordar o assunto.

A Sra. Maria Elvira - A Dorinha precisou sair, mas a mensagem que queria deixar é que, além das mulheres trabalhadoras ligadas a movimentos sociais, participam também deste evento as mulheres empreendedoras, ou seja, as executivas e as empresárias que, há 20 anos, mantêm-se organizadas pela Câmara da Mulher Empreendedora da Associação Comercial de Minas.

A Sra. Presidente - É bom complementar que atualmente, no Brasil, 40% dos pequenos e médios empreendimentos são coordenados por mulheres.

A Sra. Márcia Valadares - Meu pedido é que a Comissão das Mulheres inclua no debate das Conferências Estadual e Nacional a discussão sobre a anemia falciforme, que vem atacando as mulheres afrodescendentes. As mulheres negras hoje não morrem apenas em razão de aborto, mas também de anemia, porque os profissionais da saúde não sabem diagnosticá-la ainda. Seria interessante desenvolver uma política voltada para os profissionais da saúde, de modo a prepará-los para essa tarefa.

A Sra. Presidente - Além da anemia falciforme, também ataca as mulheres afrodescendentes a hipertensão arterial.

A Sra. Luziana Lanna - Márcia, queria te convocar para uma conversa com a Míriam, Conselheira do Conselho Estadual da Mulher e Coordenadora das Secretarias Municipais de Saúde do Estado. Acho que podemos, em um só encontro, difundir essa informação e exigir o trabalho correto, fazendo valer o direito da mulher negra. Você poderia encontrar-se comigo, porque o Conselho Estadual existe para isso. Obrigada.

A Sra. Fabiana Frederico - Boa-tarde a todos os presentes. Represento a Associação Genilda Portela, de Juiz de Fora. Antes de fazer minha pergunta, queria apresentar uma proposta. Muitas trabalhadoras viram-se impedidas de participar deste encontro. Segunda e terça-feira são dias possíveis para quem tem muita flexibilidade de discutir com o patrão. Proponho que os próximos eventos sejam realizados no final de semana, para garantir que as mulheres que não estão aqui hoje também possam participar. Tanto a Jacqueline quanto a Nalu expuseram bem

a questão dos meios de participação popular, as formas de organização da sociedade civil e uma das maiores conquistas do movimento feminista, que foi a constituição dos conselhos, tanto dos municipais quanto dos estaduais e do nacional. Como militante no meu município, fico angustiada em ver os problemas que a minha e outras cidades enfrentam. A atuação do Conselho contribui para a organização da sociedade civil, estimulando a criação de entidades que não existiam no momento da sua criação. Às vezes, o Conselho - como é o caso da minha cidade - não dá conta da demanda da organização civil que já existe no município.

Essa é uma questão: como os Conselhos se adaptarão à realidade da maior organicidade? O Conselho deve refletir sobre isso. Segundo, como o Conselho ajudará na organização da sociedade civil? Como ele dará conta disso? Como nós, militantes de movimentos sociais, garantiremos ações, independentemente de partido político, dos posicionamentos políticos defendidos e do histórico de vida da militante, que a fez representante do coletivo do movimento social? Como daremos conta de enfrentar esse novo momento da organização feminista? Na minha cidade, o movimento das mulheres é maior que o Conselho. Independentemente do perfil da Presidente ou da formação dos conselhos, devemos garantir que os movimentos sociais estejam representados.

A Sra. Gláucia Helena - Meu nome é Gláucia Helena, sou professora das redes estadual e municipal de Contagem e faço parte do coletivo de mulheres do Partido dos Trabalhadores. Antes de fazer as minhas interrogações, saúdo uma grande companheira, que, na luta pelo espaço de poder e representatividade das mulheres nas decisões, ousou disputar o Governo do Estado de Minas Gerais em 1982, a companheira Sandra Starling. As minhas questões são as seguintes: primeiro, temos instituído no sistema eleitoral as cotas de representação de mulheres nas disputas. Para mim, elas devem ser esclarecidas, a fim de não cairmos no equívoco de dizer que as cotas são discriminatórias, como vem sendo divulgado em muitos lugares por onde passamos. Isso deve ser debatido por nós.

Além das cotas, precisamos fazer acontecer uma formação para as mulheres que querem e precisam ocupar espaços de poder e decisão, seja nas Câmaras Municipais, seja nas Prefeituras, seja nos Estados, seja na esfera federal. Existe uma sintonia entre as políticas pensadas no processo de formação das mulheres envolvidas com as políticas públicas?

Outro questionamento: existe no Conselho Estadual da Mulher uma sintonia de ação com os conselhos municipais de mulheres instituídos? Sentimos, às vezes, uma carência no diálogo e na efetiva ação da política pública.

A última pergunta, para concluir: como está sendo encaminhado o projeto de lei de aposentadoria das donas de casa? Elas são as gestoras do cotidiano e, ainda assim, são excluídas da distribuição de renda do País. Elas não têm renda pelo trabalho que executam, um trabalho de muito esforço e que precisa ser reconhecido. Para fechar, lembro uma frase da Marcha Mundial de Mulheres: "somos metade da população mundial e mães da outra metade".

Exigimos respeito, direitos e oportunidades iguais para sermos representadas e ocuparmos o espaço que também é nosso. Obrigada.

A Deputada Jô Moraes - Profa. Jacqueline, conceda-me um segundo. Recebemos um protesto justo do Movimento de Mulheres Negras de Juiz de Fora e de Itajubá, que nos cobra uma resposta imediata. Por isso, solicitei-lhe esse tempo.

Amanhã vamos ler a manifestação e, na próxima plenária, vamos acatá-la. Solicitamos que as companheiras nos ajudem na indicação de mulheres negras para a participação do evento. Está acatado o protesto justo. Amanhã corrigiremos o erro de hoje.

A Sra. Jacqueline Pitanguy - Há duas perguntas, uma da Fabiana e outra da Gláucia. Fabiana fez uma pergunta importante: "Como é que os conselhos vão se adaptar ao que geram, ou seja, em que medida o conselhos atuantes vão gerar demandas, propostas, denúncias, enfim, vão gerar vida política?". Acho que aqui caberia distinguir três aspectos: um é o espaço dos conselhos, o segundo é a questão da agenda. Pode-se construir uma agenda representativa, que seja uma plataforma que não necessariamente tenha de ser toda implementada no Conselho ou estar a cargo dele. Pode ser uma agenda com proposta para as Secretarias de Trabalho, de Saúde e de Segurança, para o sistema de justiça, para a Secretaria de Igualdade Racial, e por aí vai. Essa agenda é que tem de ser monitorada. O Conselho seria um órgão central. Teria de ter interlocução com alguns espaços específicos dessas outras Secretarias. Nem tudo seria desenvolvido pelo Conselho, que, efetivamente, faria a distribuição de responsabilidades entre toda a administração. Essa é a forma para atender às várias demandas.

Quanto à questão da organicidade, de que forma militantes dos movimentos sociais terão assento nos conselhos, novamente digo: a representação delega-se. Estamos em uma democracia representativa, então tem de haver delegação de forma democrática e representativa. Ao mesmo tempo, haverá presença das demandas e das propostas dos movimentos de mulheres nessas agendas que serão executadas nos diversos espaços.

A Gláucia perguntem sobre as cotas de representação das mulheres. Essas cotas não são discriminatórias. Fazem parte do que se chama de discriminação positiva, visando responder a processos históricos de discriminação. Por isso é que se fala de cotas para pessoas negras nas universidades e de cotas para portadores de deficiências físicas em alguns espaços. A ideia da cota não é discriminatória, visa suprir uma discriminação histórica.

Concordo com a Gláucia e volto a dizer que é fundamental a preparação das mulheres já no momento da candidatura, que é uma disputa muito dura, e também para o exercício do mandato. Sei que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM - vem desenvolvendo alguns cursos de capacitação. Não sei como se realizam em Belo Horizonte, no Estado de Minas, mas acho que seria fundamental que o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, outros órgãos, a própria Câmara e a Assembléia Legislativa apoiassem a realização desses cursos de capacitação para o exercício do poder, de maneira que essas mulheres exerçam o mandato com a consciência de gênero.

Deixo a questão das donas de casa para a Nalu Faria. Obrigada.

A Sra. Nalu Faria - Vou falar rapidamente da questão das donas de casa e voltar ao tema do Conselho e da participação popular. A aposentadoria das donas de casa, na verdade, é uma proposta de emenda à Constituição e é fruto de um processo de mobilização. Em março houve uma grande mobilização. Isso está seguindo os trâmites da Câmara, e eu não saberia dizer exatamente em que comissão está. Na verdade, a Deputada Luci Choinacki propôs a constituição de uma comissão externa da Câmara para se discutir a pobreza feminina, que está em fase de debates nas regiões, para a feitura do relatório. Ela entende a proposta das donas de casa como parte de uma política de combate à pobreza entre as mulheres, pois é até circunscrita a certa faixa de renda - não é pensada para todas as donas de casa, mas para mulheres maiores de 60 anos, em famílias com renda inferior a dois salários mínimos.

Em relação aos conselhos, algo que nos é fundamental é a autonomia do movimento. Então, o Conselho não abarca o conjunto do movimento - não é essa a proposta de ninguém -, mas só poderá ser mais efetivo se houver um movimento organizado, dialogando com o Estado, a partir de sua autonomia. Por outro lado, temos de registrar que hoje há uma diversidade de experiências de conselhos e não há um consenso absoluto sobre eles. Há uma modalidade de conselho em que as conselheiras são indicadas pelo Executivo, e há um setor do movimento de mulheres que reivindica que o Conselho seja eleito em fóruns específicos. Essa experiência já foi realizada em alguns lugares, como no Rio Grande do Sul, onde o Conselho foi eleito em uma conferência estadual das mulheres, e em Recife, onde foi eleito a partir da Conferência Municipal de Recife. Ou seja, há uma diversidade de experiências; há casos em que o Conselho não é mais esse órgão híbrido a que a

Jacqueline se referiu, com a participação de um órgão executivo - a Coordenadoria ou a Secretaria -, o conselho se constitui em um canal de participação popular. Faço esse registro, para ressaltar que há uma diversidade de modalidades coexistentes. Ou seja, percebendo essa diversidade de experiências, teremos de promover esse debate entre nós.

Por fim, quero registrar algo que julgo muito importante: a presença das mulheres nos processos de orçamentos participativos, em vários municípios, e o diálogo cada vez maior entre os processos de orçamentos participativos e os processos de coordenadoria ou de secretaria de Conselhos da Mulher. Tenho visto cidades em que a Coordenadoria Especial da Mulher ou o Conselho articula a presença das mulheres nos processos de orçamento participativo, justamente para que também nesses processos sejam expostas as reivindicações das mulheres.

A Sra. Presidente - Muito obrigada. Passaremos às perguntas dirigidas à Luziana Lanna. De Cristiane Ramos: "Quais são as propostas e metas do Conselho Estadual para o interior de Minas, já que não há intervenção nenhuma em nossa região? Estamos marginalizadas e não recebemos atenção desse Conselho".

A Sra. Luziana Lanna - Por favor, Presidente, dado o adiantado da hora, gostaria de responder brevemente a cada pergunta, pois elas são muito diferentes. Pode ser assim?

A Sra. Presidente - Certamente.

A Sra. Luziana Lanna - Em primeiro lugar, é importante registrar que a gestão que presido começou em fevereiro deste ano. Recebi inúmeras reclamações, principalmente agora, quando da organização deste evento - já assumimos o Conselho nessa organização. Mas fico muito feliz porque, juntamente com as diretoras executivas, com a SEDESE e a Assembléia, conseguimos mobilizar 251 municípios. Isso mostra que, de fevereiro para cá, houve um esforço muito grande para abrir as portas do Conselho Estadual.

A gestão anterior foi muito longa; teve duração de 16 anos, o que, não se pode negar, é complicado para qualquer partido ou entidade, que certamente terá muitos méritos e problemas. Então, realmente houve o afastamento de algumas cidades. Mas o simples fato de a Cristiane, que fez a pergunta, estar aqui, já mostra que começamos a nossa aproximação.

A Sra. Presidente - A pergunta seguinte é encaminhada por Edna Barros: "Fala-se em políticas específicas para as mulheres, como suportes psicológico e jurídico, no caso de violência sexual e corrupção de menores. Lutamos por igualdade. Quais são as ações governamentais utilizadas no combate à prostituição infantil, principalmente no Norte de Minas?".

A Sra. Luziana Lanna - Convido essa pessoa, se ainda estiver no Plenário, para se juntar ao grupo que estudará a violência contra a mulher, fórum adequado para falarmos sobre o que está sendo feito e o que gostaríamos que fosse feito.

A Sra. Presidente - Rosilene Almeida, auxiliar de enfermagem, indaga: "Nas cidades que têm mais ou menos 30 mil habitantes, como conseguiremos uma delegacia para a defesa e a orientação das mulheres rurais, que têm muitas dificuldades culturais e estão muito afastadas das grandes cidades?".

A Sra. Luziana Lanna - A Olívia, Delegada e nossa Conselheira no Conselho Estadual, congrega todas as delegacias de mulheres do Estado. Rosilene, você está convidada para participar dos trabalhos do grupo que debaterá o tema violência contra as mulheres. A Olívia estará presente e é a pessoa ideal para direcionar a necessidade da sua região para uma delegacia especializada.

A Sra. Presidente - Raimunda Maria dos Santos pergunta: "O que pode ser feito para acabar com a discriminação racial, integrando a mulher negra na área trabalhista e no meio social?".

A Sra. Luziana Lanna - Muito. Temos pela frente uma trajetória enorme de trabalho. Todos sabem que estou residindo em Atlanta, porque trabalho no exterior há muitos anos. Essa cidade é o berço de Martin Luther King, onde o povo norte-americano gritou por igualdade racial. Estamos começando uma caminhada longa. Espero que seja vitoriosa. O Grupo 3 também tratará desse assunto.

A Sra. Presidente - A próxima pergunta foi encaminhada por Graça Guedes: "Normalmente, o JECRIM vem aplicando a pena que prevê para os homens agressores o pagamento de cestas básicas ou a prestação de serviços. O que você pensa sobre isso?".

A Sra. Luziana Lanna - Sem comentários. Darei a minha opinião pessoal. Existem alguns pontos de honra. Esse é um deles: não existe mulher que consiga engolir essa cesta básica. Existe aquilo que devemos discutir, aquilo por que devemos brigar e aquilo que nos deve causar indignação. Esse é um dos pontos que não podemos aceitar em hipótese alguma.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Jacqueline Pitanguy, que deseja complementar a informação.

A Sra. Jacqueline Pitanguy - Uma proposta de inclusão da violência doméstica no Código Penal já está em andamento. Existe um grupo constituído por organizações da sociedade civil e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A Deputada Iara Bernardini já apresentou projeto de lei nesse sentido. Essa importante questão está sendo discutida e será resolvida em âmbito federal.

A Sra. Presidente - Luziana, com certeza, esse homem merece pena maior. Se for doente, deve procurar tratamento.

A Sra. Luziana Lanna - Sim, porque seu lugar não é dentro de casa.

A Sra. Presidente - Pergunta de Ivone Socorro Silva, do Conselho Municipal da Mulher de Contagem: "o Governador Aécio Neves tem trabalhado para fomentar discussões partidárias. O CEM não tinha essa proposta anterior. E hoje? Pertencem ao PT Cristão-Mulher de Contagem e espero que o CEM, sob a vossa presidência, não se feche e se transforme em um grupo único. O.k.?".

A Sra. Luziana Lanna - A resposta que tenho a dar é que não sou filiada a nenhum partido político. Fui convidada pelo Governador para ser Presidente desse Conselho. Essa é uma afirmativa prática. Se houvesse qualquer intenção de política partidária, eu jamais seria convidada. Pelos menos durante a minha gestão, essa preocupação não existirá, porque o meu partido chama-se justiça social.

#### Apresentação de Dança

A Sra. Presidente - A Presidência convida aos presentes a assistir a uma dança intitulada "Celebração da Vida", a ser apresentada pelo grupo

Associação das Mulheres de Pedro Leopoldo.

- Procede-se à apresentação da dança.

A Sra. Presidente - Agradecemos a participação da Associação das Mulheres de Pedro Leopoldo, que nos brindou com esse espetáculo, numa demonstração de que a mulher é cérebro, mas também sensibilidade e carinho, e que só conseguirá contribuir com a sociedade se não perder jamais esse ser feminino que mora em sua alma. A Presidência manifesta seus agradecimentos às ilustres expositoras, demais autoridades e participantes, ao público em geral, pela honrosa presença, bem como aos telespectadores que nos prestigiam com a sua audiência.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 8/6/2004

#### Presidência da Deputada Jô Moraes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apreciação do relatório - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Luiz Fernando Faria - Alberto Bejani - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gustavo Valadares - Jô Moraes - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Marília Campos - Padre João - Paulo Piau - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Às 8h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Neusa Melo, Jovita Levy, Vânia Valadão, Antônia, Maria Izabel Ramos de Siqueira, Luziana Lanna e Leny Campos, respectivamente Coordenadoras dos Grupos de Trabalho I a VII; a Sra. Maria Adelina Braz, do Instituto da Cultura de Juiz de Fora; a Deputada Maria José Haueisen; e o Sr. Felipe Willer Abreu Júnior, da SEDESE.

#### Registro de Presença

A Sra. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Delegado Regional do Trabalho, nosso companheiro Carlos Calazans.

A Deputada Ana Maria Resende justifica sua ausência, pois comparecerá ao velório da mãe da querida Deputada Elbe Brandão, hoje Secretária de Estado, na região do Norte de Minas.

#### Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da Primeira Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A Sra. Presidente - Bom-dia. Vamos ter um novo dia de trabalho hoje. Temos um horário para concluí-lo. Essa primeira parte da conferência irá até às 13 horas, porque às 14 horas se inicia a reunião ordinária em Plenário. Por razões regimentais, não podemos ultrapassar esse horário. Vamos iniciar uma longa e ativa maratona, por isso peço a cooperação de todos. Teremos de tomar decisões e depois passar à eleição dos delegados que irão a Brasília. Precisaremos de muita concentração. Todos terão direito à palavra, mas teremos de funcionar ordenada e concentradamente.

Em nome da coordenação, peço desculpas pelo problema ocorrido com a alimentação de ontem. Inúmeras foram as delegadas que nos questionaram, mas esse ato não teve por objetivo considerar a presença de vocês de menor validade. Isso ocorre quando se contratam empresas. Esse é o nosso primeiro pedido de desculpas.

O segundo pedido de desculpas é pelo atraso do relatório, uma vez que vocês propuseram, contribuíram e discutiram muito. Dessa forma, a equipe de relatores ficou até às 2h30min da manhã de ontem para completar e refazer o documento-base.

Agradeço aos membros da equipe que exaustivamente deram a sua contribuição. Por isso, desenvolveremos hoje uma metodologia um pouco cansativa. Começaremos pela leitura conjunta e acelerada do documento. Para tanto, convidei as coordenadoras para comporem a Mesa e nos ajudarem nesse processo. Peço a cada uma de vocês que anotem os destaques, que posteriormente serão apresentados, para que todos

tomem conhecimento de todas as propostas.

O trabalho de vocês não começou agora, e sim nos municípios. Recebemos 90 relatórios de plenárias municipais. Isso é uma grande conquista na formulação das políticas públicas, porque cada município deste Estado deu a sua contribuição. Agora, iremos completar esse trabalho iniciado por vocês, por meio da composição da Mesa para a leitura do novo relatório.

Quanto a algumas pendências relativas à votação de delegados e problemas com cidades e municípios, aqui está o Juscelino, que prestará esclarecimentos. Montaremos um plantão para isso. A Míriam também ficará à disposição para que todas essas questões sejam encaminhadas a ela.

Faremos a leitura das propostas, mas, antes, informamos sobre a eleição de delegadas na conferência nacional. A primeira conferência terá 129 delegadas, sendo 13 indicadas pelo Governo Estadual, 39 pelos Governos Municipais, 6 por entidades nacionais e 71 eleitas pelas regiões do Estado. As inscrições foram feitas ontem, das 16 às 20 horas, sendo o horário estendido devido ao atraso de grupos de trabalho. A Míriam esclarecerá os problemas e as pendências. Quando o debate se iniciar, daremos as informações cabíveis e falaremos sobre a dinâmica necessária.

Haverá a apresentação das propostas dos grupos de trabalho, discussão, votação e aprovação das propostas e moções, eleição das delegadas por macrorregiões de planejamento do Estado e, ao final, apresentação das delegadas eleitas para a 1ª Conferência Nacional.

#### Apreciação do Relatório

A Sra. Presidente - Faremos a leitura das propostas, já que vocês não tiveram conhecimento delas. Solicitamos que registrem o dado concreto do destaque no seu documento e, terminada a leitura, concederemos a palavra para a apresentação dos destaques por tema.

Solicito à relatora do grupo Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos que inicie e faça rapidamente a leitura das propostas, para que possamos chegar à leitura das quase 500 propostas apresentadas.

Lembramos a vocês que, durante a leitura do relatório do Grupo I, registrem o item de destaque que será apresentado após a sua leitura para acelerar os trabalhos. Leitura do relatório do Grupo - Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que será feita pela Daisy.

A Sra. Daisy - (- Lê:)

"Grupo I - Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

1 - Investimento na aquisição de mamógrafos e equipamentos de ultra-sonografia nos municípios sedes de pólos microrregionais.

2 - Implementação do programa de humanização do parto nos hospitais, com a garantia da presença de acompanhante da parturiente na sala de parto, garantia de alojamento conjunto e ampliação dos programas de combate às mortalidades materna e infantil.

3 - Capacitação de profissionais da saúde e da educação para trabalhar questões relacionadas com a sexualidade.

4 - Implantação, por profissionais capacitados, nos ensinos fundamental, médio e superior e em entidades que lidam com a saúde, de programas de educação social que envolvam planejamento familiar e prevenção de DST e de AIDS.

5 - Criação de um centro especializado de atendimento à saúde mental, que conte com profissionais especializados, que seja um espaço de lazer para os usuários e que trabalhe com a família dos portadores de sofrimento mental.

6 - Criação e ampliação de políticas de saúde mental para as mulheres, principalmente para as que estejam sofrendo violência doméstica (depressão, baixa auto-estima).

7 - Criação de um centro de convivência que ofereça oficinas artesanais, em parceria com instituições do município que prestam esse serviço.

8 - Inclusão dos pacientes em grupos psicoterapêuticos e socio-educativos do Projeto Casa da Família, que vem sendo desenvolvido no município, em parceria com o Governo Federal.

9 - Criação e ampliação de programas de apoio, com equipe multidisciplinar, para mulheres grávidas que ficam abandonadas e especialmente para mulheres vítimas de estupro que engravidam, as quais devem ter amparo psicológico e autonomia para decidir se tomam a pílula do dia seguinte.

10 - Investimento de recursos financeiros nos municípios para identificação da demanda de atendimento às necessidades da mulher (diagnóstico).

11 - Garantia, nos casos de suspeita de violência intrafamiliar, de que os profissionais da rede de saúde prestem informações aos usuários sobre os direitos e sobre os equipamentos de atendimento e denúncia.

12 - Políticas permanentes e ações para prevenir o câncer do colo do útero e da mama, garantindo a realização regular dos exames de papanicolau, de mamografia, ultra-som e também de exame feito por equipes multidisciplinares para diagnosticar diabetes e anemia falciforme em todas as mulheres.

13 - Fomento a campanhas e revisão de programas de tratamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dirigidos, principalmente, às mulheres casadas.

14 - Desenvolvimento de programas preventivos de educação sexual voltados para adolescentes, com informação sobre métodos contraceptivos e sobre os diversos tipos de atendimento, possibilitando-lhes a escolha livre e consciente, o acesso ao atendimento escolhido e garantindo-se acompanhamento adequado nos casos de gravidez.

- 15 - Criação, por profissionais capacitados, de materiais informativos e educacionais sobre feminismo, direcionados às mulheres jovens e às adolescentes, com o intuito de combater o preconceito existente e garantir uma renovação geracional na luta feminista.
- 16 - Implantação de programas para exame de DNA gratuitos com gestão do Ministério Público, focalizando o direito da mulher adolescente ou arrimo de família.
- 16 - Implantação de programas para exame de DNA gratuitos com gestão do Ministério Público, focalizando o direito da mulher adolescente ou arrimo de família.
- 17 - Formulação de políticas que garantam os direitos reprodutivos voltadas para a população masculina.
- 18 - Início de conscientização e orientação sexual na infância, sem preconceitos, desenvolvendo-se um trabalho paralelo de conscientização dos pais sobre a importância dessa prática.
- 19 - Promoção de educação e orientação para a saúde, com ênfase para as DSTs, voltada para a terceira idade.
- 20 - Realização de campanhas de divulgação mais efetivas e atraentes sobre prevenção das DSTs, dirigidas a mulheres de todas as faixas etárias.
- 21 - Implantação, nos serviços públicos de saúde, de programas de orientação sexual.
- 22 - Criação, ampliação, otimização de política de saúde mental para as mulheres, principalmente as que sofrem de depressão e baixa auto-estima em consequência de violência doméstica.
- 23 - Criação de mais centros de saúde nos municípios com garantia de resolutividade e agilidade nas demandas de investimento de recursos financeiros para diagnósticos.
- 24 - Aumento da cota de exames e cirurgias para a mulher, bem como melhoria dos programas específicos de saúde da mulher, garantindo-se gratuidade dos medicamentos e de todos os métodos contraceptivos, especialmente a camisinha feminina.
- 25 - Garantia de prestação gratuita de serviços odontológicos para as mulheres, principalmente nos casos de lesões decorrentes de espancamentos.
- 26 - Ampliação e promoção de campanhas educativas de conscientização sobre a importância da prevenção de doenças que possam causar deficiências, como síndrome de Pospólio, sífilis, rubéola, etc.
- 27 - Criação de centros de convivência familiar com capacitação profissional e encaminhamentos, assegurando-se a inclusão da mulher com deficiência.
- 28 - Garantia, para as mulheres com deficiência, de terem atendimento prestado pelo mesmo médico, do pré-natal ao parto.
- 29 - Garantia da posse do laudo médico mensal explicando o acompanhamento do pré-natal e especificando necessidades e impedimentos da mulher parturiente com deficiência física, auditiva e mental.
- 30 - Desenvolvimento de política de prevenção e promoção da saúde da mulher, em especial contra a miomatose, a anemia falciforme, a hipertensão e o diabetes.
- 31 - Efetivação das ações de promoção e educação para a saúde da mulher vinculadas ao Programa de Saúde da Família - PSF -, buscando-se inverter a lógica do modelo de saúde centrado na doença.
- 32 - Ampliação do atendimento à saúde das mulheres em sua diversidade (idade, raça ou etnia, orientação sexual).
- 33 - Implementação de serviço de apoio que permita diminuir o medo da mulher de acessar o serviço de saúde e garantia de disponibilidade dos medicamentos necessários.
- 34 - Garantia de ultra-sonografia obstétrica e demais exames específicos para a mãe e o bebê no primeiro trimestre da gravidez.
- 35 - Garantia de realização de exames e de cirurgias da mulher e de agilização desses procedimentos, bem como melhoria dos programas específicos da saúde da mulher, com gratuidade na distribuição de medicamentos e de todos os métodos contraceptivos.
- 36 - Implementação e monitoramento do PAISM no município, com capacitação dos profissionais de atendimento.
- 37 - Garantia, na rede pública, dos mesmos direitos da servidora efetiva à servidora não efetiva que se submeteu a mastectomia ou histerectomia.
- 38 - Promoção de campanhas, de nível nacional, de conscientização e mobilização da sociedade, priorizando-se as necessidades específicas da saúde da mulher, cuidados com o corpo em todas as fases de sua vida e o planejamento familiar.
- 39 - Ampliação do tempo da licença-maternidade para mães com filhos prematuros.
- 40 - Criação de outras formas de abordagem no Programa de Planejamento Familiar, ampliando-se o enfoque na questão de gênero.
- 41 - Estímulo à participação igual de homens e mulheres em todas as áreas da família e das responsabilidades domésticas, inclusive o planejamento familiar.

42 - Garantia ao livre exercício sexual como direito de toda mulher.

43 - Legalização do aborto, em respeito ao direito da mulher de ter autonomia sobre seu corpo e sua vida pessoal.

44 - Investimento em educação e políticas humanitárias que evitem que a mulher chegue à gravidez indesejada e, conseqüentemente, à necessidade de fazer aborto."

A Sra. Presidente - Informamos àquelas que chegaram depois que está sendo feita a leitura do documento. As que desejarem fazer destaque deverão anotá-lo para depois fazer a apresentação.

A Sra. Daisy - (- Lê:)

45 - Estabelecimento de critérios bem-definidos para a priorização da entrada de mulheres para serviço de fertilização, com a garantia do fornecimento gratuito dos medicamentos utilizados nos tratamentos de infertilidade.

46 - Implementação de políticas e financiamento de pesquisas que criem o contraceptivo masculino.

47 - Reafirmação da não-discriminação por orientação sexual em todos os espaços públicos.

48 - Elaboração de uma moção de apoio à resolução da ONU sobre orientação sexual e direitos humanos.

49 - Capacitação de profissionais de saúde para o atendimento ético das profissionais do sexo.

50 - Realização de campanhas educativas direcionadas para profissionais do sexo lésbicas.

51 - Penalização da discriminação contra as minorias sexuais, especialmente as mulheres lésbicas.

52 - Promoção de campanhas contra as discriminações sofridas pelas mulheres lésbicas.

53 - Apoio à criação do Centro de Referência Homossexual no Estado.

54 - Garantia de verbas públicas para investimento em pesquisas tecnológicas da área de acessibilidade e fornecimento de órteses e próteses (inclusive mamária) e equipamentos auxiliares para pessoas com deficiência.

55 - Implementação de Política Nutricional Sustentável nos municípios.

56 - Criação, ampliação e divulgação de programas alimentares específicos para gestantes, nutrízes, idosas e portadoras de doenças crônicas (AIDS, câncer, etc.).

57 - Criação de políticas públicas que inibam o consumo de drogas, de álcool, bem como o abuso e a exploração sexual infantil.

58 - Garantia de atendimento prioritário para pessoas idosas em todas as áreas, especialmente saúde e lazer, com vistas a melhor qualidade de vida.

59 - Atenção especial à mulher idosa.

60 - Implantação de Centros de Referência para a Saúde da Mulher.

61 - Criação do Centro de Referência da Família, como alternativa de resgate das ações integradas e garantia de eficácia de atendimento ao grupo familiar.

62 - Inclusão, nas disciplinas do curso fundamental, de informativo sobre tratamento de hanseníase para a mulher.

63 - Criação de clínica de tratamento para mulheres dependentes químicas, com apoio do Estado.

64 - Garantia, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de atendimento especializado para mulheres negras, no tratamento de enfermidades específicas, nos exames de mamografia, densitometria óssea e nos atendimentos médicos em UTIs.

65 - Implementação do projeto Viva Vida.

66 - Conscientização dos riscos causados por uma vida sexual precoce, como gestação não desejada e DSTs, principalmente o HIV.

67 - Ampliação do acesso ao sistema de saúde, de modo a torná-lo menos burocrático e mais eficaz.

68 - Criação de programas para acompanhamento de mulheres na menopausa.

69 - Criação de programas para acompanhamento de mães adolescentes e de programas ligados à saúde da mulher.

70 - Realização de palestras e cursos relacionados com gravidez precoce, cuidados com o bebê, menopausa, prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

- 71 - Descentralização do programa da mulher para UBS e PSF (planejamento familiar) e inclusão do homem na capacitação sobre o planejamento familiar (exército, indústria, escola).
- 72 - Aplicação efetiva da lei que estabelece o amparo assistencial à mulher mastectomizada.
- 73 - Permanência do art. 35 da saúde, respeitando as diferenças regionais e locais.
- 74 - Criação e instalação de hospitais regionais.
- 75 - Criação de um grupo para mulheres nos PSFs, onde elas possam receber orientações sobre saúde, educação sexual dos filhos, incluindo o homossexualismo e outros assuntos referentes à família.
- 76 - Garantia de condições para o agente de saúde marcar as consultas.
- 77 - Garantia de segurança física e moral no trabalho.
- 78 - Reestruturação do Programa Saúde da Família, com a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM.
- 79 - Desenvolvimento de trabalho educativo pelas entidades sociais, visando ao resgate da auto-estima da mulher e à valorização do ser mulher.
- 80 - Introdução do profissional nutricionista no quadro de assistência à saúde da mulher.
- 81 - Maior divulgação e orientação da população negra a respeito da anemia falciforme.
- 82 - Criação de programa de acompanhamento sexual e familiar.
- 83 - Realização de programas de extensão nas universidades a fim de desenvolver projetos de acompanhamento sexual.
- 84 - Educação sexual na escola, através da integração saúde-educação.
- 85 - Garantia de acesso, pelos municípios, a programas de treinamento e capacitação em saúde.
- 86 - Orientação e apoio à implantação dos programas do SUS em cidades de pequeno porte.
- 87 - Disponibilização da esterilização para ambos os sexos.
- 88 - Aumento de número de profissionais da saúde, com capacitação e com remuneração justa, de forma a possibilitar a colocação em prática de uma política de atendimento integral à saúde da mulher, e de políticas públicas voltadas para os direitos à informação e acesso facilitado a serviços de saúde, bem como a real aplicação da legislação de proteção e da vigilância sobre as condições de bem-estar do enorme contingente de mulheres trabalhadoras.
- 89 - Realização de campanhas e ações para prevenção da morbimortalidade materna, com ampliação do Comitê de Mortalidade Materna nos municípios, havendo a participação dos movimentos de mulheres, com caráter de denúncia, de estudos e incentivo a instrumentos que ampliem a melhoria da assistência à maternidade, com investigação de óbitos maternos, assegurando a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.
- 90 - Promoção, qualificação e humanização da atenção obstétrica e neonatal, incluindo a assistência ao abortamento, principalmente entre mulheres jovens.
- 91 - Estímulo a programas para melhor assistência à gestante, garantindo-lhe optar pelo parto natural ou pela cesariana.
- 92 - Fomento a campanhas e programas de tratamento e prevenção das DSTs, com destaque para a AIDS, dado o crescimento do número de contaminadas, especialmente entre as casadas.
- 93 - Elaboração de políticas públicas que garantam os direitos reprodutivos, incluindo programas de sensibilização voltados para a população masculina.
- 94 - Credenciamento, pelo SUS, de um número suficiente de unidades laboratoriais especializadas para a realização de exames de DNA, tendo em vista a demanda atualmente existente.
- 95 - Desenvolvimento de trabalho conjunto com os responsáveis pelo Programa Saúde da Família - PSF - das secretarias municipais de saúde que, além de outras ações, tenha como proposta a capacitação das equipes do PSF para atendimento nos casos de violência intrafamiliar.
- 96 - Efetivação da Norma Técnica do Ministério da Saúde que regulamenta o atendimento nas unidades básicas de saúde a pessoas que sofrem violência sexual.
- 97 - Estabelecimento de parceria entre o Conselho da Mulher e o Conselho Municipal de Saúde, para dar o suporte necessário e fazer com que as políticas de saúde para a mulher sejam implantadas, fiscalizando e exigindo prestação de contas do andamento e dos resultados obtidos.
- 98 - Criação, nos hospitais, de equipes formadas por mulheres, para atendimento da saúde da mulher vítima de violência.
- 99 - Reformulação das estruturas dos Conselhos Comunitários para que sejam centros de referência, com equipes multidisciplinares,

trabalhando em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde, para atender às famílias, oferecendo-lhes orientação e apoio.

100 - Incentivo fiscal às empresas que instalem escolas de pais para funcionários, com cursos sobre sexualidade, violência e orientações sobre como abordar questões sexuais com os filhos.

101 - Criação de grupos de informação e orientação relacionados ao câncer, com ampla abrangência.

102 - Criação de vias exclusivas para o exercício da caminhada.

103 - Programas de incentivo à prática do esporte e elevação da auto-estima.

104 - Regulamentação do art. 22 da Lei nº 8.742 - LOAS -, de 7/12/93, que trata do auxílio por natalidade.

105 - Prática de escuta nos casos de urgência médica para não discriminar a pessoa ou levá-la a correr risco de vida.

106 - Ampliação do serviço de atendimento de especialistas nos PSFs, incluindo médico obstetra, psicólogo e atendimento jurídico.

107 - Ampliação do número de bancos de leite materno nos hospitais.

108 - Fortalecimento da ação fiscalizadora dos conselhos municipais de saúde.

109 - Ampliação ou diversificação dos horários de atendimento nos postos de saúde.

110 - Desenvolvimento de pesquisas para verificar a razão do alto índice de pedidos de licença de saúde das trabalhadoras da área de educação.

111 - Estímulo a projetos para melhorar a assistência à gestante de alto risco.

112 - Incentivo à formação de especialistas em enfermagem obstétrica e à capacitação de parteiras tradicionais, melhorando-se a assistência ao parto domiciliar.

113 - Priorização do autocuidado.

114 - Exigência de agilidade na execução do aborto legal, garantindo sua realização nos hospitais, no início de gravidez, com um atendimento humanizado.

115 - Garantia de que o serviço funerário de preparo de corpos de mulheres seja prestado por agente funerário do sexo feminino.

116 - Garantia de acesso a preservativos gratuitos nos postos de saúde, independentemente da idade da mulher e de ela ser ou não profissional do sexo ou soropositiva.

117 - Cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, que trata da obrigação de destinação de recursos financeiros para a saúde, em todas as esferas de governo.

118 - Criação de programas sobre sexualidade e saúde, específicos para jovens e adolescentes que estão iniciando a vida sexual, nos moldes do programa Planejamento Familiar, com nome condizente com a realidade desses jovens.

119 - Aprovação da adoção de crianças por casais homossexuais e apoio à fertilização artificial, garantindo-se o direito de maternidade a lésbicas.

120 - Garantia de não-discriminação de mulheres lésbicas nos serviços públicos de saúde.

121 - Reconhecimento legal da união de homossexuais, sendo-lhes garantidos direitos previdenciários e de herança.

122 - Exigência de cumprimento do SIS/pré-natal em todos os municípios do Brasil.

A Sra. Presidente - Sem dúvida, o grupo deu uma grande contribuição à política de saúde. Caberá aos Governos executá-las.

Faremos agora o levantamento dos destaques que as delegadas e delegados desejam apresentar. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar o texto das propostas. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações de propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Estamos nos referindo às questões literárias, de redação e de compreensão. Não sendo substanciais as alterações, os delegados poderão encaminhá-las diretamente a nós, que as absorveremos como contribuição para o aperfeiçoamento do documento.

Solicitamos às delegadas e aos delegados que desejam fazer algum destaque das Propostas nºs 1 a 10 que se dirijam ao microfone, dizendo o nome e o item destacado. A participação das galerias será definida posteriormente. Neste momento, os delegados com crachá em vermelho poderão indicar as propostas. (- Pausa.)

A Sra. Leda - Destaco a Proposta nº 9.

A Sra. Presidente - Mais algum destaque? (- Pausa.) Passaremos agora às Propostas nºs 11 a 20. Os delegados e as delegadas devem dirigir-se ao microfone e dizer o seu nome e o número da proposta.

A Sra. Regina - Destaco a Proposta nº 16.

A Sra. Antônia - Destaco a Proposta nº 13.

A Sra. Marluce - Destaco a Proposta nº 13.

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 12.

A Sra. Edinéia - Destaco a Proposta nº 16.

A Sra. Presidente - Estão destacadas as Propostas nºs 12, 13 e 16. Mais algum? (- Pausa.) Passemos para os itens 21 a 30. Lembramos a todos que estão fazendo destaques que deverão escrever a proposta de modificação ou supressão ou acréscimo. Depois, quando se dirigirem ao microfone, estejam de posse do texto a ser apresentado para a argumentação. Há algum destaque de 21 a 30?

A Sra. Cláudia - Destaco a Proposta nº 25.

A Sra. Lu - Destaco a Proposta nº 29.

A Sra. Presidente - Alguém mais? Estão destacadas as Propostas nºs 25 e 29. Passemos, então, para os itens 31 a 40. Algum destaque?

A Sra. Leda - Destaco a Proposta nº 34.

A Sra. Gláucia - Destaco a Proposta nº 37.

A Sra. Edna - Deputada Jô, a 30 é quase a mesma da 12. Será que não poderia ser suprimida?

A Sra. Presidente - Encaminharemos o destaque, e, quando você for chamada, apresente a sua proposta. Você quer destaque? (- Pausa.) Estão destacadas as Propostas nºs 34 e 37. Passemos para os itens 41 ao 50.

A Sra. Aparecida - Destaco a Proposta nº 43.

O Sr. Fábio - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Pureza - Destaco a Proposta nº 43.

A Deputada Maria Tereza Lara - Destaco as Propostas nºs 43, 44 e 48.

A Sra. Gláucia - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 45.

A Sra. Maria Angélica - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Neuza - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Ivani - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Walquíria - Destaco a Proposta nº 43.

A Sra. Osvaldina - Destaco a Proposta nº 48.

A Sra. Presidente - Estão destacadas as Propostas nºs 43, 44, 45 e 48. Pelo número de pessoas que destacaram a Proposta nº 43, solicitamos a agilização do envio das propostas por escrito para que, com a leitura de todas, façamos os entendimentos. Mais algum? (- Pausa.) Passemos para os itens 51 a 60.

A Sra. Rosilene - Destaco a Proposta nº 57.

A Sra. Paixão - Destaco as Propostas nºs 59 e 64.

A Sra. Andréia - Destaco a Proposta nº 56.

A Sra. Presidente - Estão destacadas as Propostas nºs 56, 57, 59 e 64.

A Proposta nº 57 já está destacada e será apreciada a partir das propostas apresentadas. Há destaque das Propostas nºs 61 a 70? A Proposta nº 64 foi destacada pela Paixão.

A Sra. Leda - Destaco a Proposta nº 62.

A Sra. Marília - Destaco a Proposta nº 66.

A Sra. Neusa - Destaco a Proposta nº 66.

A Sra. Aparecida - Destaco a Proposta nº 64.

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 63.

A Sra. Damaris - Destaco as Propostas nºs 68 e 69.

A Sra. Francisca - Destaco a Proposta nº 65.

A Sra. Neusa - Destaco a Proposta nº 59.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 59, 62 a 66, 68 e 69. Passamos para os destaques das Propostas nºs 71 a 80.

A Sra. Leda - Destaco a Proposta nº 75.

A Sra. Antônia - Destaco as Propostas nºs 76 e 77.

A Sra. Cláudia - Destaco a Proposta nº 75.

A Sra. Eliana - Destaco a Proposta nº 76.

A Sra. Míriam - Destaco a Proposta nº 75.

A Sra. Presidente - Receberemos as propostas dos que já estiverem destacados, para apreciar conjuntamente.

O Sr. Fábio - Destaco a Proposta nº 73.

A Sra. Ivone - Jô, estava longe do microfone, mas quero destacar a Proposta nº 63.

A Sra. Cândida - Destaco a Proposta nº 76.

A Sra. Marluce - Destaco a Proposta nº 63.

A Sra. Presidente - Já está destacada. Foram destacadas as Propostas nºs 73 e 75 a 77. Há destaque entre as Propostas nºs 81 a 90?

A Sra. Marília - Destaco a Proposta nº 84.

A Sra. Leda - Destaco a Proposta nº 87.

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 88.

A Sra. Valquíria - Destaco a Proposta nº 90.

A Sra. Míriam - Destaco a Proposta nº 90.

A Sra. Gláucia - Destaco a Proposta nº 90.

A Sra. Presidente - A Proposta nº 90 já está destacada. Nos casos de acúmulo, solicitamos que escrevam rapidamente, porque vamos apresentar o conjunto da proposta para agilizar o entendimento em torno de uma nova formulação. Foram destacadas as Propostas nºs 84, 87, 88 e 90. Há destaque entre as Propostas nºs 91 a 100?

A Sra. Ana Guerra - Destaco a Proposta nº 92.

A Sra. Antônia - Destaco a Proposta nº 92.

A Sra. Fabiana - Destaco a Proposta nº 91.

A Sra. Adenir - Destaco a Proposta nº 98.

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 94.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 91, 92, 94 e 98. Há destaque entre as Propostas nºs 101 a 110?

A Sra. Leontina - Destaco a Proposta nº 106.

A Sra. Paixão - Destaco a Proposta nº 102.

A Sra. Ednéia - Tive dificuldade para chegar ao microfone, mas quero destacar a Proposta nº 94.

A Sra. Leontina - Pedi destaque para a Proposta nº 106 e gostaria que, na hora, fosse defendido pela Raolina.

A Sra. Presidente - Durante o processo, discutiremos isso. Foram destacadas as Propostas nºs 101, 102 e 106.

Das Propostas nos 111 a 122, há algum destaque?

A Sra. Marilda - Destaco a Proposta nº 115.

A Deputada Maria Tereza Lara - Destaco a Proposta nº 115.

A Sra. Osvaldina - Destaco a Proposta nº 116.

A Sra. Fabiana - Destaco a Proposta nº 112.

A Sra. Aparecida - Destaco a Proposta nº 114.

A Sra. Marília - Destaco as Propostas nºs 106, 108 e 113.

A Sra. Presidente - Diante do volume de destaques, solicitamos que estes sejam enviados à Mesa, para acertarmos os detalhes da redação.

A Sra. Maria José - Destaco a Proposta nº 119.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 106, 108, 112, a 116 e 119.

Vamos proceder à seguinte modificação na dinâmica dos trabalhos: em primeiro lugar, as pessoas que quiserem deverão escrever o destaque e enviá-lo à Mesa, assinado, pois já há mais de 50 pessoas inscritas, algumas propostas destacadas por 15 pessoas, e estamos apenas no primeiro grupo. Vamos passar à verificação do quórum, porque, por regimento, cada proposta requer quórum mínimo de 25%. Mas, antes disso, vamos colocar em votação a parte do relatório do Grupo I, sobre saúde, direitos sexuais e reprodutivos, não destacada. Em votação. As delegadas e os delegados que concordam com o Grupo de Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos, ressalvados os destaques apresentados, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) As delegadas e os delegados contrários queiram levantar os crachás. (- Pausa.) As delegadas e os delegados que se abstêm queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovada, por unanimidade, a parte não destacada do relatório do Grupo I, sobre saúde e direitos sexuais. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho I, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

A assessoria vai proceder à verificação do quórum, para que, quando formos deliberar, saibamos do percentual correspondente. Neste trabalho, muitos homens, solidários, nos dão sustentação.

Quem for favorável a que Minas Gerais garanta presença destacada na formulação de políticas econômicas e sociais em defesa da mudança e de políticas contra a discriminação de mulheres queira levantar o crachá vermelho. (- Pausa.) Permaneçam com os crachás levantados, porque estamos procedendo à contagem. Estamos verificando o quórum. Todas as delegadas e delegados queiram erguer os crachás.

- Procede-se à contagem dos crachás.

A Sra. Presidente - Estão presentes 283 delegadas de todo o Estado de Minas Gerais. Vamos iniciar com os destaques que têm um ou dois encaminhamentos. Verificaremos a melhor forma de organizar aqueles que têm 5, 6, 14 ou 15 inscrições, a fim de que tenhamos tempo de abordar os outros temas. As propostas novas que não foram aprovadas pelo grupo serão apresentadas mediante a assinatura de 25% das delegadas, ou seja, 70 assinaturas.

Passamos ao primeiro destaque do item 6, feito pela Eliane. Com a palavra, a Sra. Eliane.

A Sra. Eliane - Estou sugerindo a supressão do item 6 porque já está contemplado no item 22.

A Sra. Presidente - Vocês entenderam? A Eliane está sugerindo a supressão do item 6 porque está contemplado no item 22.

Está resolvida e acatada a supressão do item 4.

Com a palavra, a Sra. Leda, para destacar o item 9.

A Sra. Leda - Gostaria de sugerir que no item 9 a expressão "tomar a pílula do dia seguinte" fosse substituída por "sobre o desenvolver ou não da gestação". É uma explicação técnica, porque a pílula do dia seguinte só pode ser tomada até 72 horas após a concepção. Muitas mulheres procuram o serviço depois desse prazo. Não procede colocar esse texto da pílula do dia seguinte, e sim autonomia para decidir sobre o desenvolver ou não da gestação.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à proposta da Leda e defende a manutenção do texto?

A Sra. Neusa - Concordo em parte, mas não é só tirar a pílula do dia seguinte.

Uma participante - Gostaria de dizer que, fazendo essa mudança, vamos entrar no caso do aborto, que já seria um outro assunto. Acho que vai complicar.

A Sra. Presidente - Está em apreciação o destaque da Leda, por escrito, que defende essa alteração e vamos passar para a sua votação. Leda, por favor, repita a redação.

A Sra. Leda - Criação e ampliação de programas de apoio, com equipe multidisciplinar, para mulheres grávidas que ficam abandonadas e especialmente para mulheres vítimas de estupro que engravidam, as quais devem ter amparo psicológico e autonomia para decidir o

desenvolver ou não da gestação.

A Sra. Presidente - A proposta da Leda é essa.

A Sra. Neusa - Estou retirando a minha intervenção, porque está certa a proposta da Leda.

A Sra. Presidente - Está em apreciação a proposta da Leda, com essa redação, com as ponderações das companheiras.

As delegadas que concordam com a proposta da Leda, levantem os crachás. (- Pausa.)

Estamos em processo de votação, e não haverá questão de ordem nem interrupção.

As pessoas que são contrárias à proposta da Leda levantem os crachás.

Por contraste, está aprovada a alteração feita pela Leda ao item 2. Queremos lembrar às delegadas que é uma defesa, uma opinião contrária. Todos estão suficientemente esclarecidos quanto aos votos dos debates.

Alteração do item 12, proposta da Edna.

A Sra. Edna - A 12 e a 30 querem dizer quase a mesma coisa. Ou é inclusão ou é supressão.

Item 12: "Políticas permanentes e ações para prevenir o câncer de colo de útero e de mama, garantindo-se a realização regular dos exames Papanicolau, de mamografia, ultra-som e também de exame feito por equipes multidisciplinares para diagnosticar diabetes e anemia falciforme em todas as mulheres".

Item 30: "Desenvolvimento de uma política de prevenção e promoção de saúde da mulher, em especial contra miomatose, anemia falciforme, hipertensão e diabetes."

A Sra. Presidente - A Presidência acata a junção dos dois itens, já que se complementam.

Item 13 - Destaque da Antônia e da Marluce. Leiam a proposta e argumentem.

A Sra. Antônia - Acho que deveria ser assim: "fomento à campanha e a revisão de programas de tratamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis". Estaria, no caso, retirando: "dirigido principalmente às mulheres casadas". Por quê? Só as mulheres casadas? Não. Mulher é mulher. Não queremos saber se é casada ou não.

A Sra. Marluce - Também em relação ao 13 somo-me à colega, porque estado civil é estado de mais. Enquanto casada, tenho direito. Se me descasar, perco o direito?

A Sra. Presidente - Alguém é contrário a isso? Está acatada a retirada da referência. A Fabiana é contra. Há uma única posição contrária.

A Sra. Fabiana - Sou contra porque o texto não exclui as mulheres não casadas. Na verdade, prioriza-as como público-alvo, que até hoje não foi assistido. O da AIDS está acontecendo entre as mulheres casadas. As mulheres casadas hoje têm dificuldade de convencer seus companheiros a usar camisinha. Quero que as companheiras, principalmente as casadas, façam um exame de consciência. Qual de nós - sou casada - defende, com tranquilidade, na hora do ato sexual, que o companheiro use camisinha?

A Sra. Presidente - Em votação a proposta. A proposta apresentada foi: retirada dos termos "mulheres casadas" do texto. As favoráveis queiram erguer os crachás. (- Pausa.) Podem abaixá-los. As que defendem a manutenção do texto levantem os crachás. (- Pausa.) Por contraste, por ampla maioria, está retirada a expressão "mulheres casadas".

Item 16 - Regina e Edméia, por favor, leiam o texto.

A Sra. Regina - Sou a favor de acrescentar ao texto a expressão: "por macrorregião". Então, o novo texto ficaria assim: "Implantação, por macrorregião, de programas para exame de DNA gratuito, com gestão do Ministério Público, focalizando-se o direito da mulher adolescente ou arrimo de família." Isso porque sou Defensora Pública e lido com processos de investigação de paternidade. Por isso sei o quanto é difícil uma cliente carente ter de enfrentar uma fila aqui em Belo Horizonte para fazer o exame de DNA. Então, que isso seja feito por macrorregião.

A Sra. Presidente - Obrigada, Regina. Com a palavra a Sra. Ednéia.

A Sra. Ednéia - Defendo que se faça uma composição do item 16 com o item 94. Então, a nova redação é a seguinte: "Implantação de programas para exame de DNA gratuito, com gestão do Ministério Público, e credenciamento, pelo SUS, de um número suficiente de unidades laboratoriais especializadas para a realização de tal exame, focalizando-se o direito da mulher adolescente ou arrimo de família.

A Sra. Presidente - A proposta apresentada pela Regina é a da inclusão da palavra "macrorregião". Regina, você concorda com a proposta da Ednéia, que, além de acrescentar a palavra "macrorregião", faz uma proposta ainda mais abrangente?

A Sra. Regina - Desde que se acrescente a expressão "por macrorregião", concordo.

A Sra. Presidente - Em votação, a junção, acrescida da proposta da Sra. Regina. Aqueles que são favoráveis levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que são contrários levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que se abstêm de votar levantem os crachás. (- Pausa.) Aprovada a proposta de junção dos itens 16 e 94, com o acréscimo da expressão "por macrorregião".

A Sra. Maria Elvira - Jô, levantei-me duas vezes para falar e vocês não estão me vendo. Já levantei o cartão duas vezes e não fui vista.

A Sra. Presidente - Desculpe-me, mas a ordem está sendo seguida de acordo com o registro dos destaques anteriormente anotados. Você também gostaria de fazer um destaque?

A Sra. Maria Elvira - Sim, do item 16. Tanto eu quanto a Eliana Piolla, Vereadora de Divinópolis, temos a mesma dúvida: por que essa questão de se colocar apenas a expressão "mulher adolescente ou arrimo de família"? É importante rever isso.

A Sra. Presidente - Então, nesse caso, é necessário que uma nova redação seja feita para que possamos apreciá-la novamente, uma vez que a matéria votada já havia sido destacada. Lembro-lhe ainda que, durante o processo de votação, não fazemos esclarecimentos. Então sugiro que você, juntamente com a Vereadora, apresentem uma nova redação para que possamos colocá-la em debate.

A Sra. Maria Elvira - Correto. Mas, realmente, temos acompanhado alguns casos de pessoas que não são nem adolescentes, nem arrimo de família, no entanto necessitam do exame de DNA.

A Sra. Presidente - Exato. Então, por gentileza, a assessoria reserve nova discussão para mudar esse item.

Itens 19 e 20, destaque para Eliane.

A Sra. Eliane - Deputada, quanto aos itens 19, 20 e 92, sugiro que se faça uma única redação, porque eles se completam.

A Sra. Presidente - Item 19: "Promoção de educação e orientação para a saúde, incluindo DST-AIDS, voltadas para a terceira idade."

Item 20: "Realização de campanhas de divulgação mais efetivas e atraentes sobre prevenção de DSTs dirigidas a mulheres de todas as faixas etárias."

Item 92: "Fomento a campanhas e programas de tratamento e prevenção das DSTs, com destaque para a AIDS, dado o crescimento do número de contaminadas, especialmente entre as casadas."

A Sra. Eliane - Deputada, o item 92 foi excluído já em que se excluiu o item 13. É óbvio. Essa questão diz respeito às mulheres casadas.

A Sra. Presidente - Correto. Então, está em apreciação a proposta de junção.

A Sra. Eliane - Sugiro a supressão do item 19 e a manutenção do item 20, porque, quando se fala em todas as faixas etárias, a terceira idade já está contemplada.

A Sr. Presidente - Então, a proposta que a senhora faz é a da supressão do item 19 e manutenção do 20?

A Sra. Eliane - E também a supressão do item 92.

A Sra. Presidente - Correto, e supressão do item 92. Alguma delegada é contrária a esta proposta?

Vamos votar. Ela fez duas propostas de supressão e uma de manutenção. Estará em votação a supressão ou manutenção do item 19: "promoção de educação e orientação para a saúde, incluindo DST e AIDS, voltadas para a terceira idade". A companheira Leda fez a defesa da supressão. Alguém quer defender a manutenção, rapidamente, ao microfone?

Uma participante - A Proposta nº 20 é promoção de campanha, a outra é promoção como uma ação contínua, na questão da assistência à saúde. Acho que uma não suprime a outra e até se complementam.

A Sra. Presidente - Em votação, o item 19. Já foi feita uma defesa, e é uma defesa para cada item. A companheira Eliane sugeriu a supressão do item 19.

A Sra. Leda - Não queremos supressão, queremos a junção.

A Sra. Presidente - A companheira encaminhou a questão duas vezes. Está em discussão a supressão do item 19. Levantem a mão os companheiros favoráveis à manutenção do item 19.

A proposta é feita de uma forma e, se for modificada, será adequada aqui. Se aprovarmos os itens 19 e 20, a junção será adequada posteriormente. Queremos saber a opinião sobre o conteúdo. Qual é a proposta da companheira para o item 20?

A Sra. Eliane - Manutenção do texto. Se quisermos melhorar, podemos colocar o enfoque para a terceira idade.

A Sra. Presidente - No item 20, a companheira propõe a manutenção do texto. Alguém é contrário? (- Pausa.) Não há proposta a ser votada.

Item 21. Não há nenhum destaque.

Item 25. Peço que as companheiras façam uma redação para as propostas de aperfeiçoamento, o que não foi possível na ocasião do destaque, e as apresentaremos.

A Sra. Cláudia - No item 25, referente aos atendimentos às mulheres espancadas, observamos que elas não são espancadas só nos dentes, e está sendo pedido apenas atendimento odontológico. Na realidade, são espancadas nos olhos, então sugiro que a redação seja: "atendimento odontológico e oftalmológico."

A Sra. Presidente - Chegou à Mesa uma proposta que parece ser da Cláudia: "garantia de prestação gratuita de serviços odontológicos e oftalmológicos para as mulheres, principalmente nos casos de lesões decorrentes de espancamento".

A Sra. Cláudia - Exatamente, porque os olhos são altamente comprometidos.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário a essa proposta apresentada pela Cláudia? Todos queremos ter uma grande participação. Há 548 questões a serem votadas, o regimento será respeitado, será apresentada uma proposta a favor e uma contra. Cláudia apresentou sua emenda, e a companheira será contrária.

Uma participante - Proponho que a redação seja "médico e odontológico", porque, se for "médico e oftalmológico", daqui a pouco será médico, gástrico e todas as especialidades da medicina.

A Sra. Presidente - A companheira Cláudia mantém sua proposta de serviços odontológicos e oftalmológicos?

Em votação, as duas propostas. A proposta da companheira Cláudia, que acrescenta "serviços odontológicos e oftalmológicos", e a proposta da outra companheira, que acrescenta "serviços médicos e odontológicos". Em votação. Os companheiros favoráveis à proposta apresentada pela Cláudia, acrescentando ao item 25 as palavras "odontológicos e oftalmológicos", levantem seus crachás. (- Pausa.) Os companheiros favoráveis à segunda proposta, que acrescenta as palavras "médicos e odontológicos", levantem seus crachás. (- Pausa.) Aprovada a segunda proposta.

Em votação, o item 29, da delegada Lu.

A Sra. Maria de Lourdes Cavaleri - Sou Maria de Lourdes Cavaleri, do Conselho da Mulher de Juiz de Fora. Sugiro que a redação do item 29 seja "deficiência física, auditiva e visual".

A Sra. Presidente - A companheira sugere que se acrescente ao item 29 "deficiência visual". Solicito, antes, em nome da Mesa e dos participantes desta conferência, que se mude a redação desse item. Não são "pessoas portadoras de deficiência", são "pessoas portadoras de necessidades especiais na área auditiva...". Está acatada a proposta da companheira Lu, que acrescenta "pessoas com necessidades especiais visuais". Alguém é contrário a esse acréscimo? (- Pausa.) Como ninguém é contrário ao acréscimo apresentado pela delegada Lu, ele está aprovado, assim como a modificação da redação para "pessoas portadoras de necessidades especiais".

Item 30. Com a palavra, a companheira Edna. (- Pausa.) A proposta já foi contemplada com a junção ao item 12.

Item 34. Com a palavra, a Sra. Leda.

A Sra. Leda - Sugiro que, no item 34, seja retirado "no primeiro trimestre da gravidez", substituindo-se por "durante todo o pré-natal", devido à imensa dificuldade de se conseguirem exames e ultra-sonografia para nossas gestantes no último trimestre da gravidez.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à modificação apresentada pela Leda? (- Pausa.) Não havendo ninguém contra, está acatada a proposta da Leda, que acrescenta "em todo o período de gestação".

Item 35. Com a palavra, a Sra. Eliane.

A Sra. Eliane - O item 35 foi contemplado, de certa forma, no item 24. Apenas sugiro que se acrescente "aumento de cota de exames,". Os itens 24 e 35 tratam do mesmo assunto.

A Sra. Presidente - Vamos ler os itens 24 e 35: "24 - Aumento da cota de exames e cirurgias para mulher, bem como melhoria dos programas específicos de saúde da mulher, garantindo gratuidade dos medicamentos e de todos os métodos contraceptivos, especialmente da camisinha feminina. 35 - Garantia de realização de exames e de cirurgias da mulher e de agilização dos programas específicos da saúde da mulher, com gratuidade na distribuição de medicamentos e de todos os métodos contraceptivos."

A delegada Leda sugere a junção dos dois itens. Alguém é contrário à junção. (- Pausa.) Fica acatada a junção pela Presidência dos trabalhos.

Item 37.

A Sra. Gláucia - Sugiro seja acrescentado ao item 37 o seguinte: "ou a qualquer outro procedimento cirúrgico". Ele ficará assim: "Garantia, na rede pública, dos mesmos direitos da servidora efetiva à servidora não efetiva que se submeteu a mastectomia, histerectomia ou a qualquer outro procedimento cirúrgico". Como está, fica limitado, pois há companheiras que são submetidas a outros tipos de tratamento e precisam de tratamento igual na rede pública de atendimento.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à proposta da Gláucia? (- Pausa.) Está aprovado o item 37.

Item 43 - Temos oito inscritas para fazer emenda. Aquelas que se sentirem abrangidas não precisam repetir as propostas. Com a palavra, a Sra. Míriam.

A Sra. Míriam - Supressão do texto.

A Sra. Valquíria - Supressão do texto.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Concordo com elas, pois é um assunto polêmico. Temos de respeitar a posição das companheiras, mas sou contra o aborto e a favor de todos os esforços para que a mulher não precise fazê-lo. É uma longa discussão.

A Sra. Presidente - Sugiro que falem agora aquelas que são contrárias à supressão do texto.

A Sra. Ivany - "A legalização do aborto em respeito ao direito da mulher...". Gostaria que fosse completado "em caso de violência comprovada".

A Sra. Presidente - Alguém mais quer se manifestar sobre o item 43? Com a palavra, a Aparecida.

A Sra. Aparecida - Aqui diz: "A mulher tem direito e autonomia sobre seu corpo". Realmente, mas não tem autonomia sobre a vida que está dentro de seu corpo.

A Sra. Presidente - Falarão as pessoas que se inscreveram. Suspendemos a apreciação e faremos a redação. Um destaque é pela supressão do texto, e outro altera a sua redação. Encerradas as palavras, retomaremos essa discussão, com a formulação a ser votada.

A Sra. Pureza Carvalho - Sou pela supressão do item 43, porque o problema não é tratado com a profundidade devida. Ninguém menciona os problemas psiquiátricos que acometem as mulheres que se submetem ao aborto, o que também é um sério problema de saúde pública.

Outro fato é que o aborto representa, antes de tudo, uma violência contra a própria mulher. Como pessoa de formação jurídica, sou contra qualquer tipo de crime. E a vida é um direito natural.

A Sra. Presidente - Terminada esta fase, suspendemos a votação e a discussão desse tema, para que venha a redação explícita. Um destaque é para suprimir o texto. O outro deve vir com a redação explícita, para que possamos apreciar.

Com a palavra, a Sra. Neuza.

A Sra. Neuza Melo - Concordo que a questão do aborto é polêmica, mas defendo a manutenção do texto, uma vez que o aborto é a terceira causa de mortalidade materna neste País, que já é altíssima e que tem de ser levada em conta. Se estamos defendendo a vida, temos de defender a vida da mulher, que tem o direito de decidir se quer ou não ter filhos. E não é só na questão dos casos previstos em lei. Queremos a ampliação do direito ao aborto. Muitas mulheres sofrem com a questão da gravidez e se vêem impossibilitadas de decidir sobre isso. Lembro que no Brasil o aborto é legalizado para quem pode pagar. E quem sofre com a mortalidade materna, com os riscos provocados pelo aborto mal feito são as mulheres que não têm acesso a hospitais nem podem pagar um aborto feito por médicos.

A Sra. Presidente - Retomaremos a discussão posteriormente. Agora falarão os que se inscreveram na ocasião. Interromperemos esse tema, continuaremos o processo e retomaremos o tema com tempo, para uma discussão com mais tranquilidade. Com a palavra, a Sra. Maria Angélica.

Com a palavra, a Sra. Maria Angélica, inscrita anteriormente.

A Sra. Maria Angélica - Sou a favor da supressão, porque não reconheço como legalizador do aborto o art. 128 do Código Penal, com base no "caput" do art. 5º da Constituição Federal de 1988, que revogou o art. 128, conforme afirma o Dr. Ives Gandra Martins.

O "caput" do art. 5º fala de direito à vida. O direito de autonomia sobre o próprio corpo e sobre a própria vida pessoal não se sobrepõe ao direito à vida de uma pessoa que é condenada à pena de morte sem o menor direito de defesa.

A ciência reconhece que a vida inicia-se na concepção. Um óvulo, quando já fecundado, não se desenvolve no útero de outra mulher com as mesmas características da mãe biológica? Está provado que sim, e isso é vida.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Sr. Fábio.

O Sr. Fábio - Respeito o Grupo I, que formulou belíssimas questões, mas opto pela supressão do item 43, porque tenho certeza de que não representa o desejo da maioria dos presentes neste Plenário. Tal item atenta contra o direito à vida, porque o óvulo, após fecundado e ocorrida a nidação, que é a fixação no útero, já traz em si a existência de uma pessoa.

A Sra. Presidente - Há três propostas relativas ao item 43: supressão, nova formulação e manutenção do texto. Interromperemos, por enquanto, sua discussão, porque o tema é polêmico. Apreciaremos o item 43 posteriormente.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, para falar sobre o item 44.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sugiro que se retire o termo "minoritário" da redação. O item 44 não inviabiliza o 43, apenas acrescenta. Vejo como positivo "o investimento em educação e em políticas humanitárias que evitem que a mulher chegue à gravidez indesejada". A meu ver, portanto, não há necessidade de registro para votação minoritária.

A Sra. ... - Particpei ontem da votação desse item no Grupo I. O quórum foi de apenas 25%. Nós o trouxemos para a plenária na esperança de que, suprimindo-se o item 43, o item 44 seja abrangido.

A Sra. Presidente - A Deputada Maria Tereza Lara propõe que se retire o termo "minoritário" e que se mantenha o restante do texto. Esclareço, Deputada Maria Tereza Lara, que o termo "minoritário" é um registro regimental de votação e, normalmente, é retirado no relatório final. Serve para informar ao Plenário que a votação da proposta reuniu apenas 25% do Grupo I.

A Deputada Maria Tereza Lara - Assim sendo, retiro minha questão de ordem.

A Sra. Presidente - Fica, então, mantido o item 44 tal como está redigido. Alguém é contrário à manutenção?

A Sra. Míriam - Proponho a supressão do item 44, já que sou favorável ao direito ao aborto. Investimento em educação e políticas humanitárias que evitem a mulher chegar à gravidez indesejada: isso não existe. A gravidez é indesejada porque é indesejável. Se não fosse indesejável, não existiria.

A Sra. Presidente - Vamos votar as duas propostas: manter ou retirar o texto. Com a palavra, pela ordem, a Deputada Marília Campos.

A Deputada Marília Campos - Assim como o item 43, que é polêmico, ficou para ser votado posteriormente, a votação da 44 neste momento prejudicará a apreciação da 43. Proponho que se adie essa votação.

A Sra. Presidente - A Mesa acata a proposta de apreciação do item 44 no momento da votação do item 43.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputada Jô Moraes, já que retirei a minha questão de ordem, o ponto não estava mais em votação. O meu pedido era em razão de ser questão minoritária. Como solicitei a retirada da questão de ordem, esse item não está mais em votação.

A Sra. Presidente - Esclarecendo o encaminhamento, Deputada Maria Tereza Lara, V. Exa. teria retirado o pedido, e a Neuza o reapresentou. Proponho à plenária que o item 44 seja discutido quando da discussão do item 43. As delegadas favoráveis a esse encaminhamento levantem seus crachás. (- Pausa.) As delegadas contrárias levantem seus crachás. (- Pausa.) Abstenções. (- Pausa.) O item 44 será apreciado, então, quando discutirmos o item 43.

Passamos agora ao item 45. Com a palavra, a Edna.

A Sra. Edna - É uma proposta que merece o nosso aplauso, pois tem grande importância para as mulheres que sonham em ser mães, mas não têm condições financeiras. Acrescentaria que isso deveria ocorrer, no mínimo, após cinco anos de casamento, porque existem outras formas para descobrir as causas da infertilidade. Seria um período de cinco anos para constatar se realmente a infertilidade tem de ser resolvida por meio de inseminação, que é um método caríssimo.

A Sra. Presidente - A delegada Edna propõe, no item 45, relativo ao direito aos tratamentos gratuitos de infertilidade, que se complemente com "após cinco anos de casamento". Alguém é contrário à proposta? (- Pausa.) Com a palavra, a Ana, para a justificativa, antes de procedermos à votação.

A Sra. Ana - Sou contrária à proposta porque não devemos restringir o acesso a esse tipo de tratamento somente às mulheres casadas, deveria ser garantido também à mulher não casada. Além disso, considero autoritarismo definirmos o prazo que a mulher terá para fazer esse tipo de coisa em sua vida. Proponho a manutenção do texto.

A Sra. Presidente - Em votação, o item 45. A proposta da Edna é que se acrescente "após cinco anos de casada", e a da Ana é que se mantenha o texto como está. As delegadas e os delegados que aprovam o acréscimo de "cinco anos" levantem os crachás. (- Pausa.) Podem abaixar. As delegadas e os delegados que votam pela manutenção do texto levantem os crachás. (- Pausa.) Aprovado o texto tal como está.

Com a palavra a Sra. Osvaldina e a Deputada Maria Tereza Lara, para argumentarem sobre o item 48.

A Sra. Osvaldina - Gostaria que fosse incluído um abaixo-assinado, em todos os municípios, que envolvesse instituições, entidades e movimentos de mulheres, em apoio a essa resolução. Por que isso? Porque somos muito poucas aqui para assinar essa moção. A coisa é muito mais ampla. Há muitas pessoas não presentes que estão de acordo e querem participar da moção. Seria, então, um abaixo-assinado, de preferência, nacional, para estendermos isso.

A Sra. Presidente - A proposta da Osvaldina é que, no item 48, em vez de "elaboração de uma moção" seja "elaboração de um abaixo-assinado em apoio à resolução da ONU sobre orientação sexual e direitos humanos". O abaixo-assinado seria levado aos municípios. Alguém é contrário à proposta da Osvaldina quanto ao abaixo-assinado a ser levado aos municípios, em vez de apenas uma moção? Quem for contrário dirija-se ao microfone ou sinalize.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero fazer um aparte: isso foi discutido no grupo, e muitas pessoas não têm clareza - desculpem-me, não estou julgando ninguém - e noção exata sobre a resolução da ONU.

A Sra. Presidente - Com a palavra, por 30 segundos, para explicar a resolução, a Sra. Osvaldina.

A Sra. Osvaldina - Então, quando formos elaborar essa moção, expliquemos o que significa a resolução. Assim, as pessoas a assinarão com conhecimento de causa. Se formos explicar isso agora...

A Deputada Maria Tereza Lara - Como ela disse isso e há algumas pessoas ainda não esclarecidas sobre a situação, quero dizer que sou contra o abaixo-assinado. Como as pessoas o assinarão, se não conhecem o assunto?

A Sra. Presidente - Deputada Maria Tereza Lara, em respeito à preocupação da Osvaldina, com a palavra, a Sra. Neuza Melo, para esclarecer o assunto.

A Sra. Neuza Melo - A resolução é uma proposta que a diplomacia brasileira encaminhou à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Ela é uma proposta intitulada "Direitos Humanos e Orientação Sexual" e determina direitos para lésbicas, gays e transexuais que, muitas vezes, são vítimas de violência no mundo. Em muitos países eles são condenados a torturas, a maus-tratos, à prisão e até à morte.

Essa resolução foi discutida ano passado. Em razão da ação dos países árabes, foi retirada de pauta e introduzida novamente este ano na reunião da Comissão de Direitos Humanos. Foi novamente retirada por pressão dos árabes. É uma resolução importante, porque a orientação sexual é o único tema dos direitos individuais que não está devidamente tratado na ONU.

A Sra. Osvaldina - É a questão da homofobia; isso já foi discutido em diversas conferências, até mesmo latino-americanas.

A Sra. Presidente - Já está esclarecido o suficiente. É apenas apoio ao abaixo-assinado. Como a Osvaldina disse, vamos esclarecer o texto do abaixo-assinado na militância. As pessoas que são favoráveis ao abaixo-assinado proposto pela Osvaldina queiram levantar os crachás. Em votação. (- Pausa.) As pessoas que não entenderam se absterão. Os que são contrários ao abaixo-assinado municipal proposto pela delegada Osvaldina queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Abstenções. (- Pausa.) Aprovada a proposta de abaixo-assinado municipal para popularizar a resolução da ONU.

Delegados e delegadas, são quase 11 horas e estamos no primeiro tempo. Quero lembrar que, ao final, faremos a discussão sobre supressão ou não; o debate já foi feito. As companheiras que quiserem fazer alguma alteração nos itens 43 e 44 encaminhem por escrito, que será apreciado.

Item 56 - Criação, ampliação e divulgação de programas alimentares... Rosinha ou Andréia, rápido, dirijam-se ao microfone. A Andréia não está presente. Passemos para o item 57. Com a palavra, a Sra. Rosilene.

A Sra. Rosilene - Criação de políticas públicas que inibam o consumo das drogas. O termo "inibir droga" pesa muito, porque Diazepan também é uma droga, mas é de uso controlado. Qualquer medicação controlada é uma droga. Quando se fala droga, pensa-se só em maconha, "crack". Temos de aprender a controlar o uso dele. Fiz uma sugestão por escrito para mudar a redação do texto para a forma que acho conveniente. Há muita gente que precisa de medicação; inibir não tem jeito.

A Sra. Presidente - O.k., Rosilene. Alguém é contrário à proposta da Rosilene? (- Pausa.) O texto será lido assim que a assessoria o trouxer até nós. Item 59. Com a palavra, a Sra. Paixão.

A Sra. Paixão - Item 59 - Atenção especial à mulher idosa. Penso que isso devia ser abrangido no item 58, mudando a redação: "Garantia de atendimento especial e prioritário para mulheres idosas em todas as áreas..."

A Sra. Presidente - A Mesa acata essa complementação. Alguém é contrário a que se acate a junção? (- Pausa.) Aprovado; não precisa de mais ponderações.

O item 57 proposto pela Rosilene é: "... políticas públicas de controle e prevenção ao uso indevido das drogas". Alguém é contrário ao aperfeiçoamento dela? (- Pausa.) Não. Acatada a proposta de aperfeiçoamento da Rosilene.

Item nº 59, Neusa. (- Pausa.) Contemplado.

Item nº 62, Leda.

A Sra. Leda - No item 62, pede-se a inclusão de informativo sobre o tratamento de hanseníase para as mulheres. Minha proposta é que essa redação seja modificada para: "inclusão, nas disciplinas dos cursos fundamental e médio, de informativo sobre prevenção e tratamento das doenças endêmicas regionais". Não adianta darmos informações apenas sobre o tratamento. Temos de lutar pela medicina preventiva e informar sobre a prevenção e o tratamento não só da hanseníase, mas também das outras doenças que matam e mutilam em nossas regiões, principalmente nas mais carentes, como a que represento, o vale do Jequitinhonha: a tuberculose, a hanseníase, a leishmaniose e a doença de Chagas.

A Sra. Presidente - Por favor, queira apresentar a proposta por escrito. Alguém é contrário a ela? (- Pausa.) Não. Está acatada e aprovada a proposta da Leda, que a encaminhará por escrito.

Item 63, Ivone. Enquanto aguardamos que a Ivone chegue ao microfone, vou ler a proposta que nos foi apresentada pela Marluce, para que a Ivone aprecie se já está contemplada na sugestão da colega: "Criação, pelo Estado, de clínica de tratamento para mulheres dependentes químicas, com apoio da comunidade". Se a proposta for a mesma, Ivone, não é preciso defendê-la.

A Sra. Ivone - Eu gostaria que se fizesse um acréscimo nessa proposta, sugerindo: "Criação de clínica de tratamento para mulheres dependentes químicas e familiares, priorizando-se o usuário de drogas ilícitas" - pois, como a colega disse, "droga" é uma palavra de sentido genérico - "com apoio do Estado, em parceria com os respectivos municípios, evidentemente por meio do Poder Executivo".

A Sra. Presidente - Marluce, é algo diferente?

A Sra. Marluce - Imagino que sim, pois estou atribuindo ao Estado a responsabilidade de criar a clínica e à comunidade a responsabilidade de apoiá-la.

A Sra. Ivone - E o município?

A Sra. Marluce - Sim, mas, do contrário, estaríamos substituindo o Estado. Se o grupo concordar, poderia ficar assim: "Criação, pelo Estado, de clínica de tratamento para mulheres dependentes químicas, com apoio da comunidade". Quando digo "Estado", refiro-me também ao município.

A Sra. Presidente - A Mesa compreende que podem ser somadas as sugestões, incluindo-se em uma redação "drogas ilícitas" e "município". Encaminhamos, então, pela junção das propostas da Marluce e da Ivone, ressaltada a responsabilidade do Estado e do município. Alguém é contrário a essa junção? (- Pausa.) Acatada e aprovada a junção.

Item 64, Paixão.

A Sra. Paixão - Proponho que o texto seja redigido da seguinte maneira: "Garantia, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de atendimento especializado para mulheres negras no tratamento de enfermidades específicas", porque, pelo que entendo, o câncer da mama e a osteoporose não são doenças específicas da raça negra. Específicos, na verdade, são hipertensão, miomatose e anemia falciforme.

A Sra. Presidente - A proposta que a Mesa faz à Paixão, com a assessoria do Movimento Negro, é que faça a correção e a traga à Mesa, pois ninguém haverá de ser contrário a uma proposta de desenvolvimento e ampliação da saúde. (- Pausa.) Você é contrária? Por favor, já está em discussão a proposta escrita com nova redação.

A Sra. Patrícia Cipriano - Acho discriminatório falarmos "negra". Vocês pensam que nós, médicos, deixaremos alguém sem atendimento no CTI por ser negro? De forma alguma.

A Sra. Presidente - Isso não está em apreciação. Por favor, Paixão, faça a nova redação, adequada às doenças da raça negra, que a Mesa a apreciará, com todo o respeito que devemos aos médicos, e a votaremos segundo o novo texto.

A Sra. Ana Lúcia - Sra. Presidente, a questão das enfermidades específicas foi contemplada na Proposta nº 30, que já foi votada. Houve junção de duas propostas. Creio que não será necessário fazer nova redação.

A Sra. Presidente - Por favor, procure a delegada, a fim de verificar se a proposta está mesmo contemplada.

O item 65 se refere à implementação do Projeto Viva Vida. A Francisca solicita esclarecimentos sobre esse projeto.

A Sra. Francisca - Está muito vago. Qual é o objetivo desse projeto? A proposta cita apenas a sua implementação.

A Sra. Presidente - É um projeto do Governo, cujo esclarecimento consta no documento destinado a nortear as discussões. Solicitamos que apreciem o item 65, que será votado, caso a Francisca queira retirá-lo. Pelo que sei, está apenas pedindo esclarecimentos. Francisca, você é contra a manutenção desse item?

A Sra. Ana Lúcia - Sou a favor do item 65.

A Sra. Presidente - A assessoria vai providenciar a complementação. No documento básico está esclarecida a proposta do Projeto Viva Vida.

Item 66. Com a palavra, a Sra. Neuza.

A Sra. Neuza - Proponho que o item 66 seja suprimido, porque o item 69 garante a discussão sobre mães adolescentes e programas ligados à saúde da mulher. O item 66 propõe a conscientização dos riscos causados por uma vida sexual precoce. Isso estimula atendimento preconceituoso a adolescentes grávidas.

A Sra. Presidente - Procederemos à leitura desses itens, para que compreendam que o 66 já está contemplado no 69. O item 66 propõe o seguinte: "Conscientização dos riscos causados por uma vida sexual precoce, como gestação não desejada e DSTs, principalmente o HIV". A proposta do item 69 é a seguinte: "Criação de programas para acompanhamento de mães adolescentes e de programas ligados à saúde da mulher".

Alguém é contrário à supressão do item 66?

Ana, você é contrária à supressão?

A Sra. Ana - Sou pela junção desses itens. Poderemos complementar o item 69 com o 66. Ficaria assim: "Criação de programas para acompanhamento de mães adolescentes e de programas ligados à saúde da mulher, com conscientização dos riscos causados por uma vida sexual precoce, como gestação não desejada e DSTs, principalmente o HIV".

A Sra. Presidente - A Neuza propõe a supressão da expressão "por uma vida sexual precoce", que pode caracterizar tratamento discriminatório. A Ana propõe a junção dos itens 66 e 69. Alguém é contrário à junção? (- Pausa.) Aprovada a junção dos itens 66 e 69, com a supressão dos termos "vida sexual precoce".

Em apreciação, o item 71. Com a palavra, a Sra. Fabiana. (- Pausa.)

Proposta de junção dos itens 68 e 69: "Criação de programas ligados à saúde da mulher, visando a garantir orientações e acompanhamento de forma integral, ou seja, da adolescência à menopausa". Isso contempla todas as questões presentes.

Item 73. Com a palavra, o Sr. Fábio.

O Sr. Fábio - A exemplo do item 104, solicito que seja detalhado o item 73: "Permanência do art. 35 da saúde, respeitando as diferenças regionais e locais". Qual é esse art. 35?

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à proposta do Fábio, ou seja, complementar o art. 35? (- Pausa.) Aprovada e acatada.

A Luziana Lanna está fazendo a sugestão de que os pontos que não são polêmicos, que são apenas aperfeiçoamento, sejam apresentados à Mesa, para que possamos ter condições de chegar ao último tema. Não podemos cercear o direito dos delegados, mas fazemos um apelo para apresentarem por escrito.

No item 75, sugere-se a criação de grupos para a família, e não apenas para as mulheres. A outra proposta seria a criação de um grupo para mulheres nos PSFs, onde elas possam receber orientação sobre saúde e educação sexual dos filhos, incluindo o homossexualismo e outros assuntos referentes à família, por equipe multidisciplinar, inclusive profissional em serviço social. Alguém é contrário às duas sugestões? Ninguém é contrário. Foi acatada a proposta.

Item 76 - Alguma proposta?

A Sra. Cândida - A garantia de condições para o agente de saúde marcar as consultas está afeita mais à Proposta nº 88, de garantia de aumento do número de profissionais qualificados na área de saúde. Definir o papel do agente de saúde e do profissional que atende diretamente o paciente.

A Sra. Presidente - A Proposta nº 88 já abrange essa anterior, que deve ser suprimida. Fica, portanto, suprimido o item 76, porque o 88 já o contempla.

O item 77 já tem uma proposta, que é a garantia de segurança física, moral e trabalhista com melhor condição salarial e diminuição de carga horária aos agentes de saúde. Alguém é contrário? (- Pausa.) Aprovada.

Item 84 - Educação sexual na escola.

A Sra. Marília - Sugiro que a proposta nº 66 seja substituída pela nº 84, com a seguinte redação: "Educação sexual na escola, através da integração saúde-educação, com ênfase nos riscos causados por uma vida sexual precoce, com gestação não desejada, DSTs e HIV".

A Sra. Presidente - Ok, Marília. Já foi retirada e votada proposta de educação sexual precoce. Sugiro que a complementação "educação sexual na escola, através da integração saúde-educação" seja anexada ao item 66.

Já está acatada a votação. Já foi retirada a proposta de educação sexual precoce. A ela só vai ser acrescentada "educação sexual na escola".

através da integração saúde-educação", o que não é contraditório, mas complementar.

Item 87

A Sra. Leda - Gostaria de sugerir a exclusão desse item, porque acho-o muito preocupante, do jeito que está. Esse conteúdo já está englobado nas inúmeras reivindicações que fizemos com relação a planejamento familiar. Em um planejamento familiar bem-feito, isso já está incluído. É um risco colocarmos isso, principalmente em ano eleitoral, quando, em troca de votos, candidatos saem mutilando as mulheres. Sugiro a exclusão desse item.

A Sra. Presidente - Alguém quer manter esse texto? Como ninguém quer manter o texto, está suprimido o item 87 da tese.

Sobre o item 88, há alguma alteração substancial?

A Sra. Edna - Gostaria de acrescentar: "aumento do número de profissionais de saúde, especialmente na zona rural". As mulheres da zona rural não têm acesso ao atendimento por parte desses profissionais.

A Sra. Presidente - Acatada.

Item 90, Valquíria. Supressão do texto após "incluindo a assistência ao abortamento, principalmente entre mulheres jovens".

Segunda proposta: suprimir a parte que diz: "abortamento principalmente entre mulheres jovens". Aborto, apenas no que já é legal.

Terceira proposta: suprimir: "assistência ao abortamento, principalmente entre mulheres jovens".

Essa proposta vai ser votada no item sobre a discussão do aborto. Se houver dúvida, façam perguntas por escrito.

A Fabiana falará sobre a 91.

A Sra. Fabiana - Estou propondo um acréscimo: que a mulher, além de ter garantido o direito de fazer o parto natural, tenha um acompanhante de sua escolha no momento do parto. A OMC e o Ministério da Saúde no Brasil dão-nos um indicativo de que a presença do acompanhante, no momento do parto, reduz a mortalidade materna. Acho que é importante garantir isso.

A Sra. Presidente - Incluir no texto o direito a um acompanhante na hora do parto. Há alguém contra isso?

A Sra. Edna - Isso varia muito. Há casos em que o acompanhante desmaia e o médico deixa de cuidar da paciente que está dando à luz.

A Sra. Presidente - Em votação, a proposta da Fabiana, de incluir um acompanhante para o parto. E há a proposta de deixar o texto como está. Quem é favorável à proposta da Fabiana queira levantar o crachá. (- Pausa.) Podem abaixá-lo. Os que são contrários, queiram levantá-los. A companheira diz que é uma questão de procedimento. Estamos respeitando o direito de o médico agir, mas também estamos respeitando o desejo das mulheres.

Item 92, Ana Guerra.

Item 94, Ednéia.

A Sra. Ana Guerra - Deputada, o item 92 já foi contemplado no item 20.

A Sra. Ednéia - O item 94 já foi contemplado no item 16.

A Sra. Presidente - Item 102, Paixão.

A Sra. Paixão - Proponho a supressão do item 102, porque isso é ir muito além do real.

A Sra. Presidente - Item 102: "Criação de vias exclusivas para exercício de caminhada". Alguém deseja manter essa proposta? Em votação, a manutenção da proposta de criação de vias exclusivas para o exercício da caminhada. Aqueles que votam pela manutenção da proposta levem seus crachás. (- Pausa.) Aqueles que votam pela supressão dessa proposta levem seus crachás. (- Pausa.)

Essa é uma questão mais simples, portanto peço agilidade no processo. Colocarei em votação novamente. As delegadas e os delegados favoráveis à manutenção do texto de criação de vias exclusivas para o exercício da caminhada, por favor, levem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que são favoráveis à supressão do texto levem os crachás. (- Pausa.) Houve 110 votos favoráveis à manutenção e 84 contra. Portanto, fica mantido o texto do item 102.

A Sra. Eliane - Não estou discutindo a votação, mas faltou esclarecimento, porque esse é um direito de cidadania não só para as mulheres, mas para qualquer cidadão. A proposta é um avanço em termos de política pública, as pessoas não a entenderam, e é necessário esclarecê-la.

A Sra. Presidente - Na oportunidade, esclareceremos. O pleito estava relacionado, ao invés de à "caminhada", ao "saneamento básico". Essa foi a informação do coração das pessoas, mas conduziremos a votação.

Estamos perdendo muito tempo com os acréscimos e os aperfeiçoamentos, e a assessoria terá o bom-senso de recuperar e de não acatar.

A Proposta nº 105 é: "Prática de escuta nos casos de urgência médica, para não discriminar a pessoa e levá-la a correr risco de vida". Há alguém contra a proposta de aperfeiçoamento do procedimento médico? (- Pausa.) Está acatada a proposta.

A Proposta nº 106: "Ampliação do serviço de atendimento de especialistas nos PSFs, com a inclusão de médico obstetra, de nutricionista, de psicólogo e de atendimento jurídico". É óbvio que isso contempla a proposta anterior, de ampliação dos PSFs. Considero acatada por todos. Alguém é contra esta proposta? (- Pausa.) Está acatada.

A Sra. Marília Reis - Peço a palavra para trazer uma questão de ordem. Deputada Jô Moraes, você também já está começando a atropelar. Não adianta vaiar, são questões sérias e não estamos brincando. As propostas vieram dos grupos, onde foram aprovadas, para serem discutidas na plenária, que é soberana. Com relação à Proposta nº 106, por exemplo, se há três pessoas para falar, sugiro que se reúnam antes, entrem em consenso e o levem à plenária. Isso já devia ter sido feito, para que não acontecesse esse atropelamento. Há várias propostas, e não sairemos daqui antes das 20 horas.

A Sra. Presidente - Companheira, o primeiro esclarecimento é o seguinte: a Mesa, desde o começo, vem fazendo um apelo para que as pessoas se entendam, mas não cabe à Mesa cercear o legítimo direito de falar que todos têm.

O segundo esclarecimento é que a Mesa está rigorosamente respeitando o regimento, que diz que, quando há questão contraditória, uma pessoa tem direito a falar a favor e outra, contra. Se houver alguém contra, terá direito de falar em todas as ocasiões. Temos sete temas importantíssimos, e a Mesa continua apelando para que os entendimentos sejam feitos. Se esta Presidência ferir o regimento, vocês terão todo o direito de pedir que seja cumprido.

A Vereadora Raulina Maria Adissi - Em relação à Proposta nº 106, "ampliação do serviço de atendimento de especialistas nos PSFs, incluindo médico obstetra, psicólogo e atendimento jurídico", lembro que um dos problemas que temos com o PSF é a falta de inclusão do profissional da área de nutrição, num País onde o Fome Zero é meta do Governo, e a desnutrição é um dos nossos maiores problemas. Temos de aproveitar a oportunidade para incluir o profissional da área de nutrição, principalmente no PSF, que tem como meta ir à casa do cidadão e fazer um levantamento de sua situação de saúde.

E nosso País tem em sua base um problema nutricional que dá vazão a todo o tipo de doença a partir do seu não-tratamento. Por isso, pleiteamos a inclusão do profissional da área de nutrição.

A Sra. Presidente - Acatamos sua proposta.

Proposta nº 106: "Ampliação do serviço de atendimento de especialistas nos PSFS, incluindo médico obstetra, psicólogo e atendimento jurídico.". Algo em contrário a essa proposta? (- Pausa.)

A Vereadora Raulina Maria Adissi - A função do PSF não é de médico especialista, é função de generalista, atendendo a parte de obstetria, clínica médica, pediatria etc.

A Sra. Sônia Moreira - Sou assistente social, da Comarca de São Gotardo. Propus uma nova redação, mas me senti contemplada no item 57, que trata das equipes de saúde da família, atendendo ao PSF.

A Sra. Presidente - Sônia já está contemplada e, portanto, retirada a emenda.

A última emenda ao item nº 106 é da companheira Silvana. Perguntamos-lhe se acata a não-introdução da emenda?

A Sra. Silvana de Araújo - Estou no 7º período de graduação em Serviço Social e concordo que fui contemplada no item nº 57.

A Sra. Presidente - A primeira proposta sugere a exclusão do item 106 por ter sido contemplado em outros itens. Em votação. As delegadas favoráveis à exclusão do item 106, levantem seus crachás. (- Pausa.) As delegadas contrárias à referida exclusão levantem seus crachás. (- Pausa.) As delegadas que se abstêm de votação levantem seus crachás. (- Pausa.) Excluído o item 106, por já ter sido contemplado.

Item 108: "Fortalecimento da ação fiscalizadora dos Conselhos Municipais de Saúde.". Com a palavra, Marília.

A Sra. Marília - O papel do Conselho já é fiscalizar. Portanto, sugiro uma nova redação: "Capacitação permanente dos Conselheiros Municipais de Saúde para que exerçam seu papel fiscalizador nas ações de saúde."

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à proposta da Marília? Não havendo ninguém em contrário, está acatada a proposta, que é um aperfeiçoamento do papel dos Conselhos.

Item 112. Proposta da Fabiana, sugerindo o acréscimo de "efetivação na implementação das casas de parto" ao referido item. Alguém é contrário a essa proposta? Não havendo quem seja contrário à proposta, fica anexado ao item 112 "implementação das casas de parto".

Item 113.

A Sra. Paixão - Sugiro que o item 113 seja suprimido e acrescentado ao item 31, que ficará assim: "Efetivação das ações de promoção e educação para a saúde da mulher vinculadas ao Programa de Saúde da Família - PSF-, buscando-se inverter a lógica do modelo de saúde centrado na doença, priorizando-se o autocuidado."

A Sra. Presidente - A Mesa acata a proposta e aprova essa questão.

Item 115.

A Sra. Marilda - Proponho a supressão do item 115, pois temos de exigir dos profissionais respeito ao ser humano independentemente da área em que atue, seja homem, seja mulher. É uma proposta inviável até para determinados municípios.

A Deputada Maria Tereza Lara - Fui contemplada com a fala da companheira, porque, com todo respeito a quem elaborou o texto, isso é uma discriminação.

A Sra. Presidente - Alguém deseja manter o texto? (- Pausa.)

A Sra. Eliana Piolla - Sou pela manutenção do texto. Por incrível que pareça, nós, mulheres, sofremos abusos até depois da morte. Na minha cidade, conseguimos, por meio do Governo Municipal, que os serviços funerários fossem realizados por agentes do sexo feminino. Lamentavelmente, somos violentadas até depois de mortas.

A Sra. Presidente - Em votação. As delegadas favoráveis à supressão do texto levantem seus crachás. (- Pausa.) As delegadas contrárias à supressão do texto levantem seus crachás. (- Pausa.) As delegadas favoráveis à manutenção do texto levantem seus crachás. (- Pausa.)

A supressão teve 80 votos, enquanto a manutenção teve 89 votos.

Uma participante - Discordo. Não estão olhando para a galeria.

A Sra. Presidente - Um assessor na galeria nos informou. Passaremos ao item 116. Proporemos outra dinâmica, senão não conseguiremos chegar à votação das delegadas. Enfatizar a questão da distribuição do preservativo para adolescentes nos centros de saúde, independentemente da idade das mulheres, não garante nada. É um acréscimo que foi feito à política educacional de orientação sexual. Alguém é contra? A Mesa entende que isso abrange a proposta de orientação aos adolescentes e acata.

A Maria José diz que a proposta 119 não tem nada a ver com essa conferência, pois cabe aos Juízes, e já existem leis específicas na Constituição Federal para esses fins. Passo a ler o item 119: "Aprovação da adoção de crianças por casais homossexuais e apoio à fertilização artificial, garantindo-se o direito de maternidade a lésbicas.". Em votação, a proposta. A emenda que aqui chegou é pela supressão do texto. Estamos encaminhando a proposta 1, pela supressão do texto. A proposta 2 é pela manutenção do texto. Os que forem favoráveis à supressão do texto levantem os crachás. Podem abaixar. Tentaremos o contraste. Os que forem pela manutenção do texto, queiram levantar os crachás. Vai precisar contar? Novamente, procederemos à votação, para não atropelar. Está difícil. Estamos em processo de votação. Quem defende a supressão do item 119 levante o crachá e o mantenha levantado. (- Pausa.)

Pela manutenção do texto, votaram de 80 a 89 participantes. Pela supressão, votaram 126 participantes. Está, portanto, suprimido o texto.

A Sra. Ana - Sra. Presidente, sugiro que se retome o encaminhamento de, antes da votação, conceder a palavra a quem estiver contra, para que faça a defesa.

A Sra. Presidente - Estamos apenas no final do primeiro tema. Agilizaremos a votação dos que não são polêmicos e nos ateremos aos que o são.

A seguir, serão postos em votação os itens 43 e 44, a respeito dos quais 12 pessoas se pronunciaram. Indagamos da plenária se julga necessário ouvir uma defesa e uma justificativa contra, conforme prescreve o regimento. Quem considera que o item 43, que se refere ao aborto, ainda precisa de defesa e argumentação contrária levante o crachá. (- Pausa.) Quem já se considera esclarecido e julga desnecessário o procedimento, levante o crachá. (- Pausa.) O procedimento foi considerado desnecessário pelo Plenário.

Em votação, o item 43: "Legalização do aborto, em respeito ao direito da mulher de ter autonomia sobre seu corpo e sua vida pessoal". As delegadas e os delegados que defendem a manutenção do item 43 queiram levantar os crachás. (- Pausa.)

Resultado: 150 pessoas votaram pela supressão do item 43, e 81 pessoas votaram pela sua manutenção.

Item 44. Investimento em educação e políticas humanitárias que evitem que a mulher chegue à gravidez indesejada e, conseqüentemente, à necessidade de fazer um aborto. Em votação, o item 44. As companheiras e companheiros que desejarem a manutenção do texto queiram levantar seus crachás. (- Pausa.) As companheiras e os companheiros que desejarem suprimir o texto queiram levantar seus crachás. (- Pausa.) Abstenções. (- Pausa.) Está mantido o item 44 na forma como se encontra.

Proposta nº 90.

Uma participante - Como suprimimos o item 43, queremos que o item 90...

A Sra. Presidente - Não precisa explicar, vamos votar. O plenário deliberou que todos esses casos estavam esclarecidos. Colocamos em votação para que todos os apreciassem.

A Sra. Neuza Melo - Mas o item 90 é um pouco mais complexo, não é simplesmente "sim" ou "não".

A Sra. Presidente - Surgiu a proposta de se recorrer da decisão do plenário, que é soberana. Há o desejo de que, no item 90, seja aberta a possibilidade de defesa e de argumentação contrária. Em votação. Os que desejarem permitir o uso da palavra em relação ao item 90 levantem seus crachás. (- Pausa.) Os que não desejarem permitir o uso da palavra em relação ao item 90 levantem seus crachás. (- Pausa.) O plenário não considera necessários mais esclarecimentos sobre o item 90.

Vamos proceder à leitura do item 90. A proposta é de supressão. (- Lê:)

"Promoção, qualificação e humanização da atenção obstétrica e neonatal, incluindo a assistência ao abortamento, principalmente entre mulheres jovens."

Vamos proceder à votação da maneira como tem sido feito: primeiro a alteração proposta e depois o texto.

Os delegados que são favoráveis à supressão do item 90 queiram levantar seus crachás. (- Pausa.) Os que são favoráveis à manutenção do item 90 queiram levantar seus crachás. (- Pausa.)

A assessoria informa que foi majoritária a votação pela manutenção do item 90.

Encerramos a votação do primeiro tema. Mudaremos os procedimentos.

A Sra. Eliana Piolla - Questão de ordem. Devido o horário avançado, sugiro que o Plenário avalie a antecipação da escolha das delegadas, para

liberar algumas pessoas que devem retornar às suas cidades. Esse não é o meu caso específico. Sugiro, então, a escolha das delegadas e a continuação da plenária com aquelas que residem mais próximo.

A Sra. Presidente - A coordenação analisará o tempo que ainda necessitamos, mas, em princípio, é contrária a essa questão, porque as idéias que vão para Brasília são as de vocês. Por isso, elas devem ser apreciadas. Sugerimos a seguinte dinâmica: as pessoas que participaram dos grupos discutiram à exaustão e receberam muitas propostas. Não temos condições de ler todas as propostas do relatório apresentado. Por cooperação das coordenadoras, dispensamos a apresentação do tema. Depois das palavras do Felipe, organizem-se para fazer os destaques de conteúdo, como supressão, emenda, mudança, desenvolvimento e aperfeiçoamento das propostas. Enviem isso para a Mesa, que, se encontrar algo polêmico e com conteúdo, o votará no final. Todo tipo de proposta de aperfeiçoamento deve ser encaminhada para cá, e serão destacadas por tema as polêmicas, ou seja, o que for contrário, suprimido ou estiver incompleto. Com a palavra, o nosso companheiro Felipe Willer, um batalhador incansável. Na mesa do grupo II, de violência, chegou uma solicitação de esclarecimento: o Conselho Estadual de Minas Gerais deve fazer a prestação de contas da verba federal recebida para a realização das conferências municipais e estadual. Como a conferência foi coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, o Felipe dará os esclarecimentos, pois é obrigação nossa prestar contas de todo e qualquer processo coletivo por nós realizado. Com a palavra, o Felipe.

O Sr. Felipe Willer - Bom-dia. Aproveito o momento para agradecer e também esclarecer alguns aspectos. Não houve por parte do Governo Federal nenhum aporte de recursos para este evento. E essa não é uma crítica a ele, que realizará uma grande conferência em Brasília. Com certeza, ele não tinha como disponibilizar recursos para nenhum Estado ou município. O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, o Conselho da Mulher, as entidades, as empresas e a sociedade, que participaram, desde o início, desta conferência, capitalizaram recursos para a sua execução.

Esses recursos vieram de várias formas: cessão de espaço, cessão de material, alimentação, água, bolos, sucos. Contamos com a ajuda de várias entidades, aproveito para relacionar algumas: Newton Paiva Ferreira, Fundação Newton Paiva, Prefeitura de Belo Horizonte, CREA-MG, COPASA e Vilma Alimentos. Aproveito também para agradecer os apoios institucionais: SEPLAG, Subsecretaria de Esportes, Assessoria de Comunicação da SEDESE, Assembléia Legislativa, Deputadas e toda a equipe de comunicação e relações públicas, o Conselho da Mulher, todas as Diretoras-Conselheiras e, acima de todos, a sociedade. As entidades representativas é que nos possibilitaram realizar esta conferência e dar visibilidade e legalidade ao processo. Agradeço também a minha equipe da Subsecretaria de Direitos Humanos, nominando o Túlio, a Cláudia, a Márcia, a Dilma, o Denison, a Adriana, a Flávia e o Wallaci. Essa equipe, ontem, ficou até às 2h30min da manhã, ajudando na composição do processo.

A Subsecretaria de Direitos Humanos disponibiliza há algum tempo o Disque-Direitos Humanos - 0800-311119 -, nele estão todos os recortes dos direitos humanos: denúncias contra violência contra a mulher, contra o negro, o idoso, a criança e o adolescente, os portadores de deficiências, etc. Todos os recortes podem ser denunciados, ou pode ser solicitado encaminhamento através do Disque-Direitos Humanos.

Não poderia deixar de pedir a vocês apoio para uma campanha que realizaremos dia 19/6/2004: campanha de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. É uma campanha estadual. Vocês receberão um folheto, que estamos encaminhando a todas as cidades do Estado para que possamos, a partir do dia 19, mobilizar e pedir à sociedade que se indigne e denuncie abusadores ou exploradores de crianças e adolescentes. Agradecemos a presença de todas.

A Sra. Presidente - Obrigada. Falaremos sobre essa coordenadora e agradecemos às inúmeras pessoas, sobretudo as de manutenção, que garantiram a realização deste evento.

A dinâmica será a seguinte: o próximo tema é "Violência". Lembramos que todos os temas foram discutidos e aperfeiçoados nos grupos. Queremos terminar o debate do documento às 13 horas em ponto. Faltam seis temas. Fazemos apelo, respeitando o legítimo direito, que façam destaque agora, sobre o tema "Violência", apenas para supressão de item, ou acréscimo de proposta. Não haverá leitura como foi feito com o tema "Saúde", porque não há tempo. Insisto com as delegadas: o horário das 13 horas é o teto, e farão destaque do tema "Violência" apenas para supressão de item e para acréscimo de proposta nova. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho II, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

Aberta a sessão de destaques ao tema "Violência". Os destaques serão apenas de supressão ou inclusão de proposta nova, já que os aperfeiçoamentos poderão ser encaminhados por escrito. Há algum destaque a ser feito do item 123 ao 130?

A Sra. Edna - Destaco a Proposta nº 130.

A Sra. Presidente - As propostas de fusão serão apresentadas apenas por escrito, se forem substancialmente grandes. Não há proposta de supressão nem inclusão do item 123 ao 130. A proposta de junção, a companheira apresentará à Mesa.

Há algum destaque a ser feito do item 131 ao 140?

A Sra. Sônia - Proposta de inclusão, em torno do item 133.

Do item 141 ao 150, há algum destaque? Foi apresentada aqui uma proposta de fusão, que será lida no final.

A Sra.... - O item 148 está abrangido no 136.

A Sra. Presidente - A proposta de junção deve ser apresentada por escrito. Estamos falando de supressão ou inclusão. A delegada Olívia também apresenta uma proposta de junção.

Há algum destaque a ser feito do item 151 ao 160? (- Pausa.) Há algum destaque a ser feito do item 151 ao 160? (- Pausa.) Há algum destaque a ser feito do item 161 ao 170?

A Sra. Paixão - Proposta de supressão do item 169, que já está abrangido no 16.

A Sra. Damaris - Supressão do item 162, abrangido no ECA.

A Sra. Presidente - Do item 171 ao 180, há algum destaque de supressão ou proposta nova? (- Pausa.) Chegou-nos uma proposta de supressão de parte do texto, da Surama, que vamos apreciar. Do item 181 ao 186 há alguma supressão ou proposta nova? (- Pausa.)

Não havendo, iniciaremos com a Edna, do item 133, inclusão. Com a palavra, a Edna, do item 130.

A Sra. Edna Sarmento - Sugiro a junção dos itens 130 e 132 para melhor aperfeiçoamento, pois os objetivos são os mesmos.

A Sra. Presidente - Acatada a junção dos itens 130 e 132.

Item 133. Com a palavra, a Sra. Sônia.

A Sra. Sônia - Proponho "capacitação de profissionais da justiça, segurança, saúde e educação para o atendimento às violências de gênero".

A Sra. Presidente - A companheira Sônia propõe a inclusão de capacitação dos profissionais da justiça, segurança, saúde e educação para atendimento às violências de gênero. Alguém é contrário à proposta da Sônia? (- Pausa.) Incluída.

Supressão do item 148, pois já está abrangido no item 136. (- Pausa.) Proposta de junção acatada pelo Plenário.

Item 162. Com a palavra, a Sra. Damaris.

A Sra. Damaris - Sugiro a supressão, porque o ECA já abrange esse item, que fala especificamente sobre crianças e adolescentes. Essa é uma conferência de mulheres.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à supressão desse item? (- Pausa.) Suprimido o item 162.

Proposta de supressão do item 169, pois já foi discutido e aprovado no grupo anterior. (- Pausa.) Acatada a supressão.

Item 184: "Garantia à mulher do direito de sair da maternidade com o registro da criança, em que conste o nome do suposto pai". A Surama sugere que seja suprimido o termo "o nome do suposto pai", por ser discriminatório. Alguém deseja manter esse termo? (- Pausa.) Suprimido... (- É interrompida por algumas participantes.)

Por favor, uma representante do grupo queira dirigir-se ao microfone para defender a permanência desse termo.

A Sra. Maria de Lourdes - O nosso grupo colocou esse termo, porque, segundo o Código Penal, qualquer documento em que falte uma informação, que deveria constar, é falso. Se um registro de nascimento ficar sem o nome do pai, será um documento ilegítimo e falso.

A Sra. Presidente - Quem deseja suprimir do texto a expressão "o nome do suposto pai", levante o crachá. (- Pausa.)

Os delegados que querem manter o termo "nome do suposto pai", levantem os crachás. (- Pausa.) Os delegados que se abstêm, levantem os crachás. (- Pausa.) Está suprimido o termo "nome do suposto pai" dessa aplicação.

Proposta nova para incluir no grupo de violência: criação de casas-abrigos para mães jovens e adolescentes, atendendo às suas especificidades. Alguém é contrário à inclusão dessa nova proposta? (- Pausa.) Está aprovada a inclusão dessa nova proposta. Sugiro que essa proposta seja vista na hora da redação do item 132. Estamos apenas verificando a questão regimental, que diz que toda nova proposta deve ser apresentada por 25% do Plenário. Até pela notável adesão, percebemos que, se for necessário assinar, serão, no mínimo, 80 assinaturas. Mas isso fica pendente para o regimento apreciar.

A solicitação feita pelo Plenário já foi acatada. Conseguimos agilizar a votação, porque era um tema extenso. Muitas das propostas de junção serão lidas ao final. Ainda temos as moções depois das junções.

O próximo tema é "A Mulher e a Questão Etnorracial". Vamos iniciar solicitando que seja feita a mesma dinâmica. As pessoas que querem suprimir ou incluir deverão manifestar-se. As pessoas que querem fazer junção e adequação devem mandar por escrito.

A Sra. Ana Guerra - Não aprovamos esse regimento ontem, na abertura do nossos trabalhos. Para nossa surpresa, esse regimento, que pretensamente foi aprovado, estabelece um número de delegados por região. E, para nossa surpresa, a região Centro-Oeste tinha quatro delegados e teve o seu número reduzido para três. A região Sul, à qual pertencemos, segundo maior colégio eleitoral do Estado de Minas Gerais, tinha direito a nove. Agora, de acordo com os painéis distribuídos, esse número foi reduzido em um delegado. O mais interessante é que os dois delegados foram retirados das regiões para serem "doados" às entidades e aos movimentos de mulheres com base nacional, que, infelizmente, nas regiões mais distantes de Belo Horizonte, não têm oportunidade de participar dos movimentos nacionais. A minha solicitação é para que tirem delegados de Belo Horizonte ou da Grande BH, e não do interior.

A Sra. Presidente - Vamos, no final da aprovação dos temas do relatório, dar todas as explicações que a companheira cobrou.

A Sra. Olívia de Fátima - Quero saber se há possibilidade de voltar ao tema "Violência contra a Mulher", porque detectei três artigos que poderiam ser suprimidos, pois já foram abrangidos.

A Sra. Presidente - Sua proposta é de supressão por junção. Solicito-lhe que nos encaminhe por escrito. Votaremos sua proposta no final do próximo tema.

Queremos agilizar o debate porque daremos os esclarecimentos sobre o que seja essa conferência governamental, bem como sua normatização. No final da votação dos temas e do relatório, daremos os esclarecimentos a respeito de sua questão. Estamos em processo de apreciação dos temas.

A Sra. Guerra - Mais uma vez, peço atenção para as companheiras do interior. Nossa conferência falava, no seu regulamento, a hora do encerramento, ou seja, 12h30min horas. Os encontros para a escolha de delegados serão depois. Temos delegadas que precisam sair, pois estão de carona. O interior, às vezes, é distante. Estamos sendo prejudicadas em relação ao número de delegadas. Gostaria que isso fosse feito agora.

A Sra. Presidente - Decidimos, em plenário, que continuaríamos no processo de apreciação dos temas. Vamos fazer o debate em torno dessa questão.

O próximo tema será "A Mulher e a Questão Etnorracial". Estamos selecionando o material que será levado à Brasília, não apenas escolhendo pessoas. As pessoas têm de representar idéias. Por isso, vamos completar o relatório. Em debate, a questão etnorracial. Solicitamos a mesma dinâmica. As companheiras que tenham supressão ou destaque apresentem-se. As pessoas que tenham propostas de junção entreguem-nas à Mesa. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho III, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

Do item 187 a 190. Algum destaque de supressão, sobretudo do movimentos de luta anti-racial?

A Sra. Ariane - Supressão do item 190.

A Sra. Míriam - Supressão do item 192. O 192 e o 205 são iguais ao 12, que já foi abrangido.

A Sra. Presidente - Do item 191 ao 200. (- Pausa.) Do 201 a 210. (-Pausa.) Supressão no 205. Do 211 ao 220. (- Pausa.)

A Sra. Márcia Bragança - Estou querendo fazer uma inclusão no item 216.

Meu nome é Márcia Bragança, de Contagem. Desejo fazer uma inclusão na Proposta nº 216.

A Sra. Presidente - Você ainda será chamada.

Até o item 220, existe mais algum destaque? (- Pausa.) Com a palavra, Ariane, para destaque do item 190.

A Sra. Ariane - Todo o mundo é igual. Não existe ninguém melhor que ninguém. Portanto, os direitos são iguais. O negro não é inferior ao branco, por isso não precisa de cotas, já que também possui capacidade para realizar o seu objetivo.

A Sra. Presidente - O item 190 diz o seguinte: "Implantação de medidas compensatórias para a permanência das mulheres negras no sistema educacional". A Ariane deseja a supressão desse item. Alguém deseja defendê-lo? (- Pausa.)

Com a palavra, Luziana Lanna, para a manutenção do texto.

A Sra. Luziana Lanna - Defendo as cotas. Mas houve uma época em que também era contra. No entanto, a experiência de outros países mostrou que o desenvolvimento social como um todo passa pelas cotas. Isso não quer dizer que ficamos nas cotas, apenas passamos por elas. Portanto, sou pela manutenção das cotas.

A Sra. Presidente - Em votação, o item 190. Aqueles que defendem a supressão do texto levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que defendem a sua manutenção levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que se abstêm levantem os crachás. (- Pausa.) Portanto, fica mantido o texto que assegura as medidas compensatórias.

Passemos ao item 191, que diz o seguinte: "Garantia de cotas para mulheres negras nos programas de moradia.". A proposta da Patrícia neste item é que todos tenham direito à moradia, independentemente de raça e cor, pois o texto, da forma como está, é preconceituoso. Então, ela propõe a supressão do item 191.

Alguém deseja defender a manutenção deste item? (- Pausa.)

A Sra. Sônia - Meu nome é Soninha. Desejo fazer a manutenção do item 191, porque nós, mulheres negras, estamos sem moradia e sem condição de sobrevivência. É muito fácil tratar com igualdade um sistema injusto. Quando falamos em garantia de cotas, é porque ainda nos sentimos excluídas do processo de avaliação dos programas de moradia implantados na cidade.

A Sra. Presidente - Obrigada. Passo a palavra à companheira que fará a defesa da supressão do item 191.

A Sra. Edméia Gonzaga - Quando coloca "mulheres negras", você está sendo racista em relação a si mesma. Se há 30 negras na fila, só há vaga para 30 negras, e há várias mulheres na luta. Pela igualdade de direitos!

A Sra. Presidente - Obrigada. Passaremos ao procedimento de votação. As companheiras que defendem a supressão do item 191, levantem os crachás. Em votação. Solicitamos que o microfone fique com a assessoria, para conduzirmos os trabalhos adequadamente. Os companheiros e as companheiras que defendem a manutenção do item 191 levantem seus crachás. (- Pausa.) Pela supressão, 114 votos. Pela manutenção, 63 votos.

Proposta de supressão do item 192, porque já foi contemplado no item 12. A Proposta nº 192 é a seguinte: "Garantia dos princípios do SUS - integralidade, universalidade e equidade - no atendimento e acesso aos serviços de saúde para as especificidades da mulher negra, tais como miomas uterinos, hipertensão arterial e anemia falciforme". Este item já foi apreciado, por intermédio da sugestão feita pela companheira que incluiu as doenças das mulheres negras. Alguém defende a manutenção, neste lugar, do item 192? (- Pausa.) Ninguém se manifestou. Esse item já foi apreciado e aperfeiçoado pela companheira. Ninguém considera que deve ser mantido, porque já foi contemplado no item 12.

A Mesa acata a decisão e suprime o referido item, que já está contemplado no nº 12.

Informo que o item 212 já está contemplado na Proposta nº 221, do Grupo IV.

O último item, nº 216: "Incentivo às ONGs que defendem tratamento igualitário às mulheres negras lésbicas nas repartições municipais, estaduais e federais". Com a palavra, Márcia.

A Sra. Márcia Bragança - Se estamos querendo dar um tratamento igualitário às mulheres, defendo a classe das menos favorecidas em sua

opção sexual. Somos capacitadas a educar crianças como filhos, e, portanto, defendo a possibilidade da adoção.

A Sra. Presidente - Peço à companheira que entregue sua proposta por escrito porque ela não se refere ao item 216. Trata-se de uma proposta nova. A companheira apresenta proposta nova, que deverá ser redigida de forma mais clara, pois ela não passou pelos grupos e está nas mesmas condições de apoio à adesão de 25%. Portanto, não podemos apreciá-la agora.

Uma participante - A proposta dela refere-se ao item 119, já aprovado no Grupo I. Não importa se o casal homossexual é branco ou negro.

A Sra. Presidente - Não estamos discutindo a Proposta nº 119.

Uma participante - Sra. Presidente, questão de ordem. Quero saber de onde a Márcia é delegada. Ela não é delegada de Contagem.

A Sra. Márcia Bragança - Sou delegada de Contagem.

A Sra. Presidente - Companheiras delegadas de Contagem, em respeito ao plenário, voltemos aos trabalhos com a necessária disciplina.

Sugerimos que as delegadas encaminhem seus questionamentos à coordenadoria, que verificará em suas atas, dando-lhes satisfação no que for necessário.

Solicito à companheira que apresenta uma proposta nova que o faça por escrito para que procedamos ao apoio de 25% a fim de apreciá-la. Isso significa que chegamos ao final do grupo étnico e racial.

A Sra. Leda - Passei à Mesa proposta de supressão do item 213, uma vez que no assunto da saúde já foi discutida a necessidade de assistência à terceira idade com atendimento geriátrico permanente.

A Sra. Presidente - Vou ler e apreciar. Supressão do item 213, levando-se em conta que o atendimento geriátrico permanente deve ser um direito de todas as mulheres. Alguém é contrário a essa proposta? (- Pausa.) Acatada a proposta.

A companheira sugere a supressão do item 195: "Facilitação de crédito habitacional para as afro-descendentes.", uma vez que está contemplado no item 191. Alguém é contrário à supressão deste item? (- Pausa.) Acatada a proposta.

Temos 23 minutos para concluir e já avançamos alguns itens. Peguem os relatórios do Grupo IV - A Situação da Mulher no Espaço Agrário, Agrícola e Ambiental. Solicitamos sobretudo às trabalhadoras rurais presentes que atentem para a possível insuficiência desse item. Pedimos um momento de concentração. Ao que tudo indica, chegaremos às 13 horas cumprindo o relatório e abrindo o debate democrático sobre as indicações. As companheiras que têm destaque entre os itens 221 e 230 devem registrá-lo. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho IV, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

A Sra. Damaris - Supressão do item 222, que já está contemplado no item 221.

A Sra. Júlia - Supressão do item 272.

A Sra. Maria Salete - Acréscimo no item 224.

A Sra. Presidente - Alguém mais deseja fazer acréscimo ou supressão até o item 230? (- Pausa.)

A Sra. Renata - Supressão do item 228.

A Sra. Presidente - Alguma proposta de supressão ou acréscimo do item 231 ao 240? (- Pausa.)

A Sra. Rosa Amélia - Acréscimo na 233.

A Sra. Presidente - Algum destaque do item 240 ao item 250? (- Pausa.)

A Sra. Cristina - Acréscimo no 240.

A Sra. Maria Salete - Supressão no 244 e no 246.

A Sra. Presidente - Do 250 ao 260; do 261 ao 270; do 271 ao 276. Apreciaremos, depois voltaremos ao anterior, que foi muito polêmico. Está em votação o tema "A Situação da Mulher no Espaço Agrário, Agrícola e Ambiental", ressaltados os destaques. As delegadas favoráveis ao texto, ressaltados os destaques, levarem os crachás. (- Pausa.) Podem baixar. (- Pausa.) As contrárias. (- Pausa.) As que se absterem. (- Pausa.) Aprovado o texto, ressaltados os destaques. O primeiro destaque é de Damaris, no item 222, que propõe a supressão.

A Sra. Damaris - Porque já está contemplado no 221.

A Sra. Presidente - Vou ler o 221: "Incentivo ao acesso das mulheres à titularidade da terra nos assentamentos e nos programas de reforma agrária, garantindo-se à trabalhadora rural a inclusão de seu nome nas escrituras das propriedades". Passo a ler o 222: "Garantia de emissão das escrituras de propriedades urbanas em nome das mulheres". É diferente da primeira. O 221 trata da propriedade rural.

A Sra. Damaris - Desculpe-me. É junção. É só incluir "urbana".

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à junção?

Uma participante - Desde que seja a junção no item 221, não há problema, porque são dois assuntos diferentes. Um trata da questão agrária,

outro, da questão urbana. No que diz respeito à questão urbana, também tem de ser mantida a titularidade em nome das mulheres.

A Sra. Presidente - Certo. O item 222 será ajuntado ao item 221, para contemplar o acesso à terra urbana. Item 224.

A Sra. Maria Salete - No Grupo IV ficou decidido que, depois da palavra "companheiro", fica "com fiscalização constante e severa".

A Sra. Presidente - Alguém é contrário à inclusão da frase "com fiscalização constante e severa"? Severa e sistemática? Por favor, encaminhe à Mesa, que está assegurado o acréscimo.

A proposta da Renata com relação ao item 228 é: "Supressão do item 228, uma vez que o item 229 contempla a discussão de forma mais efetiva". Serão lidos os itens 228 e 229. Item 228: "Destinação, pelo poder público, de casas e lotes abandonados do município às pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres responsáveis pela família". Item 229: "Estabelecimento da reforma urbana com aprovação imediata do Projeto de Lei nº 2.710/92, que cria o Fundo e Conselho Nacional de Moradia Popular". Alguém é favorável à supressão do 228? (- Pausa.) Para manter o 229? (- Pausa.) Está acatada a supressão do 228. Você é contrária? Está excluindo o primeiro. Você vai defender a manutenção do item 228?

A Sra. Marilda - Sim, até porque não está claro o que esse projeto de lei contém e se, de fato, contempla o item 228. Sou pela manutenção.

A Sra. Presidente - Alguém deseja defender a supressão?

A Sra. Ednéia - A Lei Federal nº 2.710, que foi votada pelo Congresso no dia 3 e já está no Senado, trata de uma política nacional de habitação que pretende prioritariamente atender a famílias de baixa renda. Institui o Sistema Nacional de Habitação e o Conselho Nacional de Habitação, extensivos aos Estados e aos municípios. É interessante, então, que se aprove o segundo item, porque o primeiro já está contemplado na Lei Federal nº 2.710.

A Sra. Presidente - Alguém mantém o item 228? Não sendo mantido, não há necessidade de votação. Está suprimido o item 228, já que a lei contempla a preocupação nele expressa.

Item 240: "Realização de campanha nos locais de trabalho da mulher, sobre prevenção de câncer da mama e do colo do útero, de DSTs e de AIDS". É um desenvolvimento da proposta de assistência à saúde das trabalhadoras rurais. Alguém é contrário? (- Pausa.)

Item 233: "Adoção do passe livre para estudantes rurais". Com a palavra, a Sra. Rosa Amélia.

A Sra. Rosa Amélia - Sugiro que se acrescente a expressão "urbanos e rurais" depois da palavra "estudante".

A Sra. Presidente - A proposta de redação é a seguinte: "Adoção do passe livre para estudantes urbanos e rurais". Em votação. (- Pausa.) Com a aprovação desta proposta, está superada aquela que sugere que se suprima o passe livre.

Item 232: "Regulamentação do Estatuto do Idoso, efetivando-se o direito das mulheres idosas ao passe livre". Há uma proposta de supressão. Alguém é a favor? (- Pausa.) O passe livre para os idosos já é normatizado por lei.

Uma participante - Sou contra.

A Sra. Presidente - Você quer manter o texto?

Uma participante - Não sei se o termo é "regulamentação", mas ainda não foi definida a entidade da cidade que passará o passe livre. Moro em Araçuaí. Ainda não sabemos se será a Secretaria de Assistência Social que fará a avaliação do idoso. As empresas também ainda não liberam passe livre. Precisamos de uma lei nacional para resolver isso.

A Sra. Presidente - Fui informada de que já há alguém fazendo a proposta de aperfeiçoamento do item. Você é contrária?

Uma participante - Sou a favor de que o passe livre contemple o que está disposto no Estatuto, que seria a partir dos 60 anos.

A Sra. Presidente - Isso já está contemplado na proposta. A companheira vai aperfeiçoar a proposta, a ser apreciada na fase de redação. E não é apenas a garantia, mas toda a estruturação para que chegue até lá. A proposta será encaminhada.

Itens 244 e 246. Com a palavra, a Salete.

A Sra. Salete - É para suprimir, porque já está contemplado no tema Saúde.

A Sra. Presidente - Item 244: "Orientação pós-parto quanto aos cuidados necessários com a mulher e o recém-nascido". Item 246: "Maior orientação quanto ao teste de HIV na gravidez para garantia de saúde do bebê". A Salete propõe a supressão do texto porque a questão já está tratada no tema "Saúde". Alguém é contrário à supressão? (- Pausa.)

Uma participante - Gostaria que fosse anexado ao texto relativo à saúde.

A Sra. Presidente - O espírito é o de que essa orientação, já contemplada na parte referente à saúde, a ela seja anexada. Aprovada a supressão neste momento, com a anexação posterior.

Como já não há propostas relativas a esse item, passaremos para o Grupo V.

Uma participante - Alguém havia proposto destaque do item 272.

A Sra. Presidente - A senhora pode se dirigir ao microfone.

A Sra. Júlia dos Anjos Pena - É com muita felicidade que me dirijo à Mesa porque é novidade, para mim, falar em uma Casa dessa grandeza. Tenho o costume de falar para trabalhadores rurais na minha base. Defendo a supressão do item 272. Concordo com as campanhas informativas sobre planejamento familiar, mas sou radicalmente contra o controle de natalidade nas zonas rurais, até porque não vivemos na China, mas no Brasil. Isso é coisa de gente rica, e trabalhador rural não é milionário. Se não tiver nem o direito de escolher a quantidade de filhos que desejar, como vamos acabar? Controlaremos até os nascimentos?

A Sra. Rosa Amélia - Sou contrária à supressão porque o controle não significa estabelecer quantos filhos o trabalhador rural terá. E não é só ele que tem muitos filhos. Nas periferias das grandes cidades, as pessoas também têm muitos filhos. A classe inferior, geralmente, é a que tem mais filhos. Então, não seria um controle, mas orientação, informação, enfim, um planejamento mais definido.

A Sra. Presidente - Encaminhamento da Presidência: a expressão "controle da natalidade" tem de ser retirada do documento. Somos contrários a qualquer tipo de controle. As duas propostas serão reunidas e faremos um acréscimo, para que o Estado garanta orientação e assistência à saúde nas áreas rurais. A sua preocupação está contemplada. Solicito à assessoria que registre que está retirado do documento a expressão "controle da natalidade", maléfica, do tempo da ditadura.

Há a proposta de supressão do item 236 porque já consta no tema Saúde. (- Lê:) "Garantia de melhor atendimento à saúde da mulher em todas as instâncias, pela reabertura do Programa Saúde da Família nas zonas rurais, inclusão de profissionais tais como psicólogos, dentistas...". Como isso já foi apreciado na área da saúde, já está contemplado.

Proposta nº 271. Supressão. "Implantação de programas de saneamento básico na zona rural, com incentivo à coleta seletiva de lixo." A proposta é para a supressão do item, porque não é pertinente a esta conferência. Alguém quer manter o item?

A Sra. Marilda Ribeiro - Gostaria de saber por que a proposta não é relativa a esta conferência.

A Sra. Presidente - Cândida, você quer fazer a apreciação?

A Sra. Cândida - Estamos falando de políticas públicas para mulheres, e o assunto coleta seletiva de lixo mistura um pouco as coisas. Devemos rever isso. A proposta é pela supressão.

A Sra. Presidente - Em votação. As companheiras que defendem a supressão do texto da Proposta nº 271 levantem os crachás. (- Pausa.) As companheiras que defendem a manutenção do texto levantem os crachás. (- Pausa.) Houve 81 votos pela manutenção do texto e 54 votos pela sua supressão. Encerrado o grupo com as contribuições.

A Sra. Cristina Deslandes - Gostaria que as companheiras prestassem atenção à Proposta nº 260. "Cumprimento, por parte do Governo, do benefício da licença-maternidade para as trabalhadoras rurais, independentemente de sua aparência física." Só as bonitinhas têm direito à licença? Desejo a retirada da frase.

A Sra. Presidente - O item não será apreciado nessa formulação. Modifique-o para que possamos apreciá-lo. Aparência física não é critério para nada. Por gentileza, faça uma nova redação que retire essa questão de aparência física.

Grupo V - Educação: Formação para a Cidadania, Cultura, Esporte, Educação não Sexista. Para agilizarmos os trabalhos, a fim de começarmos o processo de escolha das delegadas, inscrevam-se apenas aquelas que querem suprimir ou acrescentar. Lembro que o documento tem 478 propostas, e estamos na 277. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho V, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

Solicito que as companheiras que têm destaque entre as Propostas nºs 277 a 290 se apresentem.

A Sra. Ariadne - Tenho uma complementação à Proposta nº 277.

A Sra. Presidente - Na Proposta nº 277 escreva "complementação" e entregue à Mesa.

A Sra. Juliana - Supressão na Proposta nº 288.

Uma participante - Supressão na Proposta nº 290.

A Sra. Míriam - Na 290, tenho uma proposta com encaminhamento.

Uma participante - Na Proposta nº 290, uma junção de encaminhamento.

A Sra. Presidente - Mais alguma proposta de supressão ou acréscimo, até a Proposta nº 290? Junção tem de ser na Mesa. Algum destaque a mais até o item 290? (- Pausa.) Nenhum destaque. Todas as propostas de junção devem ser encaminhadas por escrito à Mesa para agilizar.

Aberto o tema Educação, há destaques entre os itens 291 a 300?

A Sra. Regina - Supressão na Proposta nº 295.

A Sra. Juliana - Destaque na Proposta nº 293.

A Sra. Edna - Destaque na Proposta nº 283.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 283, 293 e 295. Há destaque entre as Propostas nºs 301 a 310?

A Sra. Fabiana - Acréscimo na Proposta nº 310.

A Sra. Edna - Acréscimo na Proposta nº 306.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 306 e 310. Há destaques nas Propostas nºs 311 a 320?

A Sra. Míriam - Destaque na Proposta nº 312.

A Sra. Presidente - Foi destacada a Proposta nº 312. Há destaques nas Propostas nºs 321 a 330? (- Pausa.) Nenhum destaque. Há destaques nas Propostas nºs 331 a 342?

Uma participante - Na Proposta nº 334, tenho uma junção para encaminhar à Mesa.

A Sra. Fabiana - Destaque na Proposta nº 342.

A Sra. Presidente - Foram destacadas as Propostas nºs 334 e 342. Passamos à apreciação dos destaques. Neste momento, passaremos à votação do documento, ressalvados todos os destaques. As delegadas e os delegados que aprovam esse documento, ressalvados os destaques, queiram levantar seus crachás. (- Pausa.) Podem abaixar. As delegadas e delegados que são contrários ao relatório do Grupo V aqui apresentado, ressalvados os destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.)

Uma participante - Destaque na Proposta nº 333.

A Sra. Presidente - Os destaques serão apreciados. As delegadas e os delegados que se abstêm levantem os crachás. Uma abstenção. Aprovado o texto do Grupo V, ressalvados os destaques, que agora serão apreciados.

Solicitamos à assessoria que nos encaminhe os textos. (- Pausa.) No item 277, da Ariadne, a proposta é de complementação.

Os itens 244 e 246, sobre a saúde da mulher, já foram apreciados no Grupo V e contemplados.

No item 260, há uma proposta de nova redação: "Cumprimento, por parte do Governo, do benefício da licença-maternidade para as trabalhadoras rurais."

A Sra. Míriam - Pedimos a supressão da expressão "independentemente de sua aparência", porque isso é uma discriminação. Todas as mulheres têm direito à licença-maternidade.

A Sra. Presidente - Sim, e acabei de ler a nova redação, em que se suprimiu essa expressão, uma maluquice que nosso descuido deixou passar. Aprovada a nova redação.

No item 277, há três propostas. O texto original é o seguinte: "Garantia e ampliação do atendimento escolar, em horário integral, para crianças e jovens de 6 a 14 anos, com currículo atraente e diversificado, centrado na promoção humana."

A outra proposta é que se inclua a criação de universidades federais na região do vale do Jequitinhonha. Como esse item não faz referência ao assunto, isso poderia ser incluído num novo item. Alguém é contrário? (- Pausa.) Acatada a proposta de Maria das Dores, de criação de universidades federais na região do vale do Jequitinhonha.

A outra proposta é que se acrescente o seguinte texto: "Inclusão, nas escolas públicas, de atividades extracurriculares, como culinária, corte e costura, construção civil, mecânica de autos, etc., para ambos os sexos, sendo contratados como professores dessas atividades os pais de alunos e os demais membros da comunidade que sejam qualificados e que se encontrem desempregados". Essa proposta da Ariadne configura um acréscimo a esse atendimento escolar. Sugerimos que se mantenha o item 277 como está e que se redija novo item que contemple esses acréscimos. Alguém é contrário? (- Pausa.) Aprovado.

No item 288, a proposta da Juliana é que o texto seja: "Inclusão no currículo escolar de disciplinas referentes à diversidade e à cultura nacional". Há alguém contrário? (- Pausa.) Acatada a proposta.

Item 290, Míriam.

A Sra. Míriam - Gostaria de sugerir a supressão da expressão "gravidez indesejada e aborto".

A Sra. Presidente - Após a leitura de todas as propostas relativas ao item 290, uma participante defenderá a supressão, e outra, a manutenção.

A proposta nº 1 é a seguinte: "Suprimir o item 290, que já foi contemplado no item 224".

A proposta nº 2 diz: "Supressão da palavra 'aborto'. O restante do texto já foi apreciado no item 44".

Proposta de junção: "Incentivo à organização de grupos de jovens e adolescentes, sob coordenação de educadores, ONGs, universidades e do PSF, com a proposta de discussão e elaboração de ações sobre a temática dos direitos sexuais reprodutivos, gênero, raça, sexualidade humana e drogas".

Junção dos itens 84 e 66: "Ampliação da educação e orientação nas escolas públicas, em parceria com as Secretarias de Saúde, e todas as propostas que dizem respeito ao programa de juventude".

Junção dos itens 333 e 190.

Uma participante - Sra. Presidente, quero discutir, porque sou contra a supressão.

A Sra. Presidente - As propostas serão votadas por ordem de chegada. Como já informei, uma participante defenderá a supressão, e outra, a manutenção.

A companheira que deseja suprimir a palavra "aborto" tem 30 segundos para justificar sua proposta.

A Sra. Míriam - Essa expressão já foi discutida no item 44 e excluída do 43. Se esse tema já está sendo discutido com adultos, por que o discutiremos com crianças?

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Neuza, que defende a manutenção da palavra "aborto".

A Sra. Neuza Melo - Entendo que vocês sejam contra o aborto, mas ser contra a sua discussão é ignorar a grande quantidade de abortos clandestinos feitos por adolescentes. A maior incidência de mortalidade materna é na adolescência, devido a abortos clandestinos. Não permitir que a discussão seja feita nas escolas é tirar a possibilidade de conscientização.

Uma participante - Sra. Presidente, poderia ouvir-me um pouquinho?

A Sra. Presidente - Conforme havíamos definido, a autora defenderá sua proposta, e outra discordará. Essa matéria já foi apreciada várias vezes. Quando voltar à discussão, você poderá fazer sua inscrição para manifestar-se.

Em votação, a supressão, no item 290, da palavra "aborto". Vou reler o item como está: "Ampliação da educação e orientação nas escolas públicas sobre temas relativos a sexualidade, sexo seguro (prevenção de DST e AIDS e métodos contraceptivos), orientação sexual, direitos específicos, gravidez indesejada e aborto".

Está em votação a supressão da palavra "aborto" nesse item. Quem for favorável à sua supressão levante o crachá. (- Pausa.)

As companheiras que defendem a manutenção da palavra "aborto" nesse item levantem os crachás. (- Pausa.) Abstenções? (- Pausa.) Aprovada a manutenção da palavra "aborto" no item 290.

Próxima proposta, item 293, de Juliana. É um acréscimo: "Implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no ensino fundamental e médio, com a preocupação de formar o cidadão com valores éticos e humanistas, trabalhando a conscientização política". Alguém é contrário a essa proposta?

A Sra. Juliana - Gostaria de acrescentar que isso ocorresse não só nas escolas, mas também nas associações comunitárias, que fazem trabalhos maravilhosos dentro da comunidade.

A Sra. Presidente - Essa proposta será votada no curso "Poder e Participação Política", que já tem essa proposta e que você pode complementar. No item Educação, essa proposta pelas manifestações está acatada como desenvolvimento. A sua será acrescentada.

Item 306?

A Sra. Edna - Queria que, no item 306, fosse acrescentada a palavra "mídia", ficando: "Veiculação de cartilhas e na mídia, com temas educativos sobre educação social, educação não sexista, respeito, combate à violência de gênero e à discriminação racial e a participação da mulher na política, principalmente no Executivo e no Legislativo".

A Sra. Presidente - O que está escrito no 306 é o seguinte: "Veiculação de cartilhas com temas educativos sobre educação social, educação não sexista, respeito, combate à violência de gênero e à discriminação social". A companheira quer que se acrescente o apelo à mídia, porque aqui só cabe apelo à mídia. Não podemos normatizar sobre essa questão. Você faça o trecho por escrito e mande.

Uma participante - Pedi destaque para a supressão da 295 e ainda não me foi concedido.

A Sra. Presidente - Vai ser apreciado.

A proposta nº 306 inclui veiculação de cartilha e mídia. Alguém é contrário? (- Pausa.) Está acatada a inclusão da palavra "mídia".

O item 295, que foi pulado.

A Sra. Regina - Queria apenas, quando se fala na Secretaria de Estado, tirar a palavra Estado e colocar "desenvolvido pela Secretaria da Educação", porque aí envolve município e Estado.

A Sra. Presidente - Alguém é contrário a esse aperfeiçoamento?

Acatamos a proposta da Regina.

Item 312 - Fabiana.

A Sra. Fabiana - A proposta é de acréscimo: "Implantação de universidades públicas, ampliação de vagas nas universidades já existentes, priorizando o curso noturno".

A Sra. Presidente - Alguém é contrário a essa proposta? (- Pausa.) Aprovada.

Proposta nº 312 - Míriam. Proposta de supressão.

Estamos em votação. Está chegando aqui solicitação de esclarecimentos. Não temos condição para tal. Estamos apreciando as propostas e encaminhando as novas.

A Sra. Maria Angélica - Estou defendendo, em nome da Míriam. Gostaria que fosse retirada a expressão "direito" e fosse deixada apenas a palavra "aborto", para que não houvesse dúvidas, para que não fosse entendido que as pessoas são a favor do aborto.

A Sra. Presidente - Em apreciação a proposta da Maria Angélica: supressão da palavra "direito" no item 312.

A Sra. Neusa - Estamos aqui falando de faculdades de direito e de medicina. O aborto, no Brasil, é legal em dois casos: violência contra a mulher e risco de morte da mãe. Isso é um direito, já está garantido na Constituição, já está regulamentado pelo Ministério da Saúde. É direito. Não temos o que discutir.

A Sra. Presidente - As pessoas que concordam com a retirada da palavra "direito" queiram levantar seus crachás. (- Pausa.) Podem abaixá-los. As que defendem que a palavra "direito" seja mantida levantem seus crachás. (- Pausa.) Mantida a palavra "direito".

Proposta nº 135 - A pessoa não se identificou.

Proposta nº nº 133 - Quem a destacou?

A Sra. Rosimeire - Quero suprimir esse item, porque estamos discutindo igualdade de direitos das mulheres, e não, medidas compensatórias para as mulheres negras.

A Sra. Presidente - Item 33: "Implantação de medidas compensatórias para a permanência e mobilidade das mulheres negras no sistema educacional, por meio de programas específicos, nos quais sejam observadas a disponibilidade, a flexibilidade de horários e a carga horária mais apropriada a suas necessidades e realidades".

A companheira Rosimeire propõe a supressão desse item. Alguém o mantém?

A proposta da companheira é suprimir todo o texto ou só a palavra "negra"?

A Sra. Rosimeire - Suprimir o texto.

A Sra. Presidente - Quem defenderá a manutenção do texto? (- Pausa.)

A Sra. Sheila - Vocês, mulheres, conhecem muito bem essa polêmica de cotas para negros. Estamos aqui buscando medidas compensatórias para as mulheres, então a discriminação é com os homens. Nós, mulheres negras, buscamos essa compensação não para causar desigualdades, mas para buscar a igualdade por meio de uma diferenciação.

Logo, isso não é racismo pelo avesso, e, sim, uma medida compensatória por séculos e séculos de racismo. Não estamos contra vocês.

A Sra. Presidente - Embora saibamos que algumas formulações já foram apreciadas em outros momentos e muitas vezes contempladas em outros itens, o processo democrático é mais ágil, uma vez que visa apreciar o que está sendo discutido em Plenário.

Assim, está em votação a supressão, proposta pela Rosimeire, do seguinte texto do item 333: "Implantação de medidas compensatórias para permanência e mobilidade das mulheres negras no sistema educacional, por meio de programas específicos, nos quais sejam observadas disponibilidade, flexibilidade de horários e carga horária mais apropriada a suas realidades e necessidades". Em votação. Os companheiros que defendem a supressão deste texto levantem os crachás. (- Pausa.) Os companheiros que defendem a manutenção do texto levantem os crachás. (- Pausa.)

Há uma segunda proposta, feita pela Regina, para que se suprima a palavra "negra" desse texto. Vamos respeitar a sua proposta. Então, aqueles que defendem a proposta da Regina de se cortar apenas a palavra "negra" levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que são contrários à retirada da palavra "negra" levantem os crachás. (- Pausa.)

Companheiros, existem certas dificuldades na compreensão do debate, mas isso será aperfeiçoado. No entanto, não podemos aprofundar todas as questões neste Plenário. Sem dúvida, a questão etnoracial é nova no movimento de mulheres.

Assim, repetiremos a segunda votação, já que a Regina insistiu nisso. Regina, você deseja retirar esse encaminhamento, mantendo o texto tal qual foi aprovado? (- Pausa.) Logo, de acordo com a expressão do Plenário, a primeira aprovação prejudica a segunda.

Proposta nº 335.

O Sr. Fábio - Na Proposta nº 335: "Adoção de políticas educacionais que valorizem o magistério, profissão desempenhada prioritariamente pelas mulheres, como instrumento de ampliação de políticas públicas de valorização dos papéis femininos". Sugiro trocar "prioritariamente" por "majoritariamente".

A Sra. Presidente - Alguém é contrário? (- Pausa.) Aprovada a proposta do Fábio.

A Proposta nº 334 é um acréscimo ou inclusão: "Garantia de licença remunerada em caso de afastamento para conclusão de mestrado, quando requerido às Secretarias Municipais e Estadual de Educação". Alguém é contrário a esta proposta? (- Pausa.) Acatada.

Proposta nº 342, última a ser apreciada neste grupo. Com a palavra, Fabiana.

A Sra. Fabiana - Minha proposta é de supressão da palavra "recomendação".

A Sra. Presidente - Alguém é contrário a esse aperfeiçoamento? (- Pausa.) Aprovada a retificação do item 342, que será apreciado no Grupo VII - Mulher e Poder: Participação Social e Política. Finalizado o Grupo V.

Política de creche. A assessoria entrega para ser incluída. Lembramos que as propostas serão apreciadas com base no núcleo. As novas propostas criadas no Plenário têm de vir assinadas por 25% das delegadas, o que dá 70 assinaturas.

As propostas do Grupo V chegaram. São duas propostas que serão apreciadas ao final de todos os temas. Lembramos que em todas as

propostas é preciso constar o número de delegadas que as referendam, porque todas as propostas precisam de, no mínimo, 70 assinaturas. Há quatro propostas sem assinatura. A proposta nova de creche noturna não pode ser apreciada, porque está sem assinatura.

Proposta nova de geração de emprego. Está contemplada proposta nova de criação, no nível municipal, de creches, a qual também precisa das assinaturas. Pedimos às pessoas que entregaram propostas sem assinatura que se dirijam à coordenadoria. Depois, apreciaremos as propostas novas que têm apoio.

Estamos agilizando o andamento dos trabalhos, porque são 13h34min, e teremos que sair deste local, impreterivelmente, às 14h14min. Não sei como faremos; pedimos a colaboração de todos.

Grupo VI. As pessoas podem entregar as propostas novas, para que não haja dispersão. Temos de agilizar o processo. O Grupo VI é o penúltimo grupo.

Pedimos às pessoas que necessitam de esclarecimentos que os solicitem aos membros da Mesa. Estamos no penúltimo grupo: Trabalho das Mulheres - Geração de Emprego e Renda, Formação para o Mercado, Trabalho Doméstico. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho VI, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado.

Quem deseja apresentar destaque para os itens 343 a 350? (- Pausa.) Com a palavra, Edméia.

A Sra. Edméia - Item 350.

A Sra. Presidente - É supressão? Não pode ser aperfeiçoamento ou junção, pois, se for, deverá ser enviado por escrito.

A Sra. Edméia - Seria mudança de redação.

A Sra. Presidente - Remeta à redação, para ser apreciada. Algum destaque para os itens 343 a 350?

A Sra. Élide - Um esclarecimento: como proceder no caso de uma proposta feita ao grupo, aprovada pela plenária, encaminhada à Mesa por escrito e não inserida?

A Sra. Presidente - Envie-a à Mesa, pois deve ter ocorrido uma falha da redação.

A Sra. Shirley - Item 346. Modificar por escrito.

A Sra. Presidente - Só será apreciada aqui a supressão. Do item 351 ao 360. (- Pausa.) Nenhuma supressão. Do item nº 361 ao 370. Mudança de redação não será apreciada em Plenário.

A Sra. Élide - Item 368. Supressão parcial.

A Sra. Presidente - Entregue-a imediatamente por escrito.

O item 369, destacado por Graça, será apreciado. Do item 371 ao 380, alguma supressão? Do 381 ao 390?

A Sra. Regina - Estou entregando pedido de modificação dos itens 386 e 388.

A Sra. Presidente - Até o item 400, alguma supressão? Do item 401 ao 410?

A Sra. Élide - Item 401. Supressão parcial.

A Sra. Presidente - Faça-a por escrito a fim de ser apreciada. Do item 411 ao 420? Do item 420 ao 433? Não havendo manifestação, retomaremos as propostas de supressão. As propostas de supressão parcial devem ser entregues à Mesa para serem lidas e revisadas.

Élide Valadares alega que não foi incluída no relatório "a desburocratização para o acesso às linhas de crédito já existentes, dando-se assessoria especial a empresas dirigidas por mulheres, no intuito de ganhar espaço e atrair mulheres empreendedoras". Está acatada, não tendo sido incluída por equívoco. A supressão deve ser encaminhada por escrito.

Item 369. O texto original é o seguinte: "Regularização do profissional do sexo". Segundo a Graça, lutar pelos direitos de políticas para as mulheres é lutar por valores em que a família é a base. No entanto, várias propostas ressaltaram essa questão, e aqui vemos uma contradição: será que queremos nossos filhos, nossos netos vivendo de salário de prostituição? A Graça propõe a supressão. Alguém deseja manter o texto original do item 369? (- Pausa.)

A Sra. Ivone - Se for regularizada a situação da profissional do sexo - o que acho pertinente -, a aposentadoria já estará inserida.

A Sra. Presidente - Em votação, a proposta, que nos chegou, por escrito, para suprimir a referência às profissionais do sexo nos itens 369 e 370. As companheiras que defendem a supressão dos itens levantem os crachás. (- Pausa.) As companheiras que defendem a manutenção levantem os crachás. (- Pausa.)

Segunda votação. As companheiras que defendem a manutenção da referência às profissionais do sexo no documento levantem os crachás. (- Pausa.) Houve 95 votos pela manutenção e 41 votos pela supressão. Companheira Regina ou Shirley, 386 e 388. É um acréscimo que já está acatado com o apoio às regionais pelo poder público. É um acréscimo em desenvolvimento.

Item 400, supressão.

A Sra. Marília Raidan - Aqui diz o seguinte: "Respeito ao direito da mulher grávida, quando em exercício de contrato administrativo, garantindo-

se que assuma novos contratos durante a licença-maternidade, tendo em vista sua aptidão e o fato de estar usufruindo de um direito". A partir do momento em que está de licença, tem um vínculo empregatício. Se isso ocorrer, dá inquérito administrativo, e ela será mandada embora. Peça a supressão, porque, se está de licença-maternidade, não pode ter outro vínculo nesse período.

A Sra. Presidente - Alguém quer manter o texto? (- Pausa.) Não. A senhora foi suficientemente esclarecedora. Suprimido o item 400. Por gentileza, é acerca do mesmo encaminhamento?

A Sra. Helena Carvalho - Sim. Não sou a autora, mas estava no grupo que o defendeu. A pessoa esclareceu que há situações em que o contrato da mulher vence durante sua licença, mas esse contrato será refeito. Ela não pode continuar no mesmo contrato em que está, devido à licença-maternidade.

A Sra. Presidente - A autora desse texto, que tem essa preocupação, pode fazer uma ponderação com a companheira, que fez uma argumentação suficiente para o aperfeiçoamento. Está suprimido o texto, a não ser que haja adequação, junto à autora, em relação à ponderação da companheira.

Item 391. Quem faz o destaque não se apresentou. Item 401, supressão parcial, Élide. Encaminhe à Mesa.

A Sra. Élide Lana - Posso fazer uma ponderação, que é uma coisa simples. Item 401: "sem juros e sem correção". Em financiamento do PROGER e do BNDES, há a consciência, por parte de alguns, de que os juros são de 1% ao mês, gerando 12% ao ano, com carência de um ano para começar a pagar. Não queremos estabelecer uma relação paternalista para com a mulher, ferindo o princípio da isonomia. Se os homens pagam esses juros do Governo Federal, que são pequenos, por que nós, mulheres, não podemos? Nós temos garra. Nós somos fortes.

A Sra. Presidente - Está explicado. Mande por escrito. É uma matéria importante, mas não poderá ser apreciada dessa forma. Item 404, da Maria Angélica: "Fiscalizar o cumprimento do direito de equiparação salarial já reconhecido pela legislação". Você está acrescentando?

A Sra. Maria Angélica - Quero mudar completamente o item 404, porque a equiparação seria isso aqui e já é reconhecida por lei. A igualdade entre homem e mulher também já é reconhecida por lei. Se, ao invés do que está proposto, pudermos colocar que devemos fiscalizar e orientar quanto à existência do direito, será bom.

A Sra. Presidente - A Mesa propõe a redação mais adequada apresentada pela companheira, ao invés de suprimir a referência. Alguém é contrário? (- Pausa.) Está aprovada a nova redação para o item 404.

Há proposta de supressão? (- Pausa.) Nova redação só será apreciada mediante a apresentação de adesão. Esclarecemos que fizemos uma dinâmica para que as propostas fossem discutidas à exaustão nos grupos. Receber novas propostas em Plenário requer mais dias de trabalho.

Com a palavra, a Edméia, para ler sua sugestão de supressão parcial.

A Sra. Edméia - (- Lê:) "Item 355: Implementação de políticas públicas que visem à ampliação do acesso da mulher ao mercado de trabalho; organização de parcerias com empresas para que possam absorver trabalhadoras, com a inclusão das mulheres deficientes". A palavra "deficientes" já foi cortada do vocabulário do movimento há muito tempo. As mulheres não são deficientes, mas eficientes. Sugiro mudar o termo para "portadoras de necessidades especiais".

A Sra. Presidente - Sua proposta de modificação será acatada. O termo "deficientes" será mudado para "portadoras de necessidades especiais".

A Sra. Edméia - Nesse item há outra polêmica. Como se trata de implantação de políticas públicas, é interessante considerar que tais políticas têm um público-alvo: as mulheres negras, que estão no patamar da pirâmide e que, sabemos, precisam de condições para serem incluídas no mercado de trabalho.

A Sra. Presidente - Apresente a proposta de complementação, que não é contraditória. Mais alguém tem o que dizer a respeito desse item? (- Pausa.)

Foram apreciados e votados em bloco, com o item 6 sem ressalva. Depois, as ressalvas foram votadas uma por uma. A última é a seguinte: "Suprimam-se os itens 425 e 426".

Item 425: "Oportunidade de trabalho e respeito para com as mulheres gestantes em período de amamentação".

Item 426: "Auxílio-manutenção para a mulher até o seu ingresso no mercado de trabalho".

A companheira propõe a supressão desses dois itens. Alguém quer manter esses dois itens? (- Pausa.) Ficam suprimidos do texto os itens 425 e 426.

Item 421: "Municipalização das microunidades de produção, para serem reativadas, dando sustentação à geração de emprego e renda para as mulheres"; item 422: "Criação de projetos específicos de amparo à mulher desempregada"; item 409: "Efetivação da municipalização das microunidades de produção, para serem reativadas, dando sustentação à geração de emprego e renda para as mulheres". A companheira sugere que seja feita a junção, para melhor entendimento. Alguém é contrário? (- Pausa.) Não.

Encaminhamentos. Partiremos para o último ponto do relatório da plenária final. Proponho alterações de moções para privilegiar o problema do almoço e das votações.

Às 13h59min, encerraremos esta reunião, pois é regimental. Recomeçaremos os trabalhos na interrupção da reunião ordinária, que será a seguir. Concluiremos a votação do Grupo VII - Mulher e Poder. Não se retirem. O almoço será após a votação do tema. Esta Presidência manifesta às autoridades e demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

A Sra. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Presidência da Deputada Jô Moraes

Sumário: - Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Apreciação do relatório - Eleição de delegadas - Relatório Final.

#### Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Convido a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Neusa Melo, Jovita Levy, Vânia Valadão, Antônia, Maria Izabel Ramos de Siqueira, Luziana Lanna e Leny Campos, respectivamente Coordenadoras dos Grupos de Trabalho I a VII; a Sra. Maria Adelina Braz, do Instituto da Cultura de Juiz de Fora; a Deputada Maria José Hauelsen; e o Sr. Felipe Willer Abreu Júnior, da SEDESE.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A Sra. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

#### Apreciação do Relatório

A Sra. Presidente - Vamos retomar a resolução de um problema constante na proposta da Luziana. Temos problemas regimentais, pois a não-apreciação em Plenário contraria o nosso Regimento. Por isso pedimos que se respeite o Regimento, podendo-se, ao mesmo tempo, acatar a preocupação de vocês. Para tanto, é necessário passar à votação apenas dos destaques imprescindíveis, para, em seguida, à suspensão e ao encaminhamento. O desejo da Luziana é o nosso também. As delegadas e os delegados que aprovam o relatório do Grupo de Trabalho VII, salvo destaques, queiram levantar os crachás. (- Pausa.) Aprovado. Em discussão, o Grupo VII. Apenas para supressão, os destaques do itens 434 ao 478.

A Sra. Maria Isabel Ramos de Siqueira - Tenho destaque em todo o item. Trata-se de proposta nova. Já estou com 139 assinaturas.

A Sra. Presidente - Apresente-a à Mesa. Bebelá tem proposta nova, com adesão. Não será agora.

Alguém mais?

A Sra. Pureza - Encaminhamento. O item 460 foi suprimido pelo Grupo VII. Não está em votação.

A Sra. Presidente - Certo. Já estávamos com o esclarecimento, mas tínhamos, primeiro, de dar o direito às delegadas de se pronunciarem. Algum destaque de supressão, além do da Bebelá?

- Intervenção fora do microfone.

A Sra. Presidente - Proposta nova só poderá vir com a adesão de 25%. Por enquanto, só foi entregue a proposta da Bebelá. Mais alguma proposta de supressão?

- Intervenção fora do microfone.

A Sra. Presidente - É proposta de supressão? Diga o número. Item 478?

- Intervenção fora do microfone.

A Sra. Presidente - A companheira registra que o item 478 não foi apreciado pelo grupo. Queremos encaminhá-lo à secretaria, para verificação. Se não foi apreciado pelo grupo, esse item será suprimido. A secretaria responde imediatamente. Passaremos ao único destaque apresentado até agora. A única proposta nova foi apresentada pela Bebelá, com as assinaturas correspondentes. Com a palavra, a Bebelá, para apresentar proposta nova e entregar à Mesa as assinaturas correspondentes. É a única questão do Grupo VII.

A Sra. Maria Isabel Ramos de Siqueira - Sou do Movimento Popular da Mulher. No dia 3 de fevereiro, tomei posse, no Palácio, como Diretora do Conselho Estadual da Mulher. No dia 4, fui demitida pela atual Presidente. O cargo foi colocado pelo Governador no dia anterior.

A minha proposta é no sentido de que os espaços institucionais para a mulher não sejam tão vulneráveis. Não podemos permitir Conselho Estadual da Mulher com 20 componentes, sendo 8 da sociedade civil, e todos indicados pelo grupo do Governo. Temos de manter um conselho indicado também pela sociedade civil e pelos movimentos de mulheres. Minha proposta visa garantir a paridade entre sociedade civil e Governo, com representação dos movimentos feministas.

A Sra. Presidente - Certo. Passamos à leitura da proposta que será acrescentada. Proposta nova com as assinaturas correspondentes. "Paridade na composição dos conselhos de mulheres, municipais, estaduais e nacional, entre a sociedade civil e o Governo".

Alguém é contrário a essa redação? Não havendo ninguém contrário, em votação a proposta. As companheiras que são favoráveis a essa proposta de qualidade levantem os crachás. Podem baixar. As que são contrárias levantem os crachás. Podem baixar. As que se abstêm levantem os crachás. Nenhuma abstenção. Aprovada a proposta de democratização dos conselhos de mulheres com paridade na composição.

Agora uma nova proposta para o item 119, que teve 25% de adesão. Atentem, porque há informações contraditórias de que teria sido rejeitada. Vou lê-la com a assinatura correspondente: "Aprovação da adoção de crianças por casais independentemente da orientação sexual e apoio à fertilização artificial, garantindo o direito à maternidade". A delegada que for contrária pode se dirigir ao microfone.

A Sra. Terezinha - Além de ser contrária, gostaria de esclarecer que houve má-fé na questão do encaminhamento à Mesa, porque já havíamos votado no item 119 a supressão da aprovação da adoção de criança por casais homossexuais e do apoio à fertilização artificial. A companheira,

tumultuando a nossa votação, escreveu com outras palavras o mesmo que havíamos suprimido.

A Sra. Presidente - "O.k."

A Sra. Ana - Houve má-fé. A proposta foi reescrita, e foram colhidos 25% de assinaturas da plenária.

A Sra. Presidente - Ana, a Mesa defende todas as delegadas. Ninguém pode ser julgado ou estar equivocado. Todas merecem respeito. Por isso, disse "o.k.". Vamos apreciar, porque foi trazida proposta nova com texto regimental. As pessoas votaram lá, e aqui temos nova redação. Tenho de respeitar o Regimento na votação. Em apreciação, a nova proposta, que tem a seguinte redação: "Aprovação da adoção de crianças por casais independentemente da orientação sexual e apoio à fertilização artificial, garantindo o direito à maternidade". Em votação. Com a palavra, Neusinha Santos.

A Vereadora Neusinha Santos - Houve encaminhamento contrário, peço para fazer favorável. Sou Líder do Prefeito em Belo Horizonte. As companheiras pediram que defendesse essa proposta. Quero deixar claro que fui escolhida para defender essa proposta pelo fato de ter opção clara e pública de ser heterossexual. Aqui não é lugar para disputa ou discussão moral. É para se fazer discussão ética. Temos de ter tolerância. Nós, mulheres, temos de ter tolerância entre nós. Portanto, as pessoas têm o livre direito de fazer suas escolhas e uniões. Não podemos estar aqui sob o crivo religioso; é necessário respeitar o direito individual de orientação sexual, respeitar os casais que desejam adotar crianças que estão sem pai, sem mãe, sem lar, sem guarda e das quais o Governo não cuida. Solicito às companheiras de todos os credos e religiões que sejam tolerantes e votem favoravelmente à inclusão no texto.

A Sra. Presidente - Em votação. As companheiras que apóiam a inclusão dessa nova proposta levantem seus crachás. Podem abaixar. As contrárias à inclusão levantem os crachás. Aprovada, por larga maioria, a manutenção do texto.

Mais uma proposta que veio, nova, rápida e simples, com as devidas assinaturas. Acrescente-se: "Desburocratização do processo de adoção de crianças". Há alguém contrário a essa proposta? Não havendo ninguém contrário, está aprovada para ser incluída.

Terceira proposta, acrescida das assinaturas correspondentes, incluindo reforma urbana, garantindo direito à cidade, à terra urbanizada, implementando, no Estado, os instrumentos garantidos na Lei Federal nº 10.257, de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que trata da política urbana, buscando inibir a especulação imobiliária. Há alguém contrário? Diz respeito a incluir no relatório preocupação com a terra urbana, porque há legislação no Estado que não foi implementada. Não havendo ninguém contrário, aprovada e incluída a proposta.

Encerramos os debates sobre poder e participação política, com grande vitória. Faremos interrupção para o almoço, que será melhorado hoje, com toda certeza. Teremos frango e purê de batatas, que já está frio. Depois do almoço, voltaremos imediatamente para o Plenário. A proposta pode ser apreciada pela plenária; faremos essa discussão. O almoço já está esperando desde as 12 horas.

Uma participante - Sugiro que coloque a questão em votação.

A Sra. Presidente - Vamos encaminhar. Se ficarem mais tranquilas, a Mesa passará tudo pela deliberação da plenária. Não é necessário termos pressa, tudo será respeitado. Está sendo solicitado que a ida para o almoço seja suspensa e que passemos, imediatamente, à votação para delegadas a Brasília, por macrorregião. Em votação, a proposta apresentada por várias pessoas deste Plenário: as delegadas não almoçarão e passarão imediatamente ao processo de votação, em suas respectivas macrorregiões. As pessoas que são favoráveis a esse encaminhamento levantem os crachás. Podem abaixar os crachás. As pessoas que são contrárias e querem almoçar agora levantem os crachás. Está mantida a plenária em andamento.

Agora passaremos a orientá-las sobre os procedimentos. Inúmeras companheiras gostariam de obter esclarecimentos sobre uma série de procedimentos. Estamos destacando uma coordenadora e um local para cada macrorregião. No local determinado e mediante o regimento e as informações, as pessoas serão esclarecidas com maior tranquilidade. Por isso nossa proposta imediata é que a Mesa não faça longos esclarecimentos, conforme solicitado, com justa razão, mas que preste os esclarecimentos nos grupos.

Toda eleição será por macrorregião. Por isso apresentarei a distribuição dos lugares. As companheiras do Alto Paranaíba ficarão concentradas na ante-sala do Plenário e elegerão três delegadas. No local será informado o número de pessoas presentes. As da região metropolitana permanecerão neste Plenário, porque temos de encaminhar várias questões. Trata-se da maior região, com 168 inscritas, e terá direito a 17 vagas. As da região central deverão dirigir-se ao Hall das Bandeiras. Terão direito a oito delegadas. Não haverá eleição na região Centro-Oeste, porque o número de inscritas corresponde ao número de delegadas, três, que estão automaticamente asseguradas. As companheiras da região do Jequitinhonha também deverão dirigir-se à ante-sala do Plenário. De um lado, ficará o grupo do Alto Paranaíba; do outro, o da região do Jequitinhonha, que terá direito a quatro delegadas. As pessoas da região da Mata devem dirigir-se ao Plenarinho 2, com direito a oito delegadas; da região Noroeste, à Capela; da região Norte, à Sala de Imprensa do Plenário; da região Rio Doce, à galeria da segurança.

Uma participante - As pessoas da região central metropolitana estão em dúvida se é lá fora, aqui dentro ou se é Grande BH.

A Sra. Presidente - A região metropolitana é aqui, Central 1.

Uma participante - Qual o número de vagas para delegadas na região Norte?

A Sra. Presidente - Para os do crachá com o nº 2 é aqui, região metropolitana, e para os com nº 3, Hall das Bandeiras. A Noroeste tem direito a uma delegada, e a Norte, a seis. As da região do Rio Doce devem dirigir-se à galeria da segurança, com direito a seis delegadas; as da região Sul, à galeria da imprensa, com direito a nove delegadas; as do Triângulo, à galeria superior, com direito a cinco delegadas.

A região Mata se reunirá no Plenarinho 2, com direito a oito delegadas. Quem está com o crachá 2 deve permanecer no Plenário; quem está com o crachá 1 deve dirigir-se à ante-sala do Plenário; quem está com o crachá 3, ao Hall das Bandeiras. Não haverá eleição para quem está com o crachá 4. Quem está com o crachá 5 deve dirigir-se à ante-sala do Plenário. As pessoas da região Norte devem dirigir-se à sala de imprensa do Plenário; as do Rio Doce, à galeria da segurança; as do Sul, à galeria da imprensa; e as do Triângulo, à galeria superior.

A região metropolitana é a mais difícil. Várias regiões já resolveram seus problemas. Queríamos uma confraternização final, mas está muito difícil. As regiões do Rio Doce, do Noroeste e do Triângulo já tiraram suas delegadas.

Agradecemos às companheiras do interior, que deram contribuição decisiva nesse processo de construção. Sabemos o salto que esta conferência significa. Noventa municípios enviaram-nos seus relatórios. Isso não é uma coisa simples. E 160 municípios realizaram suas

plenárias com enorme dificuldade, sem qualquer tipo de apoio material. Por isso é importante que valorizemos, compreendamos e iniciemos um processo de articulação. Não tivemos tempo de apresentar a coordenação da conferência, mas a Assembléia Legislativa, por meio do grupo de políticas institucionais, pode ser o intermediário de suas demandas. Será enviado um documento do consolidado.

Sugiro que vocês, do interior, leiam com atenção o documento que receberam na pasta. Trata-se de contribuição ao debate. Há várias questões sobre a situação da mulher. Por isso queremos que se dê continuidade a esse trabalho.

Agradecemos às delegadas do interior e iremos liberá-las para que possam viajar. Saúdo todas que aqui vieram. Espero podermos continuar nessa luta. Parabéns às mulheres de Rio Doce, do Noroeste, do Jequitinhonha e do Triângulo! Solicitamos ao pessoal da região metropolitana alguns esclarecimentos.

Com a palavra, a Deputada Lúcia Pacífico, que estava doente, mas fez um esforço para vir cumprimentá-los.

A Deputada Lúcia Pacífico - Boa tarde a todos. Infelizmente, não foi possível participar dos trabalhos ontem. Vejam bem, sou Presidente do Movimento das Donas de Casa, mas fui vítima de uma intoxicação alimentar, causada pela comida de um restaurante.

Todavia, minha turma estava aqui. Parabenizo as Deputadas, pois soube do sucesso desta conferência. Pelo telefone, soube das donas de casa que aqui se encontram. As Deputadas Jô Moraes, Maria Tereza Lara, Ana Maria Resende e Vanessa Lucas, enfim, a bancada feminina está de parabéns. O fato de terem atendido ao convite demonstra que estamos no caminho certo. É dessa forma organizada que vamos influenciar as pessoas não só em nível estadual, mas também federal, durante a reunião que acontecerá em Brasília. Um abraço carinhoso a todos. Obrigada.

A Sra. Presidente - Solicito aos membros da coordenação estadual - Jovita e Antônia - que dividam conosco as responsabilidades. Farei alguns esclarecimentos. Sra. Maria José é combativa Vereadora de Contagem. Esta conferência não foi convocada pelos movimentos de mulheres, mas pelo Governo Federal. Por meio de decreto, o Presidente Lula definiu que 2005 seria o ano da mulher e convocou-as para propor políticas públicas. Logo, o Regimento, bem como toda a orientação, foram definidos a partir de critério federal. Peço atenção, pois explicarei a dinâmica, que será complicada.

#### Eleição de Delegadas

A Sra. Presidente - Passaremos agora à eleição das delegadas. Toda eleição será por macrorregião. Por isso apresentarei a distribuição dos lugares. As companheiras do Alto Paranaíba ficarão concentradas na ante-sala do Plenário e elegerão três delegadas. No local será informado o número de pessoas presentes. As da região metropolitana permanecerão neste Plenário, porque temos de encaminhar várias questões. Trata-se da maior região, com 168 inscritas, e terá direito a 17 vagas. As da região Central deverão dirigir-se ao Hall das Bandeiras. Terão direito a oito delegadas. Não haverá eleição na região Centro-Oeste, porque o número de inscritas corresponde ao número de delegadas, três, que estão automaticamente asseguradas. As companheiras da região do Jequitinhonha também deverão dirigir-se à ante-sala do Plenário. De um lado, ficará o grupo do Alto Paranaíba; do outro, o da região do Jequitinhonha, que terá direito a quatro delegadas. As pessoas da região da Zona da Mata devem dirigir-se ao Plenário 2, com direito a oito delegadas; da região Noroeste, à Capela; da região Norte, à Sala de Imprensa do Plenário; da região Rio Doce, à galeria da segurança.

- Procede-se à eleição das Delegadas:

A Sra. Presidente - Ficam eleitas as seguintes delegadas:

Pela região do Alto Paranaíba: efetivas: Auristela Alves do Nascimento (Patrocínio) - Maria Clélia da Cunha Braga (São Gotardo) - Helena Maria Soares (Patos de Minas) - suplentes: Diva da Conceição Mota (Araxá) - Marleide Viana de Paula (Patos de Minas); pela região Central - RMBH: efetivas: Ádria Ferraz da Silva (Belo Horizonte) - Antônia de Pádua (Belo Horizonte) - Ednéia Aparecida de Souza (Belo Horizonte) - Hercília Levy (Belo Horizonte) - Iris Souza Almeida (Belo Horizonte) - Ivone Aparecida Mendes (Belo Horizonte) - Jovita Levy Ginja (Belo Horizonte) - Maria Beatriz de Oliveira (Belo Horizonte) - Maria da Paixão Dias (Belo Horizonte) - Maria Izabel Ramos de Siqueira (Belo Horizonte) - Maria Rosa F. Gonçalves (Santa Luzia) - Neusinha Santos (Belo Horizonte) - Oswaldina de Souza Arantes e Silva (Belo Horizonte) - Rosângela Maria Barbosa (Contagem) - Valdete da Silva Cordeiro (Belo Horizonte) - Vicentina Aparecida; suplentes: Norma Lúcia da Rocha Barbosa (Belo Horizonte) - Gildete Mafra de Souza (Belo Horizonte) - Deise Mesquita de Branco Ribeiro (Belo Horizonte) - Maria das Graças Andrade (Belo Horizonte) - Jupira Silvana Cruz Rodrigues (Betim) - Maria das Graças Pereira (Belo Horizonte) - Margarete Ozana de Barcelos Rocha (Belo Horizonte) - Ednéia dos Santos (Belo Horizonte) - Jane Rodrigues (Betim) - Sheila Cleonice Costa Botelho (Belo Horizonte) - Jussara Aparecida Simplicio (Belo Horizonte) - Maria Ilce Oliveira (Belo Horizonte) - Vanda Cassimiro Alves (Belo Horizonte) - Irani Pedrosa Almeida Dutra (Belo Horizonte) - Heliana Conceição de Moura (Belo Horizonte) - Adeilde Sousa Ferreira (Belo Horizonte) - Gislene Gonçalves dos Reis (Belo Horizonte); pela Central II: efetivas: Maria da Conceição Soares de Oliveira (Barbacena) - Marluce Josefá de Miranda Silva (Sete Lagoas) - Nair Marta do Nascimento (Itabirito) - Surama Reges Ferreira (Congonhas) - Zilda Helena dos Santos Vieira (Conselheiro Lafaiete) - Maria Cristina Alves Pereira (São João del Rei) - Heloisa Ribeiro de Andrade (Três Marias) - Leda Lúcia Fonseca Duarte (Fortuna de Minas) - suplentes: Maria Aparecida Umbelino (Barbacena) - Sônia Maria Coelho Milagres (Senhora dos Remédios); pela região do Centro-Oeste: efetivas: Ana Lúcia dos Santos (Divinópolis) - Eliana Ferreira da Glória e Silva (Divinópolis) - Iara Maria Lino Rocha (Divinópolis); pela região do Jequitinhonha: efetivas: Maria da Conceição Moreira (Capelinha) - Marlene Nominato Corrêa (Diamantina) - Leda Maria Mendes Souza (Berilo) - Maria Márcia de Mello (Araçuaí) - suplentes: Maria Aparecida Sicupira (Ponto dos Volantes) - Maria das Dores Pinheiro (Francisco Badaró) - Maria Salete A. Santos (Araçuaí) - Vicência Luiz Magalhães (Capelinha); pela região da Zona da Mata: efetivas: Efigênia Tereza Marco (Acaiaca) - Rosely Aparecida B. Rodrigues da Silva (Cataguases) - Maria Auxiliadora Bezerra (Guaraciaba) - Geraldina Magela de Ávila (Jequeri) - Pureza Carvalho de Araújo (Juiz de Fora) - Zélia Lúcia Lima (Juiz de Fora) - Maria de Lourdes Martins Dias (Juiz de Fora) - Regina da Conceição Pereira (Juiz de Fora); suplentes: Júlia Maria de Souza (Juiz de Fora) - Sandra Maria Silva (Juiz de Fora) - Maria Ivete de Macedo Gomes (Juiz de Fora) - Maria de Lourdes Cavalieri (Juiz de Fora) - Maria José de Souza (Urucânia - suplente da delegada de Jequeri).

Obs.: Conforme acordo feito no grupo, a ordem de suplência será seguida para todas as substituições, exceto no caso da delegada de Jequeri, que, caso necessário, será substituída por Maria José de Souza, delegada por Urucânia; pela região Noroeste: efetivas: Ana Amélia de Melo Medeiros (Paracatu) - suplentes: Maria das Dores Campos Abreu Lousado (Unaí); pela região do Rio Doce: efetivas: Nilda Aparecida Batista (Governador Valadares) - Damaris Siqueira Silva Tapi (Governador Valadares) - Rosa Maria Bragança (Ipatinga) - Tereza Paula da Silva (Ipatinga) - Marília Reis Raidan (São João Evangelista) - Elidamária Lana Da Silva (Tumiritinga) - suplentes: Jacqueline Silva Oliveira (Ipatinga) - Águida Maria Pinto de Oliveira (Ipatinga) - Ana Aparecida Souza de Jesus (Governador Valadares); pela região Norte - efetivas: Carmem Lúcia Freitas Ventura (Montes Claros) - Márcia Beatriz Inácio Xavier (Montes Claros) - Jesuíta da Silva Santos (Montes Claros) - Maria Antônia Lima Rodrigues (Nova Porteirinha) - Edna Sarmento Barros (Salinas) - Lourdes Bernadete Marçal Bispo (Montes Claros); suplentes: Denise Arruda (Montes Claros) - Maria Helena Diniz (Pirapora); pela região Sul: efetivas: Walquíria Donizete Lins (Itajubá) - Ana Paula Campos (Varginha) - Lourdinha Aparecida Siqueira (Delfim Moreira) - Maria Aparecida C. Discini Sandroni (Guaxupé) - Ana Maria Quintas Guerra (Poços de Caldas) - Ana Paula Monteiro de Barros (Muzambinho) - Lilian Maria de Niemeyer Barreira Mancilha (São Lourenço) - Maria Isabel Rocha (Campestre) - Ciliane Carolina Fabri (Lavras); suplentes: Maria das Graças Guedes (Itajubá) - Cintia Lemos Ferreira da Silva (São Lourenço) - Edna Maria de Faria (Itajubá); pela região do Triângulo: efetivas: Kaliny de Paulo Coelho (Araporã) - Maria Angélica Godoy de P. Sant'Ana (Araguari) - Ana Maria de Freitas (Iturama) - Marilda Ribeiro Resende (Uberaba) - Érica Silva Rabelo (Uberlândia) - suplentes: Ana Regina Vilela da Silva (Araguari) - Edna Eurípida de Melo Duarte (Uberaba).

- O teor do relatório final é o seguinte:

GRUPO I - SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS<sup>b</sup>

- 1 - Investimento na aquisição de mamógrafos e equipamentos de ultra-sonografia nos municípios-sede de pólos microrregionais.
- 2 - Implementação do programa de humanização do parto e prioridade no atendimento nos hospitais, com garantia da presença de acompanhante da parturiente na sala de parto, garantia de alojamento conjunto, orientação pós-parto quanto aos cuidados necessários com a mulher e o recém-nascido e ampliação dos programas de combate à mortalidade materna e infantil.
- 3 - Capacitação de profissionais da saúde e da educação para trabalhar questões relacionadas à sexualidade.
- 4 - Implantação, por profissionais capacitados, no ensino fundamental, médio e superior e em entidades que lidam com a saúde, de programas de educação social que envolvam planejamento familiar e prevenção de DST/Aids.
- 5 - Criação de um centro especializado de atendimento à saúde mental, que conte com profissionais especializados, que seja um espaço de lazer para os usuários e que trabalhe com a família dos portadores de sofrimento mental.
- 6 - Criação de um centro de convivência que ofereça oficinas artesanais, em parceria com instituições do município que prestam esse serviço.
- 7 - Inclusão dos pacientes em grupos psicoterapêuticos e sócio-educativos do Projeto Casa da Família, que vem sendo desenvolvido no município, em parceria com o governo federal.
- 8 - Criação e ampliação de programas de apoio, com equipe multidisciplinar, para mulheres grávidas que ficam abandonadas e especialmente para mulheres vítimas de estupro que engravidam, as quais devem ter amparo psicológico e autonomia para decidir sobre o desenvolvimento ou não da gestação.
- 9 - Investimento de recursos financeiros nos municípios para identificação da demanda de atendimento às necessidades da mulher (diagnóstico).
- 10 - Garantia, nos casos de suspeita de violência intrafamiliar, de que os profissionais da rede de saúde prestem informações aos usuários sobre os direitos e sobre os equipamentos de atendimento e denúncia.
- 11 - Fomento a campanhas e revisão de programas de tratamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis dirigidos às mulheres.
- 12 - Desenvolvimento de programas preventivos de educação sexual voltados para adolescentes, com informação sobre métodos contraceptivos e sobre os diversos tipos de atendimento, possibilitando-lhes a escolha livre e consciente, o acesso ao atendimento escolhido e garantindo-se acompanhamento adequado nos casos de gravidez.
- 13 - Criação, por profissionais capacitados, de materiais informativos e educacionais sobre feminismo, direcionados às mulheres jovens e adolescentes, com o intuito de combater o preconceito existente e de garantir uma renovação geracional na luta feminista.
- 14 - Formulação de políticas que garantam os direitos reprodutivos, voltados para a população masculina.
- 15 - Início da conscientização/orientação sexual na infância, sem preconceitos, desenvolvendo-se um trabalho paralelo de conscientização dos pais sobre a sua importância.
- 16 - Promoção de educação contínua, orientação para a saúde e realização de campanhas de divulgação mais efetivas e atraentes sobre prevenção às DSTs e Aids dirigidas para as mulheres de todas as faixas etárias.
- 17 - Implantação, nos serviços públicos de saúde, de programas de orientação sexual.
- 18 - Criação, ampliação, otimização de política de saúde mental para as mulheres, principalmente as que sofrem de depressão e baixa auto-estima devido à violência doméstica.
- 19 - Criação de mais centros de saúde nos municípios com garantia de resolutividade e agilidade às demandas de investimento de recursos financeiros para diagnósticos.
- 20 - Garantia de prestação gratuita de serviços médicos e odontológicos para as mulheres, principalmente nos casos de lesões decorrentes de espancamentos.
- 21 - Ampliação e promoção de campanhas educativas de conscientização sobre a importância da prevenção de doenças que possam causar deficiências, como síndrome de Pospólio, sífilis, rubéola, etc.
- 22 - Criação de centros de convivência familiar com capacitação profissional e encaminhamentos, assegurando a inclusão da mulher com deficiência.
- 23 - Garantia, para as mulheres com deficiência, de continuidade do mesmo médico, do pré-natal ao parto.
- 24 - Garantia da posse do laudo médico mensal, explicando o acompanhamento do pré-natal e especificando necessidades e impedimentos da mulher parturiente portadora de necessidades especiais.

- 25 - Desenvolvimento de uma política de prevenção e promoção de saúde da mulher, em especial, contra a miomatose, anemia falciforme, hipertensão, diabetes, câncer de colo do útero e mama, garantido a realização regular dos exames papanicolau, mamografia, ultra-som e outros exames feitos por equipes multidisciplinares.
- 26 - Efetivação das ações de promoção e educação para a saúde da mulher vinculadas ao Programa de Saúde Família - PSF -, buscando inverter a lógica do modelo de saúde centrado na doença, priorizando o auto-cuidado.
- 27 - Ampliação do atendimento à saúde das mulheres em sua diversidade (idade, raça/etnia, orientação sexual).
- 28 - Implementação de um serviço de apoio que permita diminuir o medo da mulher de acessar o serviço de saúde e garantia de disponibilidade dos medicamentos necessários.
- 29 - Garantia de ultra-sonografia obstétrica e demais exames específicos para a mãe e o bebê durante todo o período da gravidez.
- 30 - Maior orientação quanto ao teste de HIV na gravidez para garantia de saúde do bebê.
- 31 - Garantia de realização de exames e de cirurgias da mulher e de agilização desses procedimentos, bem como melhoria dos programas específicos da saúde da mulher, com gratuidade na distribuição de medicamentos e de todos os métodos contraceptivos, especialmente a camisinha feminina.
- 32 - Implementação e monitoramento do PAISM no município, com capacitação dos profissionais de atendimento.
- 33 - Garantia, na rede pública, dos mesmos direitos da servidora efetiva à servidora não-efetiva que se submeteu a mastectomia, histerectomia e quaisquer outros procedimentos médicos.
- 34 - Promoção de campanhas, em nível nacional, de conscientização e mobilização da sociedade, priorizando as necessidades específicas da saúde da mulher, cuidados com o corpo em todas as fases de sua vida e planejamento familiar.
- 35 - Ampliação do tempo de licença-maternidade para mães com filhos prematuros.
- 36 - Criação de novas formas de abordagem no Programa de Planejamento Familiar, ampliando o enfoque na questão de gênero.
- 37 - Estímulo à participação igual dos homens e mulheres em todas as áreas da família e das responsabilidades domésticas, inclusive o planejamento familiar.
- 38 - Garantia ao livre exercício sexual como direito de toda mulher.
- 39 - Investimento em educação e políticas humanitárias que evitem que a mulher chegue à gravidez indesejada.
- 40 - Estabelecimento de critérios bem definidos para a priorização da entrada de mulheres para serviço de fertilização, com a garantia do fornecimento gratuito dos medicamentos utilizados nos tratamentos de infertilidade.
- 41 - Aprovação da adoção de crianças por casais, independentemente da orientação sexual, e apoio à fertilização artificial, garantindo o direito à maternidade.
- 42 - Implementação de políticas e financiamento de pesquisas que criem o contraceptivo masculino.
- 43 - Reafirmação da não-discriminação por orientação sexual em todos os espaços públicos.
- 44 - Realização, em todos os municípios, de abaixo-assinados apoiando a resolução da ONU sobre orientação sexual e direitos humanos.
- 45 - Capacitação de profissionais de saúde para o atendimento ético das profissionais do sexo.
- 46 - Realização de campanhas educativas direcionadas para profissionais do sexo lésbicas.
- 47 - Penalização da discriminação contra as minorias sexuais, especialmente as mulheres lésbicas.
- 48 - Promoção de campanhas contra as discriminações sofridas pelas mulheres lésbicas.
- 49 - Apoio à criação do Centro de Referência Homossexual no Estado.
- 50 - Garantia de verbas públicas para investimento em pesquisas tecnológicas da área de acessibilidade e fornecimento de órteses e próteses (inclusive mamária) e equipamentos auxiliares para pessoas com deficiência.
- 51 - Implementação de Política Nutricional Sustentável nos municípios.
- 52 - Criação, ampliação e divulgação de programas alimentares específicos para gestantes, nutrízes, idosas e portadoras de doenças crônicas (Aids, câncer, diabetes, etc) e implantação de bolsa alimentar para diabéticas
- 53 - Criação de políticas públicas que inibam o consumo de drogas ilícitas, de álcool, bem como o abuso e a exploração sexual infantil.
- 54 - Garantia de atendimento especial e prioritário para mulheres idosas em todas as áreas, especialmente saúde e lazer, com vistas à melhor qualidade de vida.

- 55 - Implantação de Centros de Referência para a Saúde da Mulher.
- 56 - Criação do Centro de Referência da Família, como alternativa de resgate das ações integradas e garantia de eficácia de atendimento ao grupo familiar.
- 57 - Inclusão, nas disciplinas do curso fundamental e médio, de informativo sobre prevenção e tratamento de doenças endêmicas regionais (tuberculose, hanseníase, chagas, leishmaniose, esquistossomose, etc).
- 58 - Criação pelo Estado de clínica de tratamento para mulheres dependentes químicas e seus familiares, com o apoio da comunidade.
- 59 - Garantia, pelas secretarias municipais de saúde, de atendimento especializado para mulheres negras, no tratamento de enfermidades específicas (hipertensão, miomatose e anemia falciforme) e nos exames de mamografia, densitometria óssea e nos atendimentos médicos em UTIs.
- 60 - Educação sexual na escola, por meio da integração saúde/educação, implantação de programas de conscientização dos adolescentes dos riscos de gravidez não desejada, de aborto, de DSTs (principalmente HIV e HPV) e para o acompanhamento de mães adolescentes.
- 61 - Ampliação do acesso ao sistema de saúde, de modo a torná-lo menos burocrático e mais eficaz.
- 62 - Criação de programa destinado à saúde da mulher com o objetivo de garantir orientação e acompanhamento integrados da adolescência à menopausa, visando uma vida sexual saudável.
- 63 - Realização de palestras e cursos relacionados a gravidez precoce, cuidados com o bebê, menopausa, prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.
- 64 - Descentralização do programa da mulher para UBS e PSF (planejamento familiar) e inclusão do homem na capacitação sobre o planejamento familiar (exército, indústria, escola).
- 65 - Aplicação efetiva da lei que estabelece o amparo assistencial à mulher mastectomizada.
- 66 - Permanência do Art. 35 da saúde, respeitando as diferenças regionais e locais
- 67 - Criação e instalação de hospitais regionais.
- 68 - Criação, nos PSFs, de um grupo integrado por equipe multidisciplinar, inclusive por profissionais de serviço social, no qual as famílias possam receber orientações sobre saúde, educação sexual dos filhos, incluindo o homossexualismo, e outros assuntos referentes à família.
- 69 - Garantia de segurança física, moral e trabalhista, com melhores salários e jornada de trabalho reduzida.
- 70 - Reestruturação do programa Saúde da Família, com a implementação do programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).
- 71 - Desenvolvimento de trabalho educativo pelas entidades sociais, visando ao resgate da auto-estima da mulher e à valorização do ser mulher.
- 72 - Introdução do profissional nutricionista no quadro de assistência à saúde da mulher.
- 73 - Maior divulgação a respeito da anemia falciforme e orientação da população negra.
- 74 - Criação de programa de acompanhamento sexual e familiar.
- 75 - Realização de programas de extensão nas universidades a fim de desenvolver projetos de acompanhamento sexual.
- 76 - Garantia de acesso, pelos municípios, a programas de treinamento e capacitação em saúde.
- 77 - Orientação e apoio à implantação dos programas do SUS em cidades de pequeno porte.
- 78 - Aumento de número de profissionais da saúde, nas regiões urbana e rural, com capacitação e com remuneração justa, de forma a possibilitar a colocação em prática de uma política de atendimento integral à saúde da mulher, e de políticas públicas voltadas para os direitos à informação e acesso facilitado a serviços de saúde, bem como a real aplicação da legislação de proteção e da vigilância sobre as condições de bem-estar do enorme contingente de mulheres trabalhadoras.
- 79 - Implementação do Projeto Viva Vida com campanhas e ações para prevenção da morbi-mortalidade materno-infantil, com ampliação do Comitê de Mortalidade Infantil e Materna nos municípios, havendo a participação dos movimentos de mulheres, com caráter de denúncia, de estudos e incentivo a instrumentos que ampliem a melhoria da assistência à maternidade, com investigação de óbitos maternos, assegurando a implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.
- 80 - Promoção, qualificação e humanização da atenção obstétrica e neonatal, incluindo a assistência ao abortamento principalmente entre mulheres jovens.
- 81 - Estímulo a programas para melhor assistência à gestante, garantindo-lhe a opção pelo parto natural ou pela cesariana e reconhecendo-lhe o direito a um acompanhante de sua escolha na hora do parto.
- 82 - Fomento a campanhas e programas de tratamento e prevenção das DSTs, com destaque para a Aids, dado o crescimento do número de contaminadas.

83 - Elaboração de políticas públicas que garantam os direitos reprodutivos, incluindo programas de sensibilização voltados para a população masculina.

84 - Credenciamento, pelo SUS, de um número suficiente de unidades laboratoriais especializadas para a realização de exames de DNA e implantação de programas para a realização gratuita desse exame, com gestão do Ministério Público, de forma a atender a demanda de cada uma das macrorregiões do Estado.

85 - Desenvolvimento de trabalho conjunto com os responsáveis pelo Programa Saúde da Família, das secretarias municipais de saúde, que, além de outras ações, tenha como proposta a capacitação das equipes do PSF para atendimento nos casos de violência intrafamiliar.

86 - Efetivação da Norma Técnica do Ministério da Saúde que regulamenta o atendimento nas unidades básicas de saúde a pessoas que sofrem violência sexual.

87 - Estabelecimento de parceria entre o Conselho da Mulher e o Conselho Municipal de Saúde, para dar o suporte necessário e fazer com que as políticas de saúde para a mulher sejam implantadas, fiscalizando e exigindo prestação de contas do andamento e resultados obtidos.

88 - Criação, nos hospitais, de equipes formadas por mulheres, para atendimento de saúde da mulher vítima de violência.

89 - Reformulação das estruturas dos Conselhos Comunitários para que sejam centros de referência, com equipes multidisciplinares, trabalhando em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde, para atender as famílias, oferecendo-lhes orientação e apoio.

90 - Incentivo fiscal às empresas que instalem escolas de pais para funcionários, com cursos sobre sexualidade, violência e orientações sobre como abordar questões sexuais com os filhos.

91 - Criação de grupos de informação e orientação relacionados ao câncer, com ampla abrangência.

92 - Criação de vias exclusivas para a prática da caminhada e outros exercícios.

93 - Programas de incentivo à prática do esporte e elevação da auto-estima.

94 - Regulamentação do artigo 22 da Lei nº 8742 - LOAS, de 07 de dezembro de 1993, que trata do auxílio por natalidade.

95 - Prática de escuta nos casos de urgência "médica" para não discriminar a pessoa ou levá-la a correr risco de morte.

96 - Ampliação do número de bancos de leite materno nos hospitais.

97 - Capacitação permanente dos conselheiros municipais de saúde para que estes exerçam seu papel fiscalizador nas ações de saúde.

98 - Ampliação e/ou diversificação dos horários de atendimento nos postos de saúde.

99 - Desenvolvimento de pesquisas para verificar a razão do alto índice de pedidos de licença de saúde das trabalhadoras da área de educação.

100 - Estímulo a projetos para melhorar a assistência à gestante de alto risco.

101 - Incentivo à formação de especialistas em enfermagem obstétrica e à capacitação de parteiras tradicionais, melhorando a assistência ao parto domiciliar, e efetiva implantação das casas de parto.

102 - Exigência de agilidade na execução do aborto legal, garantindo sua realização nos hospitais, no início de gravidez, com um atendimento humanizado.

103 - Garantia de que o serviço funerário de preparo de corpos de mulheres seja prestado por agente funerário do sexo feminino.

104 - Garantia de acesso a preservativos gratuitos nos postos de saúde, independentemente da idade da mulher e de ser ela ou não profissional do sexo ou soropositiva.

105 - Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, que trata da obrigação de destinação de recursos financeiros para a saúde, em todas as esferas de governo.

106 - Desburocratização do processo de adoção de crianças.

107 - Criação de programas sobre sexualidade e saúde, específicos para jovens e adolescentes que estão iniciando a vida sexual, nos moldes do programa "Planejamento Familiar", com nome condizente com a realidade desses jovens.

108 - Garantia de não-discriminação a mulheres lésbicas nos serviços públicos de saúde.

109 - Reconhecimento legal da união de homossexuais, sendo-lhes garantidos direitos previdenciários e de herança.

110 - Exigência de cumprimento do SIS/ pré-natal em todos os municípios do Brasil.

## GRUPO II - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

111 - Implantação e monitoramento de um disque-denúncia gratuito, com pessoal técnico qualificado nas diferentes áreas, para registro de ocorrência de violência contra a mulher (Disque-Mulher), resguardando-se o(a) denunciante, e encaminhamento imediato das denúncias.

- 112 - Inclusão nos currículos das escolas, com base nos PCNs, de temas sobre questões de gênero, de maneira a levar à definição de uma educação não-sexista, com garantia de discussão de sexo seguro (prevenção de DSTs, AIDS e métodos contraceptivos), orientação sexual e seus direitos específicos, gravidez indesejada e aborto.
- 113 - Capacitação permanente de profissionais de educação para lidar com as questões de gênero e com a educação sexual, evitando-se o ranço de educação conservadora e preconceituosa. .
- 114 - Inclusão, no currículo de todos os cursos superiores, de disciplinas que tratem de questões de gênero.
- 115 - Criação de mais escolas de ensino fundamental em vários turnos para que as mulheres, especialmente as de melhor idade, que não tiveram oportunidade de estudar, possam fazê-lo, sendo garantida, no currículo escolar, disciplina que envolva as questões dos direitos da mulher, violência, questões de gênero e cursos profissionalizantes nas diversas áreas, a fim de oportunizar conhecimentos, defesa dos direitos, liberdade, união, poder.
- 116 - Obrigatoriedade de uso e implementação do protocolo de notificação compulsória da violência contra a mulher, através do registro da ocorrência, nas entidades ou nos organismos de atendimento à mulher, incluindo clínicas e consultórios odontológicos, para posterior orientação no registro policial.
- 117 - Cursos de capacitação e sensibilização nas questões de gênero para os(as) profissionais do Direito, de Medicina e de Odontologia que prestam atendimento à mulher.
- 118 - Criação de Centros de Referência ou Casas-Abrigo (ou fortalecimento das já existentes), com equipe multiprofissional (assistente social, psicóloga, médica e advogada) e interdisciplinar para atender a casos de violência intrafamiliar(mulher/família) e famílias vítimas de violência, desenvolvendo várias parcerias, visando a desenvolver ações de forma integrada, e criando-se mecanismos de conscientização para crianças, mulheres e adolescentes que sofrem violências e traumas, promovendo-se seminários,debates e palestras para conscientização da mulher na defesa de seus direitos e no resguardo de seus valores.
- 119 - Ampliação do número de Delegacias de Atendimento à Mulher onde estas já existem e criação das DEAMs, nos municípios ou em Regionais, com infra-estrutura necessária (recursos humanos, financeiros, materiais), plantões nos fins de semana, e, principalmente, capacitação de pessoal para o trato com a mulher em situação de violência.
- 120 - Capacitação de profissionais das áreas de justiça, segurança, saúde e educação para atendimento às vítimas de violências de gênero.
- 121 - Criação de mecanismos de avaliação sistemática dos equipamentos públicos de atendimento específico ou prioritário à mulher.
- 122 - Promoção de campanhas preventivas contra a violência intrafamiliar, contra o abuso e o assédio sexual, estimulando a convivência saudável, sendo incluído no orçamento, nas esferas municipal, estadual e federal, verba destinada a tais campanhas, na rubrica "comunicação".
- 123 - Incentivo governamental à criação e implantação de Conselhos Tutelares e da Mulher nos municípios ou Regionais, e fomento dos já existentes, com recursos humanos e materiais.
- 124 - Criação de centros de reeducação para o agressor, que tenha frequência determinada e garantida por lei, acrescida das penas cabíveis, sendo obrigatória a sua participação em grupos de combate à violência doméstica.
- 125 - Explicitação do termo "agressão psicológica" com critérios para diagnóstico e/ou sentenças.
- 126 - Aplicação de penalidade a responsáveis por logradouros públicos ou mesmo propriedades privadas que, por omissão ou negligência, facilitem a violência, mantendo terrenos baldios sem cuidados ou mal iluminados.
- 127 - Inclusão da disciplina "Direitos Humanos" na grade curricular dos cursos de formação dos profissionais da segurança pública e também na formação de profissionais que lidam com mulheres.
- 128 - Mobilização da comissão para reforma e alteração da Lei nº 9.099/95, na conceituação de crimes de menor potencial ofensivo referente à violência contra a mulher, visando punição mais severa para o agressor, evitando-se penas absolutamente desproporcionais à agressão, muitas vezes por um entendimento machista da questão.
- 129 - Estímulo à denúncia de tráfico de mulheres e crianças, com vistas a coibir o crime e prevenir a violência dele decorrente.
- 130 - Assistência à mulher abandonada, que vive em isolamento social.
- 131 - Maior apoio jurídico à mulher vítima de violência, com a obrigatoriedade da presença de defensor público, estagiário de direito ou advogado voluntário acompanhando-a nas audiências de conciliação nos Juizados Especiais Criminais visando orientá-la quanto aos seus direitos, trâmites processuais e, principalmente quanto às consequências da assinatura do termo de desinteresse do TCO.
- 132 - Instalação de postos de segurança comunitária móveis ou fixos em locais tidos como mais perigosos e estratégicos.
- 133 - Financiamento de programas específicos para adolescentes grávidas, mulheres marginalizadas vítimas de maus-tratos, e sobre exploração sexual de mulheres (crianças, adolescentes, adultos).
- 134 - Criação do atendimento jurídico (Defensoria Pública e/ou extensão) específico para as mulheres em todos os municípios.
- 135 - Exigência de discussão, pelos movimentos feministas, do Estatuto da Mulher, que se encontra em tramitação no Congresso; garantia de nele estarem previstas sanções.
- 136 - Revisão da lei que obriga avós a pagarem pensão para os(as) netos(as) na omissão ou impossibilidade do pai.

137 - Efetiva aplicação da Lei n. 10.778, de 24/11/2003, que torna compulsória a notificação de todo caso de violência contra a mulher atendida em serviço de saúde público ou privado.

138 - Reavaliação das questões culturais que minimizam a importância das agressões, só porque acontecem em uma relação conjugal, e levam profissionais da área jurídica e/ou policial a decisões equivocadas, considerando essas agressões como pequenas rusgas; exigência de maior sensibilidade por parte desses profissionais.

139 - Garantia de efetividade dos Programas de Atenção à Mulher e de acesso aos mesmos.

140 - Realização de pesquisas, pelo poder público, pelas instituições privadas e organizações não-governamentais, sobre a violência no país, nos estados e nos municípios.

141 - Melhoria das condições de vida das mulheres encarceradas no presídio/colônia penal, respeitando-se a sua integridade física, fornecendo-se assistência médica, garantindo-se instalações próprias às gestantes, com direito a higiene, tratamento psicológico, amamentação e acompanhamento dos filhos nos primeiros meses de vida, permitindo-se e facilitando-se a convivência com familiares, implementando-se programas de assistência social, psicológica e jurídica e desenvolvendo-se projetos de empreendedorismo e de reintegração social, dentre outros, estendendo-se a assistência social à mulher egressa do sistema penitenciário. .

142 - Implantação e manutenção de teleaulas do Telecurso ou similar nos presídios.

143 - Estímulo à formação e atuação de promotores(as) legais populares, descentralizando e democratizando o acesso da população à Justiça e seus serviços e mediações.

144 - Descentralização, nos municípios, do atendimento interprofissional - social, psicológico e jurídico - com postos de funcionamento nos bairros estratégicos.

145 - Estímulo ao uso de mecanismos de punição às agências de turismo e outras instituições que exploram o turismo sexual.

146 - Adoção de medidas efetivas no combate à exploração sexual contra criança e adolescente (competência do Governo Federal, Estadual e Municipal).

147 - Reformulação do ordenamento jurídico bem como do procedimento processual no que diz respeito à violência doméstica.

148 - Melhoria do acesso à assessoria jurídica, com o intuito de agilizar os processos de pensão alimentícia, exploração sexual contra criança e adolescente e investigação de paternidade, com implantação de programas eficazes de exame de DNA gratuitos.

149 - Penalização com multas às empresas que veicularem a imagem da mulher de forma pejorativa e sexista.

150 - Garantia, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, de pelo menos um profissional qualificado para detectar os casos de violência doméstica e sexual e acompanhar as crianças e adolescentes vítimas de tal violência.

151 - Estímulo à implantação de programas de advocacia pro bono para vítimas de violência de gênero e intrafamiliar nas subseções da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Minas Gerais e no âmbito dos serviços de assistência jurídica dos cursos de graduação em Direito.

152 - Qualificação do pessoal na Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher, nos Juizados Especiais, na Defensoria Pública, na Assistência Jurídica e nos postos de Medicina Legal, onde se realizam exames de corpo de delito e por onde passam milhares de mulheres com graves problemas de lesões corporais, estupro e abuso emocional grave, no sentido de sensibilizá-las no trato com a mulher em situação de violência, garantida a presença obrigatória de mulheres no atendimento à vítima.

153 - Desenvolvimento de parceria com setores da mídia, no sentido de mudar o foco na "imagem ideal da atual mulher", banalizada por interesses puramente comerciais.

154 - Criação do Juizado Especial Criminal para julgamento dos crimes de violência contra a mulher, estabelecendo mecanismos de fiscalização que garantam o cumprimento da lei e agilização processual.

155 - Criação de grupos de apoio e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e de terapia familiar voltados especificamente para a mulher vítima de violência e para o agressor.

156 - Estabelecimento de parcerias entre creches e conselhos para atendimento à mulher desempregada.

157 - Atenção especial à criança que presencia cenas de violência doméstica, permitindo ao Conselho Tutelar o acesso ao Disque-Denúncia.

158 - Criação de fundo para subsidiar programas de combate à violência contra a mulher, sendo os recursos desse fundo repassados diretamente aos municípios.

159 - Garantia, em caso de mudança de governo, de continuidade de programas voltados para as questões das mulheres, os quais estejam sendo desenvolvidos nas esferas municipal, estadual e federal.

160 - Criação de Secretarias de Políticas Públicas para as Mulheres no nível municipal e estadual, a exemplo da que já existe em nível federal.

161 - Consideração, nos programas voltados para a mulher, da dinâmica própria do meio urbano e do meio rural.

162 - Reconhecimento das questões específicas das lésbicas.

163 - Obrigatoriedade de vínculo entre os Centros de Apoio às Mulheres (casas-abrigo e demais órgãos em defesa da mulher) e,

principalmente, as Delegacias de Mulheres - DEAMs-, evitando-se ações isoladas.

164 - Garantia às mulheres de atendimento por profissionais do sexo feminino nos hospitais e Institutos Médico-Legais.

165 - Garantia à mulher do direito de sair da Maternidade com o registro da criança.

166 - Realização, na mídia, de campanhas de prevenção e combate à violência contra a mulher para promover a visibilidade da violência de gênero como questão de saúde pública.

### GRUPO III - A MULHER E A QUESTÃO ETNO-RACIAL

167 - Criação de SOS Racismo para orientação, apoio jurídico, social e psicológico às vítimas de discriminação etno-racial.

168 - Criação de projetos educacionais, do ensino fundamental ao superior, que atendam às diversas etnias do país, incluindo nos livros didáticos aspectos culturais das etnias que formam o povo brasileiro.

169 - Revisão dos livros didáticos a fim de minimizar as diferenças entre gênero e raça e estabelecimento de mudanças dos estereótipos dos livros infantis, incluindo heróis, poetas, cientistas e inventores negros, em vez de apresentá-los sempre como figuras serviçais (ex: Tia Anastácia, Saci Pererê e Negrinho do Pastoreio).

170 - Garantia de cotas para mulheres negras nos programas de moradia.

171 - Capacitação de guardas municipais e de policiais civis, militares e federais para atendimento igualitário aos cidadãos e cidadãs.

172 - Intensificação, através dos meios publicitários, da conscientização dos direitos das trabalhadoras rurais, especialmente das afrodescendentes, incluindo aposentadorias por idade e tempo de trabalho.

173 - Reconhecimento de terras remanescentes de quilombos, de acordo com os arts. 215 e 216 da Constituição Federal, e reconhecimento dos quilombos urbanos, conferindo títulos de terra a essas comunidades. Garantia, através de programas, de melhor qualidade de vida para as mulheres negras.

174 - Estabelecimento de parcerias com conselhos municipais, estaduais e federal de participação e desenvolvimento da comunidade negra, a fim de promover palestras, seminários e outras atividades voltadas para as demandas específicas do segmento.

175 - Estabelecimento de programas de incentivo ao estudo para as mulheres negras, reconhecendo o elevado índice de analfabetismo que afeta essa população. Incentivo aos que valorizam a mulher negra no campo profissional, inclusive órgãos públicos, com garantia de emprego e renda.

176 - Elaboração de projetos específicos que valorizem a mulher negra através da cultura extremamente rica de sua raça, com envolvimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal.

177 - Realização de cursos de formação política, a fim de elevar o nível de consciência crítica e de participação das mulheres negras.

178 - Adoção de políticas efetivas nas redes estaduais e municipais de ensino, visando ao fortalecimento da educação racial diversificada, com aplicação da Lei 10.369 (história da África).

179 - Desenvolvimento de políticas específicas municipais, estaduais e federais, com recorte etno-racial, voltadas para a mulher negra, a mais afetada pelas desigualdades sociais no país.

180 - Combate a todas as formas de discriminação, garantindo políticas públicas etno-raciais em todas as esferas de governo, na transversalidade.

181 - Desenvolvimento de políticas que assegurem acesso da população negra a cursos profissionalizantes e ao sistema educacional.

182 - Implementação de políticas públicas em níveis municipal, estadual e federal, para a educação rural e quilombola, através das escolas-família agrícolas, como instrumento de formação da mulher rural para o mercado de trabalho e empreendedorismo rural e agrícola.

183 - Fortalecimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), com divulgação de suas funções.

184 - Garantia de acesso igualitário ao crédito para a população negra, especialmente para a mulher negra, como forma de superação das desigualdades etno-raciais.

185 - Instalação de fóruns sobre integração racial nos estabelecimentos de ensino e na comunidade.

186 - Parceria governamental no incentivo a ONGs e a entidades do movimento social voltadas para a integração racial, numa perspectiva de gênero, raça e etnia.

187 - Garantia de assistência à saúde à mulher da 3ª idade, com atendimento geriátrico permanente.

188 - Pesquisa, estudos e capacitação de profissionais e estudantes da área de saúde voltados para a população negra, numa perspectiva de gênero, raça, etnia, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

189 - Capacitação dos policiais da Delegacia dos Crimes Raciais, buscando a sensibilização para atendimento à comunidade negra, especificamente à mulher negra.

- 190 - Incentivo às ONGs que defendem tratamento igualitário às mulheres negras lésbicas nas repartições municipais, estaduais e federais.
- 191 - Garantia, em serviços de saúde mental, de tratamento psicoterápico, individual e em grupo para as mulheres e meninas negras vítimas de violência sexual e maus-tratos.
- 192 - Capacitação dos educadores sociais responsáveis pelos abrigos, creches e asilos, a fim de minimizar a discriminação etno-racial.
- 193 - Capacitação dos conselheiros tutelares para atendimento às crianças e jovens vítimas de discriminação.
- 194 - Inclusão da temática etno-racial nas cadeiras de Direitos Humanos das universidades, como política de afirmação e resgate da cidadania da população negra.

#### GRUPO IV - A SITUAÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO AGRÁRIO, AGRÍCOLA E AMBIENTAL

- 195 - Incentivo ao acesso das mulheres à titularidade da terra nos assentamentos e nos programas de reforma agrária, garantindo-se à trabalhadora rural a inclusão de seu nome nas escrituras das propriedades.
- 196 - Realização de reforma urbana, garantindo o direito à cidade e à terra urbanizada, implementando no estado os instrumentos garantidos na Lei Federal nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, os quais tratam da política urbana, com vistas a inibir a especulação imobiliária.
- 197 - Garantia de emissão das escrituras de propriedades urbanas em nome das mulheres.
- 198 - Promoção da reforma agrária na ótica de gênero, criando-se condições para que a mulher camponesa possa manter-se no campo, com trabalho, sem depender financeiramente de seu marido.
- 199 - Ampliação das garantias sociais e trabalhistas à trabalhadora rural, sendo-lhe assegurados todos os direitos, sobretudo a aposentadoria por idade para a mulher, independentemente do documento de posse da terra do marido ou companheiro, com fiscalização constante, severa e sistemática.
- 200 - Garantia, à esposa ou companheira do trabalhador rural empregado, dos direitos trabalhistas e sociais (obs.: garantia da condição de empregada).
- 201 - Realização de reforma agrária com justiça social, com direito ao crédito com igualdade.
- 202 - Divulgação efetiva junto à sociedade (comunidades, escolas, Igrejas, associações, creches, asilos etc.) dos serviços públicos já existentes na área de segurança alimentar e nutricional do País.
- 203 - Criação de melhores condições para pequenas produtoras rurais em meio e irrigação.
- 204 - Estabelecimento da reforma urbana com aprovação imediata do Projeto de Lei nº 2.710/92, que cria o Fundo e Conselho Nacional de Moradia Popular.
- 205 - Impulso a programas de produção de moradias populares, priorizando-se a autogestão.
- 206 - Adequação das dependências de todos os prédios públicos para facilitar a locomoção e o atendimento a pessoas portadoras de deficiências.
- 207 - Regulamentação do Estatuto do Idoso, efetivando-se o direito das mulheres idosas ao passe livre.
- 208 - Adoção e garantia do passe livre para estudantes urbanos e rurais.
- 209 - Criação de grupos de apoio às pessoas mais necessitadas, idosos, deficientes etc.
- 210 - Viabilização de transporte especializado para a mulher com deficiência ou com grave dificuldade de locomoção.
- 211 - Garantia de melhor atendimento à saúde da mulher em todas as instâncias pela reabertura do Programa de Saúde da Família - PSF - nas zonas rurais, inclusão de profissionais tais como psicólogos, dentistas, assistentes sociais, ou outro especialista necessário conforme a região, e pela criação de atendimento itinerante no campo, viabilizando-se o adequado agendamento de consultas e exames complementares.
- 212 - Divulgação dos trabalhos feitos por mulheres rurais, uma vez que são, na maioria, forças duplas de trabalho, e valorização das feiras livres.
- 213 - Financiamento de programas agroindustriais para comunidades, inclusive cooperativas específicas para mulheres, extensivos a afrodescendentes.
- 214 - Desenvolvimento de política de proteção e orientação às mulheres.
- 215 - Realização de campanhas, nos locais de trabalho da mulher, sobre prevenção de câncer de mama e de colo do útero e de DST/Aids.
- 216 - Garantia de folgas anuais para realização de exames de prevenção.
- 217 - Garantia de folgas mensais para realização de exame pré-natal e acompanhamento de filhos em idade escolar, quando estes apresentem

dificuldades e necessitem da presença da mãe na escola.

218 - Intensificação de campanhas de prevenção de DST, planejamento familiar e exames preventivos nas periferias e comunidades rurais, com linguagem adaptada para cada região.

219 - Implementação imediata do Projeto de Lei nº 2.710/92.

220 - Promoção, em parceria com a Emater-MG e com outros órgãos afins, de capacitação de pessoal para atuar em feiras livres para venda de produtos artesanais e artísticos, feitos predominantemente por mulheres, envolvendo a terceira idade e mulheres rurais, assegurando locais públicos e apropriados para a comercialização da produção.

221 - Fortalecimento dos núcleos de mulheres de assentamentos rurais e urbanos, com vistas a que elas tenham condições de exigir o direito à titularidade da propriedade e também a garantia de acesso a programas de incentivo à produção para sua própria subsistência.

222 - Estabelecimento de mecanismos, em âmbito nacional, regional e internacional, para avaliar o impacto causado às mulheres pelas políticas de desenvolvimento e ambientais.

223 - Cumprimento dos dispositivos constitucionais e dos acordos, tratados e convenções assinados pela ONU.

224 - Criação de programas de financiamento de pesquisas voltadas para a questão racial no Brasil, mormente as que tratam de educação e saúde.

225 - Integralização dos programas de atenção a pobreza, saúde, cultura, educação e recorte racial.

226 - Criação de ouvidoria para receber denúncias de crimes contra a mulher rural.

227 - Criação de programas integralizados de valorização da cultura rural.

228 - Criação de programas efetivos de atenção aos problemas de saúde específicos da mulher rural.

229 - Incentivo a projetos de geração de renda para trabalhadoras rurais, conforme a cultura produtiva de cada região, como a criação de pequenos animais para corte, agrovilas, hortas comunitárias, entre outros.

230 - Fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho quanto ao trabalho escravo, com programas voltados para a conscientização dos direitos trabalhistas.

231 - Acesso ao crédito para aquisição de terras e limitação das propriedades rurais e urbanas, levando em consideração as propriedades exageradamente grandes ou pequenas.

232 - Cumprimento, por parte do governo, do benefício da licença-maternidade para as trabalhadoras rurais.

233 - Maior esclarecimento sobre a cadeia produtiva agrícola, a agregação de valores ao produto e a diversificação de sua comercialização, com participação de especialistas da área, tais como veterinários, técnicos agrícolas, nutricionistas, etc.

234 - Criação de formas de estimular e dar autonomia às mulheres através do acesso ao crédito e à posse de terras, estabelecendo-se parcerias com a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.

235 - Incentivo à vida nos bairros, permitindo-se a multiplicidade de funções como moradia, cultura, lazer, comércio, evitando-se bairros puramente residenciais isolados e abandonados à noite.

236 - Implantação de programas habitacionais com facilitação de créditos, priorizando as mulheres chefes de famílias e, sobretudo, as que forem alvo de violência doméstica, para financiamento da casa própria, tanto para novas habitações como para obras de beneficiamento de antigas e precárias moradias, através da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades.

237 - Criação de espaços coletivos de discussão, com participação das mulheres nas tomadas de decisão dos projetos habitacionais .

238 - Construção de equipamentos esportivos e de lazer infantil nas áreas rurais.

239 - Instalação, em banheiros e bebedouros, de equipamentos à altura das crianças e com fácil acesso para portadores de deficiência.

240 - Criação de locais para amamentação e de fraldários em áreas públicas.

241 - Melhoria da atenção à saúde da mulher no campo, com aquisição de ambulâncias bem equipadas e atendimento odontológico.

242 - Reconhecimento da carteira de filiação a sindicato como documento válido para obtenção de benefício.

243 - Implantação de programas de saneamento básico na zona rural, com incentivo à coleta seletiva de lixo.

244 - Promoção de campanhas informativas sobre planejamento familiar nas zonas rurais.

245 - Promoção de cursos de orientação, qualificação e educação ambiental para as trabalhadoras rurais que manipulem agrotóxicos, com parecer de técnicos agrícolas sobre os perigos dessa prática.

246 - Mudança nos critérios de avaliação de propriedade produtiva para impedir o descumprimento da obrigação constitucional de que toda propriedade deve cumprir sua função social.

247 - Garantia, nos reassentamentos, de módulo rural de terra com potencial produtivo, casa de tamanho compatível com a família, canalização, saneamento rural e apoio através de projetos de sobrevivência.

248 - Garantia de que, na construção de barragens, a licença ambiental não seja concedida até a implantação definitiva do assentamento, conforme determina a legislação, e que o Ministério Público acompanhe todo o processo do licenciamento.

#### GRUPO V

EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA,

CULTURA, ESPORTE, EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA

#### CRECHE

249 - Garantia e ampliação do atendimento escolar, em horário integral, para crianças e jovens de 6 a 14 anos, com a inclusão de atividades extracurriculares (culinária, corte e costura, construção civil, mecânica de autos, etc.) e contratação, como professores, de pais de alunos e outros membros da comunidade qualificados e que se encontrem desempregados.

250 - Criação de uma política de creches públicas, com universalização do acesso, como necessidade social da mulher e da família e direito da criança, qualificando os educadores infantis e flexibilizando o horário de funcionamento conforme necessidade das mães.

251 - Fiscalização para assegurar que seja cumprida a legislação em vigor concernente a creches nos locais de trabalho, em especial nas empresas em que for elevado o número de empregados

#### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

252 - Manutenção e ampliação da educação básica de jovens e adultos, garantindo-se financiamento para essa modalidade, e implantação de outras políticas que visem à diminuição do analfabetismo, destinando horários alternativos para atender às mulheres e a outros públicos que possuam especificidades.

253 - Investimento e ampliação de programas educacionais para jovens e adultos que garantam a qualidade pedagógica e física para esta modalidade.

254 - Incentivo, nas escolas, a um trabalho de educação familiar.

255 - Realização de campanhas mais efetivas e realistas sobre os efeitos das drogas.

#### CURRÍCULOS

#### DIREITOS HUMANOS

256 - Inclusão dos temas humanismo, ética e direitos humanos como disciplinas curriculares nos ensinamentos fundamental e médio.

257 - Eliminação do preconceito e da discriminação nas questões de gênero e raça.

258 - Incentivo aos valores de respeito, amor ao próximo e solidariedade.

259 - Fomento à produção cultural e à pesquisa que trate da temática da mulher.

260 - Inclusão, no currículo escolar, de disciplinas referentes a diversidade e cultura nacionais.

261 - Inclusão da conscientização do "papel da mulher" como tema transversal na educação.

#### EDUCAÇÃO SEXUAL

262 - Ampliação da educação e orientação nas escolas públicas em parceria com as Secretarias de Saúde, sobre temas relativos a sexualidade, sexo seguro (prevenção de DST, Aids e métodos contraceptivos), orientação sexual, direitos específicos, gravidez indesejada e aborto.

263 - Discussão com os gestores educacionais, orientadores e professores sobre a necessidade de programas e projetos que visem fornecer subsídios à família com relação à educação sexual e outras dificuldades pedagógicas.

264 - Incentivo ao planejamento familiar.

265 - Implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no ensino fundamental e médio, com a preocupação de formar o cidadão com valores éticos e humanísticos, trabalhando a conscientização política.

266 - Inclusão, no currículo da educação básica, da conscientização do jovem para os problemas do envelhecimento.

#### CAPACITAÇÃO

267 - Capacitação permanente e promoção de cursos de formação de gênero, raça e sexualidade, para professores, funcionários públicos, lideranças, educadores sociais, através de programas educativos desenvolvidos pelas Secretarias de Educação e pelos movimentos de mulheres.

268 - Garantia da capacitação de educadores para lidar com as diversidades de portadores de necessidades especiais, criando reais condições de trabalho e incentivo salarial para os professores da área.

269 - Capacitação, assessoramento técnico e pedagógico, com advogados, assistentes sociais, administradores, departamento de comunicação e todas as áreas de suporte financeiro, para iniciar um empreendimento na área de educação, na formação da cidadania, na cultura e lazer.

270 - Instalação de equipamentos que permitam o acesso à Internet nas escolas e creches, com manutenção e aperfeiçoamento dos profissionais.

271 - Realização de palestras visando à eliminação de conduta e pensamento machistas no ambiente escolar.

272 - Viabilização de programas no ensino superior, a fim de que os estudantes, futuros formadores de opinião, não reproduzam a educação sexista no ambiente escolar, valendo-se de métodos alternativos e dinâmicas voltadas para a questão da desigualdade entre os gêneros.

#### LEGISLAÇÃO

273 - Criação de políticas que garantam à mulher e às crianças lazer e cultura, propiciando acessibilidade, viabilizando e aprovando projetos de leis de acordo com sua realidade, propiciando atendimento à saúde e educação de qualidade.

#### DIVULGAÇÃO

274 - Incentivo à cultura, com criação de espaços específicos para esse fim, como biblioteca itinerante, teatro, etc. Implementação de políticas que valorizem as tradições culturais, religiosas e populares.

275 - Difusão das informações sobre as diversas questões referentes à vida e à história das mulheres brasileiras, usando os meios de comunicação, tendo em vista que a informação é uma arma na luta pela igualdade e pela garantia dos direitos. Valorização das TVs e estações de rádio alternativas.

276 - Proibição de propaganda que possa desvalorizar a imagem da mulher.

277 - Promoção de campanhas educativas sobre assédio sexual e moral, dentro das empresas e escolas.

278 - Veiculação, pela mídia e através de cartilhas, de temas relativos à educação social, educação não sexista, respeito, combate à violência de gênero e à discriminação racial.

279 - Garantia de legenda em todas as programações da TV, aberta ou fechada - Mulher com Deficiência.

280 - Realização de campanhas pela valorização da mulher nos diversos aspectos culturais, utilizando a parceria público/privado, combatendo a desvalorização da mulher na mídia.

281 - Promoção de campanha oficial, na mídia, direcionada para a sensibilização das questões de gênero.

#### POLÍTICAS

282 - Implantação de universidades públicas onde houver demanda.

283 - Criação de faculdades federais na região do Jequitinhonha

284 - Promoção de interação entre mulheres e homens, em todas as atividades sociais, especialmente nas esportivas e culturais.

285 - Inclusão nos currículos das faculdades, em especial nas de Direito e de Medicina, de matérias que visem à discussão sobre violência contra a mulher, direitos reprodutivos e sexuais e direito ao aborto, evitando omissão e equívocos nas decisões profissionais.

286 - Criação de programa para que as mulheres possam tirar seus documentos gratuitamente.

287 - Criação de espaços nas escolas, universidades e empresas, em vários turnos, para que as mães que amamentam possam levar suas crianças.

288 - Ampliação dos serviços nos Núcleos de Atendimento Familiar (NAFs), para que se discutam as questões de gênero no programa de acompanhamento familiar.

289 - Efetivação de parcerias diversas (com universidades, igrejas, clubes, ONGs, etc), a fim de oferecer atividades de lazer, cultura e esportes nas comunidades, ampliando os locais de entretenimento.

290 - Implementação de ações (como de educação global) que levem informações às crianças e adolescentes, como rua de lazer e gincanas nos bairros.

291 - Garantia de intérprete de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) e de material em braile nos locais de atendimento público de saúde, justiça, assistência social, educação, cultura, lazer e esportes, como também em encontros, cursos, congressos, etc, sempre que necessário.

- 292 - Campanhas educativas, orientações e capacitações para a polícia em geral, em relação ao abuso contra as mulheres.
- 293 - Campanha educativa sobre afetividade, sexualidade e cuidados com o corpo.
- 294 - Criação de políticas públicas que beneficiem mulheres trabalhadoras urbanas e rurais com menor poder aquisitivo, para freqüentarem faculdades e o ensino em geral.
- 295 - Criação de fóruns de formação para mulheres, evitando que aconteça a reprodução do sistema.
- 296 - Aumento da renda per capita para os programas de assistência à infância e adolescência, atendendo a demandas dos municípios.
- 297 - Discussão e aprimoramento da adoção de cotas nas universidades, como estratégia para alcançar a igualdade.
- 298 - Aumento dos investimentos em educação.
- 299 - Garantia do ensino pós-médio profissionalizante em todos os municípios, de acordo com a realidade de cada região.
- 300 - Construção, reforma e melhoria das instalações físicas das escolas, de acordo com a necessidade de cada uma, beneficiando a todos, sem distinção de sexo.
- 301 - Igualdade de acesso à educação e erradicação do analfabetismo.
- 302 - Promoção do acesso das mulheres à informatização.
- 303 - Apoio e investimento, pelo poder público, em programas institucionais que promovam debates com enfoque nas questões de gênero.
- 304 - Implantação de medidas compensatórias para a permanência e mobilidade das mulheres negras no sistema educacional, por meio de programas específicos, nos quais sejam observadas a disponibilidade, flexibilidade de horários, carga horária mais apropriada a suas realidades e necessidades.
- 305 - Instituição de bolsa-incentivo para escolarização da mulher e garantia de licença remunerada em caso de afastamento para conclusão de mestrado requerido às secretarias estadual/municipais de educação.
- 306 - Adoção de políticas educacionais que valorizem o magistério, profissão desempenhada majoritariamente pelas mulheres, como instrumento de ampliação de políticas públicas de valorização dos papéis femininos.
- 307 - Criação de fóruns regionais para discussão, articulação e implantação de políticas de gênero nos municípios e no Estado.
- 308 - Criação de programas permanentes de incentivo à leitura e à interpretação para todos os segmentos da escola: alunos, professores e pais.
- 309 - Democratização e ampliação do sistema de ensino do país, valorizando os recursos técnicos profissionalizantes para mulheres.
- 310 - Elaboração de diagnóstico sobre a situação da mulher nas diversas áreas.
- 311 - Criação de núcleo para programa de orientação à família.
- 312 - Valorização da produção cultural e científica das mulheres.
- 313 - Sensibilização dos homens, com o objetivo de construir um paradigma de gênero, sem discriminação e preconceito.
- 314 - Criação de secretarias municipais e estadual da mulher.

#### GRUPO VI - TRABALHO DAS MULHERES - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, FORMAÇÃO PARA O MERCADO, TRABALHO DOMÉSTICO

- 315 - Criação de cooperativas regionais de materiais recicláveis.
- 316 - Criação de Centro Regional de Reabilitação de Mulheres Condenadas.
- 317 - Criação de cooperativas regionais, em todo o Estado, com investimento federal, estadual e municipal para produção e comercialização de produtos de acordo com a vocação do município.
- 318 - Implantação de políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária, que incluam os grupos de geração de renda compostos por mulheres.
- 319 - Redução do percentual pago ao INSS pelas(os) trabalhadoras(es) autônomas(os) e donas-de-casa para 12%, em vez dos atuais 20%.
- 320 - Implantação de políticas trabalhistas que permitam equidade de salário e livre acesso da mulher a todos os setores profissionais.
- 321 - Criação de uma subdelegacia que fiscalize os direitos trabalhistas regulamentados e assegurados pela legislação em vigor, em parceria com o Ministério do Trabalho e sindicatos; criação de monitorias legais, com órgão de denúncia sobre violação dos direitos trabalhistas previstos em leis.

- 322 - Criação e ampliação de programas especiais de crédito solidário, assessoria técnica e financiamento para cooperativas e associações de produção e comercialização, empreendimentos solidários e microempresas compostas por mulheres.
- 323 - Desburocratização para o acesso às linhas de crédito já existentes, dando assessoria especial para empresas dirigidas por mulheres, no intuito de atrair mulheres empreendedoras e abrir espaço para elas.
- 324 - Criação de programas e medidas de prevenção e combate às discriminações contra as mulheres no mercado de trabalho, em termos de admissão, salários e benefícios, promoção, capacitação, ocupação de cargo de chefia e promoção da saúde da mulher. Igualdade salarial entre homens e mulheres no exercício da mesma função. Garantia de melhores condições materiais e humanas às DRTs para que possam intensificar a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista.
- 325 - Garantia de abono da falta à mãe trabalhadora quando houver necessidade de acompanhar suas crianças aos serviços de saúde e ampliação da licença maternidade em caso de filhos com necessidades especiais.
- 326 - Garantia de pagamento do seguro-desemprego e do FGTS às trabalhadoras(es) domésticas(os).
- 327 - Aprovação do projeto de lei que define a aposentadoria da dona-de-casa a partir dos 60 anos.
- 328 - Implementação de políticas públicas que visem à ampliação do acesso da mulher ao mercado de trabalho; organização de parcerias com empresas para que possam absorver trabalhadoras, com inclusão das mulheres portadoras de necessidades especiais.
- 329 - Redução da jornada de trabalho (para homens e mulheres), sem redução do salário, visando à geração de mais empregos. Apoio ao projeto de lei do Senador Paulo Paim e do Deputado Federal Inácio Arruda, que prevê a redução imediata da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 e, progressivamente, para 36.
- 330 - Combate à discriminação por orientação sexual e por gênero no mercado de trabalho, bem como à discriminação racial, com adoção do sistema de cotas para mulheres negras.
- 331 - Adoção de medidas punitivas rigorosas para as empresas que adotam a exigência da "boa aparência", proibindo-se que ela figure em anúncios.
- 332 - Implementação, no Estado e nos municípios, de uma Política Estadual de Emprego.
- 333 - Divulgação ampla dos programas de qualificação existentes, assim como das formas de isenção e/ou utilização dos recursos a eles destinados, sobretudo no que diz respeito ao FAT, garantindo sua ampla fiscalização.
- 334 - Implementação de política pública que vise à geração de empregos para mulheres chefes de família.
- 335 - Criação de cursos de capacitação profissional de qualidade, nas áreas de produção, comercialização e gerenciamento, destinados às mulheres, sendo-lhes garantido espaço no mercado de trabalho.
- 336 - Implementação de políticas de primeiro emprego para mulheres, sem restrição de faixa etária e raça.
- 337 - Abertura de concurso público para preenchimento de cargos, em detrimento de terceirização.
- 338 - Fiscalização rigorosa dos concursos públicos para que não sejam revalidados além do tempo previsto em lei e para que não discriminem as mulheres em suas diversidades.
- 339 - Criação de frentes de trabalho específicas para mulheres em órgãos públicos.
- 340 - Combate ao trabalho infantil doméstico.
- 341 - Melhoria das condições de trabalho das(dos) profissionais de saúde e de educação e fiscalização de sua atuação no atendimento ao público.
- 342 - Regularização da profissão do sexo.
- 343 - Aposentadoria das profissionais do sexo.
- 344 - Implantação, no Estado e nos municípios, de Secretaria de Economia Solidária, objetivando garantir a aplicação de políticas públicas, para dar sustentação a grupos de geração de renda, cooperativas e demais empreendimentos de economia solidária, em consonância com a Secretaria Nacional de Economia Solidária e em parceria com os fóruns de economia solidária existentes.
- 345 - Inclusão, na dotação orçamentária dos municípios, estados e União, de previsão de verba para políticas públicas voltadas para o fortalecimento da economia solidária e demais programas voltados à criação de emprego e renda.
- 346 - Implantação, nos municípios e no Estado, da elaboração do orçamento com participação popular.
- 347 - Realização de amplas campanhas de divulgação dos princípios da economia solidária.
- 348 - Adoção de política pública que garanta espaços físicos para produção e comercialização dos grupos de geração de renda da economia solidária e fortalecimento do Mercado Justo.
- 349 - Criação de um fundo público para o fortalecimento dos grupos/empreendimentos de economia solidária.

- 350 - Criação de incubadoras de geração de renda e economia solidária para mulheres.
- 351 - Garantia de apoio aos grupos iniciantes de geração de renda da economia solidária, com a cessão de espaço físico para produção e comercialização, com apoio técnico (jurídico e contábil), acompanhamento, orientação e encaminhamento ao Crédito Solidário.
- 352 - Garantia de desburocratização com relação ao registro dos grupos de produção da economia solidária.
- 353 - Garantia de capacitação profissional e gerencial para o trabalho solidário: cursos de capacitação, autogestão, encaminhamento ao Crédito Solidário, através do Banco Popular, e apoio à comercialização.
- 354 - Garantia de que o Crédito Solidário seja também acompanhado e orientado por instituições de apoio à economia e que esse acompanhamento se faça na perspectiva de gênero.
- 355 - Extensão de parcerias entre a sociedade civil e o poder público para o fortalecimento dos grupos de produção solidária e demais instâncias da sociedade, a fim de promover os produtos que tenham a marca dos grupos constituídos por mulheres.
- 356 - Desenvolvimento de oficinas profissionalizantes, com vistas à formação de grupos de geração de renda, resgatando a cultura popular. Exemplo: peteca de palha de milho, bonequinha de pano, entre outras modalidades.
- 357 - Promoção de eventos, de atividades físicas e de lazer que propiciem o relacionamento social e humano para as mulheres, principalmente da terceira idade e de baixa renda.
- 358 - Inclusão, em todas as políticas implementadas na área da economia solidária, da perspectiva de gênero, das mulheres portadoras de deficiência, das jovens, das negras e das idosas.
- 359 - Implantação de feiras populares e de outros espaços de comercialização de produtos, com apoio do poder público e com isenção de taxas.
- 360 - Incentivo, dentro das comunidades, a estruturas de trabalho para as famílias (comércio, indústria, etc).
- 361 - Construção, nos bairros populares, de vilas e favelas, de espaços públicos que garantam qualificação, produção e geração de renda.
- 362 - Incentivo a programas de criação de padarias, lavanderias comunitárias, hortas comunitárias, e de programas de agricultura familiar urbana, garantindo o escoamento da produção nas diversas comunidades.
- 363 - Criação e manutenção dos Programas da Cozinha Comunitária (priorizando as(os) jovens que desenvolvem serviços comunitários).
- 364 - Garantia de creche nos grupos de geração de renda em que haja mulheres trabalhadoras.
- 365 - Realização em 2004 do I Encontro Municipal de Economia Popular Solidária, na perspectiva de gênero, apontando a realização de um Encontro Estadual de Economia Solidária.
- 366 - Incentivo aos movimentos argüidos por donas-de-casas, contando com apoio de órgãos como o Procon, e incentivo e esclarecimentos quanto à economia doméstica.
- 367 - Criação de programas, inclusive nas escolas, voltados para a educação de consumo ético e solidário.
- 368 - Instituição de aposentadoria para donas-de-casa aos 60 anos de idade, independentemente de contribuição.
- 369 - Criação de políticas sociais de distribuição efetiva da renda.
- 370 - Desenvolvimento de programas de qualificação para as diferentes faixas etárias.
- 371 - Desenvolvimento de políticas de geração de renda, a partir do desenvolvimento sustentável e dos recursos naturais do município.
- 372 - Inclusão das empregadas domésticas e diaristas na categoria de trabalho da CLT, e não na categoria especial.
- 373 - Implantação de linha de crédito específico para mulheres, de fácil acesso e, principalmente, desburocratização do Pronaf mulher.
- 374 - Apoio a organizações urbanas e rurais de mulheres, utilizando os recursos comunitários na geração de renda, extensivo a afrodescendentes.
- 375 - Cumprimento da Lei da Creche pública e gratuita, extensiva a todas as mulheres, independentemente do vínculo empregatício. Funcionamento das creches dos municípios em período integral (inclusive nas férias e feriados).
- 376 - Fiscalização do cumprimento da equiparação salarial entre homens e mulheres, direito já reconhecido pela legislação.
- 377 - Valorização da mulher profissional que está na faixa etária superior a 30 anos e que tem sua carreira encerrada pela própria sociedade, numa atitude de desrespeito.
- 378 - Criação de programas de socialização e reintegração de adolescentes infratoras, usuárias de drogas, pertencentes a grupo de risco ou vítimas de violência.

- 379 - Aplicação de penas mais severas para aliciamento de menores.
- 380 - Aumento de metas para o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento.
- 381 - Efetivação das municipalizações das microunidades de produção, para serem reativadas, dando sustentação à geração de emprego e renda para as mulheres.
- 382 - Divulgação mais ampla dos projetos de geração de renda existentes, objetivando a inserção das mulheres no desenvolvimento local.
- 383 - Criação de um espaço físico de lazer e terapia ocupacional para as mulheres de baixa renda, com cursos profissionalizantes e venda dos produtos, como também balcão de informações para serviços terceirizados.
- 384 - Desenvolvimento de políticas efetivas de combate à pobreza e ao analfabetismo.
- 385 - Igualdade nas relações de trabalho, com reformulação no sistema de previdência social, beneficiando o imenso contingente de mulheres que contribuem para o desenvolvimento social e econômico do país.
- 386 - Formulação de políticas públicas que estimulem a geração de renda e a redução da precariedade do trabalho informal.
- 387 - Fiscalização das relações de trabalho, com sanção para as instituições públicas e/ou privadas e empresas infratoras. Aquelas que não têm creches, não assinam carteira de trabalho (conforme a lei), exigem atestado de esterilidade, desrespeitam os direitos das trabalhadoras, não devem participar das concorrências públicas e devem pagar multas. O poder público deve divulgar anualmente a lista das empresas ou instituições infratoras.
- 388 - Implantação, nos municípios, de equipamentos sociais (lavanderias, restaurantes, áreas de lazer, hortas comunitárias) nos bairros populares, vilas, favelas e nos conjuntos habitacionais, para famílias de baixas rendas.
- 389 - Desenvolvimento de métodos para estimativa do valor econômico do trabalho não remunerado das mulheres em casa, que asseguram a reprodução cotidiana e a reposição geracional da força de trabalho, pela criação dos(as) filhos(as), futuros(as) trabalhadores(as).
- 390 - Programa de renda mínima para as mulheres urbanas e rurais, priorizando as chefes de família, mães solteiras e idosas sem recursos mínimos para prover a própria subsistência.
- 391 - Divulgação, fiscalização e revisão do ordenamento jurídico, de forma que assegure o direito das mulheres no mercado de trabalho.
- 392 - Criminalização da discriminação contra a mulher como responsabilidade do município nos casos das relações de trabalho e salário.
- 393 - Criação de projetos específicos de amparo à mulher desempregada.
- 394 - Divulgação da importância da mulher no mercado de trabalho.
- 395 - Criação de um órgão protetor da mulher, que denuncie abusos no meio profissional.
- 396 - Desenvolvimento de métodos para estimativa do trabalho não remunerado de reprodução social, trabalho doméstico e trabalho parental, realizado por muitas mulheres (esposas) e chefes de família, que asseguram a reprodução cotidiana e a reposição geracional da força de trabalho, pela criação dos(as) filhos(as), futuros(as) trabalhadores(as).
- 397 - Garantia de programa de renda mínima para as mulheres urbanas e rurais, priorizando-se as chefes de família, mães solteiras e idosas sem recursos mínimos para promover a própria subsistência.
- 398 - Adoção, pelo MEC, das Escolas Família Agrícola (EFAs) como modelo de educação no meio rural em todo o território nacional, de forma a contemplar as mulheres rurais nas políticas públicas e como instrumento para desenvolver a geração de emprego, renda e empreendedorismo no meio rural.
- 399 - Implementação de uma política pública de crescimento econômico, visando aumentar os postos de trabalho, priorizando-se as mulheres.
- 400 - Inclusão, no orçamento público municipal, estadual e federal, de recursos necessários para investir em ações concretas, que elevem as mulheres mineiras a um patamar de igualdade e ao início da construção de sua plena cidadania.
- 401 - Dinamização, no Estado de MG, do programa de Reforma Agrária, para assegurar a fixação das famílias no campo, gerando novos empregos e justiça social.
- 402 - Instituição, no Estado, da política de habitação de interesse social para famílias de baixa renda composta por fundo e conselho de moradia popular, abrindo novas frentes de trabalho com a produção e garantindo condições dignas de habitação.

#### GRUPO VII - MULHER E PODER: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

- 403 - Quanto à ampliação da participação política da mulher:
- 404 - Levantamento comparativo, pelo poder público, da participação de mulheres e de homens nas diferentes instâncias de governo, incluindo a hierarquia dos cargos existentes, levando em consideração todas/os as que ali trabalham, para um diagnóstico das discriminações existentes, disponibilizando essas informações de forma democrática para toda a sociedade.
- 405 - Garantia de uma cota mínima de 30% para mulheres, na ocupação de cargos de direção nas administrações municipais, estaduais e

federal, considerando cada órgão e cada secretaria.

406 - Incentivo ao ingresso das mulheres na vida política, através da participação em cursos de formação, desenvolvendo a temática Mulher e Poder, dirigidos para as mulheres de diversas comunidades do Estado, garantindo a participação de mulheres da comunidade e das que estão na direção das associações comunitárias, ONGs, colegiados e outras frentes.

407 - Criação de oportunidades de formação de mulheres em novas tecnologias da informação e comunicação, como instrumento de qualificação das pessoas e das comunidades, para o avanço de uma sociedade justa e equitativa.

408 - Ampliação de políticas afirmativas, com recorte em etnia, raça, idade e necessidades especiais, que agilizem os processos na justiça, como os referentes a crimes de racismo e a todas as formas de discriminação.

409 - Participação das mulheres no debate sobre a reforma política, visando sustentar e ampliar para 50% sua representação; pressão sobre os partidos políticos para o cumprimento da cota de 30% de mulheres nas listas eleitorais, nos níveis federal, estadual e municipal, a partir das eleições de 2004; garantia de destinação do fundo partidário para campanhas de mulheres, de forma igualitária, constando da prestação de contas dos partidos políticos.

410 - Promoção, pelos partidos políticos, de cursos de formação e capacitação política para candidatas e demais militantes, garantindo-lhes participação junto à mídia no tempo de propaganda partidária e eleitoral, divulgando as temáticas de participação política das mulheres, de igualdade, cidadania e democracia.

411 - Atuação junto aos candidatos a cargos políticos na definição clara de políticas públicas para as mulheres.

412 - Elaboração de políticas públicas específicas para as mulheres portadoras de necessidades especiais, no sentido de possibilitar seu acesso à vida pública.

413 - Adoção de medidas judiciais e legais para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder, incorporando perspectivas de gênero na legislação dos programas e projetos governamentais.

414 - Garantia de paridade de representação de homens e mulheres na instâncias decisórias dos três níveis do governo.

415 - Quanto aos programas, ações e estruturas institucionais:

416 - Aprimoramento dos marcos legais e institucionalização das políticas de gênero, através de um pacto entre os três níveis do Poder Executivo – municipal, estadual e federal –, possibilitando a criação ou consolidação de órgãos apropriados de gestão e, ao mesmo tempo, a implantação da transversalidade nas ações.

417 - Elaboração de um programa permanente de coleta de dados e diagnósticos sobre a situação da mulher, em nível municipal, estadual e federal, no que diz respeito às políticas públicas implementadas, e sua atualização periódica por parte do poder público, conselhos ou através de parcerias com outras entidades.

418 - Fortalecimento dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres (secretarias, coordenadorias), para a implantação das políticas públicas para as mulheres e de um plano de igualdade e inclusão emergencial, a médio e a longo prazos, e que promova a transversalidade das ações de governo com recorte de gênero, ou a criação de órgãos com autonomia administrativa e financeira que coordene e execute, em parceria com as demais instâncias governamentais e não governamentais, tais políticas, devendo contar com pessoas qualificadas, envolvidas com a temática, podendo ser indicadas pelos conselhos de direitos da mulher.

419 - Inclusão, no planejamento feito pelos governos, de projetos que contribuam para a igualdade entre mulheres e homens, garantindo a sua continuidade mesmo quando houver alternância de poder. Que nos equipamentos públicos existam ações educativas, nas salas de espera e demais dependências das escolas, que contemplem especificamente as questões das mulheres, como cartazes, pôsteres, vídeos, entre outros, a fim de promover mudança de comportamento e cultural das pessoas. Inclusão, no planejamento, de programas de capacitação de lideranças comunitárias nas questões de gênero.

420 - Inclusão de programas nos órgãos e espaços de mídia dos governos, buscando alternativas de promover um diálogo constante com a mídia privada, a fim de que a mulher seja respeitada em todas as esferas da vida e seus direitos possam ser veiculados para o público.

421 - Incentivo à criação de Conselhos da Mulher e fortalecimento dos já existentes, aperfeiçoando sua estrutura e garantindo a execução de suas propostas, em articulação com órgãos, secretarias, comunidades e movimentos populares, aos quais estão integrados.

422 - Garantia de paridade entre governo e sociedade civil na composição dos Conselhos Municipais e Estadual da Mulher.

423 - Ampliação, em nível nacional, da discussão na mídia em relação à política para os direitos das mulheres, partindo da Constituição de 1988 e demais leis existentes, para que sejam realmente cumpridas.

424 - Maior integração entre os conselhos de mulheres e os equipamentos públicos que atendam na ponta dos serviços. Otimização dos núcleos regionais de atendimento à mulher em todas as idades.

425 - Realização de encontros regionais que busquem maior integração e discussão de temas alusivos aos grupos.

426 - Promoção de cursos de capacitação para servidores públicos da área da saúde, da educação e da segurança que atendem mulheres que estejam passando por situação de violência, para o acompanhamento humanitário. Desenvolvimento de programas destinados a preparar as(os) funcionárias(os) para prestarem melhor atendimento ao público.

427 - Criação de políticas públicas de valorização da(o) servidora(or) de carreira, focalizando a questão de gênero e a questão étnico-racial, visando à auto-estima das(os) funcionárias(os). Desenvolvimento de programas com os (as) funcionários(as) públicos(as) para que os(as) mesmos(as) tenham mais preparo e empenho nos atendimentos às mulheres em situações de risco por discriminação de gênero e raça.

428 - Criação de políticas públicas para as mulheres e de parcerias nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, geração de renda e esportes, com o recorte de gênero. Estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para viabilizar programas.

429 - Incentivo para que as várias religiões discutam o tema e reconheçam a mulher como sujeito de direitos, revendo o papel subalterno que tem em algumas delas. Discussão com a Igreja Católica sobre o tema mulher, com vistas à Campanha da Fraternidade.

430 - Estímulo a maior participação dos representantes das Câmaras Municipais e da Assembléia Legislativa nos eventos, seminários e palestras sobre a questão da mulher.

431 - Implementação, nos programas dirigidos à juventude, de um recorte de gênero e valorização de sua voz na política.

432 - Estabelecimento de política especial para aproveitamento do potencial de trabalho das mulheres da terceira idade, buscando incluí-las nos cursos específicos de treinamento.

433 - Criação de fóruns permanentes de discussão, informação e participação das mulheres detentoras de cargos públicos, com ênfase nos desafios da mulher no poder, com direitos e deveres, numa perspectiva de gênero, no interior da máquina pública. Garantia, no calendário dos municípios, em especial na programação das escolas, de uma semana de conscientização relativa à mulher.

434 - Fiscalização e controle pelos Conselhos da Mulher dos programas sociais, fazendo cumprir os critérios existentes para beneficiar quem de fato necessite.

435 - Divulgação das leis que garantem os direitos das mulheres e os mecanismos de acesso à justiça, com o objetivo de promoção da cidadania feminina.

436 - Pressão junto ao Legislativo para agilizar a tramitação dos projetos relativos à mulher e divulgar as conquistas legislativas existentes.

437 - Quanto à ampliação da participação social da mulher:

438 - Orientação dos programas e cursos de capacitação voltados para a mulher no sentido de estimular sua participação nos cargos de direção de entidades associativas, sindicatos e de representação da sociedade, incluindo a discussão de cotas.

439 - Estímulo estrutural e moral às mulheres para integrarem as diferentes instâncias de participação, sobretudo os conselhos populares junto aos governos, como forma de controle das ações do Estado.

440 - Fortalecimento do movimento popular, através do reconhecimento das associações de moradores(as), movimentos de mulheres e movimento das mulheres jovens, grupos voltados para a questão de gênero, clubes de mães, terceira idade e de donas-de-casa.

441 - Levantamento de todos os grupos de mulheres e movimentos organizados, a fim de serem chamados a acompanhar as políticas públicas que estão sendo implantadas.

442 - Incentivo às práticas de resgate da auto-estima da mulher, como encontros, palestras, grupos de auto-ajuda e terapias.

443 - Estabelecimento de parcerias, pelos governos, com universidades, igrejas, clubes, ONGs e outros, a fim de oferecer atividades de lazer, cultura e esportes nas comunidades, ampliando os locais de entretenimento.

444 - Criação de fóruns que estabeleçam a intersetorialidade entre educação, cultura, saúde, esporte e assistência social, a fim de contribuir para a formulação de políticas de atenção à mulher.

445 - Criação imediata de uma comissão municipal intersetorial, visando, dentre outras ações, à criação do Conselho Municipal da Mulher. Interligação das políticas públicas em nível federal, incluindo os respectivos conselhos nas esferas de governo, garantindo a participação das mulheres

446 - Criação de mecanismos que possibilitem a participação de mulheres e homens nos diversos eventos em condições de igualdade. Promoção da consciência quanto à importância da divisão das tarefas domésticas como instrumento de incentivo à participação social das mulheres.

447 - Desenvolvimento de campanhas de valorização do voto da mulher como cidadã e de incentivo à participação política.

448 - Criação de Centro de Referência da Mulher (com palestras, treinamentos, cursos profissionalizantes, orientações de como se defender de abusos, distribuição de cartilha, camisinhas, etc), visando à capacitação profissional, acompanhamento e apoio à mulher, com espaço jurídico, psicológico, formação e educação em política pública, resgatando o direito à cidadania.

449 - Realização da II Conferência Estadual no prazo de dois anos, para avaliação das propostas aprovadas na I Conferência e da estrutura da política de gênero desenvolvida no Estado em todas as áreas.

## MOÇÕES

## GRUPO II

Pela instalação de DEAMs

1 - Defendemos a instalação de Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), com estrutura física e humana, com delegado do sexo feminino e profissionais capacitados, com afinidade e sensibilidade para a causa da mulher, em todos os municípios, especialmente em Governador Valadares, onde existe programa de apoio à mulher, casa-abrigo, mas não existe DEAM.

Em defesa das lésbicas

2 - Além de todas as violências sofridas pelas mulheres, as lésbicas sofrem a discriminação, o preconceito e a violência de origem homofóbica. O Movimento de Lésbicas Feministas quer o reconhecimento de suas questões específicas. Que haja o recorte de orientação sexual em todas as propostas de combate à violência contra a mulher.

#### GRUPO IV

3 - Os participantes do Grupo IV solicitam veementemente uma pronta ação das autoridades no sentido de que seja concedida assistência médica e odontológica adequada para a trabalhadora e artesã Wagner, moradora da região rural de Santa Luzia, que há 24 anos produz objetos de barro e adquiriu doença originária de bactérias existentes na argila por ela manipulada. A artesã, cujo filho exerce o mesmo ofício e também já manifesta sinais característicos da presença da bactéria no estômago, tem dores no corpo e sofreu perda dos dentes superiores. É pessoa humilde, está em tratamento odontológico sem ser assistida pela Previdência. Necessita, com urgência, a exemplo de seu filho, de tratamento apropriado, somente possível com a intervenção do poder público.

#### GRUPO VII

4 - O Conselho Municipal da Mulher de Contagem vem cumprimentar, em forma de "Moção de Honra," as mulheres presentes nesta conferência, que será com certeza histórica, como também o Conselho Estadual da Mulher e a ALMG, que organizaram o evento. Esperamos que o nosso documento vá realmente ser desenvolvido como políticas públicas nos nossos municípios.

5 - Apoiamos e nos solidarizamos com todas as deputadas e participantes desta conferência que, seguindo o princípio da luta de participação igualitária nas esferas de poder, se disponibilizarão como candidatas a prefeitas e vereadoras nesta próxima eleição. Saudamos a todas pela ousadia, coragem e sensibilidade na busca de uma política mais participativa e mais humana.

6 - Moção de congratulação à deputada Jô Moraes, pela sensibilidade de perceber o erro cometido quanto à falta de uma pessoa negra na mesa e a promessa de corrigir o erro antes do término deste evento.

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados, das autoridades e dos participantes.

#### ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 19/6/2004

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados João Bittar, Paulo Cesar e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Bittar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.918 e 2.928/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2004.

João Bittar, Presidente - Olinto Godinho - Ricardo Duarte.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Café, em 3/6/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Adalclever Lopes, Fábio Avelar, Irani Barbosa e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os deputados Domingos Sávio, Laudelino Augusto e Paulo Piau. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência faz a leitura de ofício encaminhado pelo Vereador Genir Carneiro da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, e informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Márcio Lobato, da Delegacia Especializada em Roubo de Carga em Belo Horizonte; Víctor Correa de Oliveira, Promotor da Comarca de Guapé; João Bosco da Silva Penha, da Delegacia de Guapé; Bráulio Stivanin Júnior, da Delegacia de Poços de Caldas; Renato Maia, Promotor da Comarca de Poços de Caldas; Edgar Alves Santos, Promotor da Comarca de Espera Feliz; Waullio Mattos Oliveira, Delegado de Espera Feliz; Paulo Henrique Delicole, Promotor da Comarca de Muzambinho; João Simões de Almeida Júnior, Delegado de Muzambinho; Hamilton Vieira, Promotor da Comarca de Varginha; Celso Ávila Prado, Delegado Seccional de Machado; Flávio Tadeu Destro, Delegado de Poço Fundo; Osvaldo Wiermann Júnior, Delegado de Lavras; e Reinaldo Roda, Delegado da Polícia Federal em Santos. A Presidência esclarece que os Srs. Víctor Correa de Oliveira, Renato Maia, Edgar Alves Santos, Paulo Henrique Delicole, Hamilton Vieira e Reinaldo Roda não puderam comparecer e justificaram sua ausência. O Presidente passa a palavra convidados, que fazem suas considerações iniciais. Em seguida, os Deputados presentes questionam os convidados. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados: Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Guapé, a fim de se apurarem as denúncias de desvio de mais de 30 mil sacas de café dos armazéns da Cooperativa dos Cafeicultores de Guapé, com convidados que menciona; Rogério Correia (4), em que solicita sejam agendadas visitas desta Comissão ao Sr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado, ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais; ao Procurador-Geral do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça; seja enviado ofício ao Banco Central do Brasil solicitando a agilização da entrega de cópia do Relatório de Auditoria de Fraudes e Ocorrências Especiais da CAFECREDI ao MM. Juiz da Comarca de Poços de Caldas, além do envio de cópia a esta CPI; seja ouvido nesta Comissão o Sr. Jaime Junqueira Payne, ex-administrador da Cooperativa Regional de Cafeicultores de Poços de Caldas; sejam convidados a participar de reunião desta comissão os Srs. Gilmar Dias Machado e Célio Jacinto, Delegados da Polícia Federal em Varginha, que investigam o possível desvio de verbas do sistema financeiro destinadas a investimentos no setor cafeeiro do Estado, além do Sr. Maurício Mesquita Carvalho, representante da Receita Federal em Varginha, e um representante da Receita Estadual; Irani Barbosa (3), em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Defesa Social a indicação de um delegado de polícia encarregado de liderar a investigação do desaparecimento do café no Estado de Minas Gerais, a fim de subsidiar os trabalhos de investigação desta CPI; seja solicitado ao Ministério Público Estadual o encaminhamento a esta CPI de cópias de todas as denúncias recebidas por esse órgão envolvendo o desaparecimento de café no Estado e as providências tomadas, a fim de subsidiar os trabalhos de investigação desta comissão; sejam solicitados ao Secretário de Defesa Social, a quem está integrada a Polícia Civil, para fins operacionais, todos os inquéritos policiais relativos ao desaparecimento de café no Estado e Adalclever Lopes (7), em que solicita sejam fornecidos, pelas delegacias de polícia de Guapé, Poços de Caldas, Espera Feliz, Muzambinho, Varginha, Poço Fundo, São Sebastião do Paraíso, Carmo do Rio Claro e Lavras, todos os boletins de ocorrência policial, relativos a furto, desvio, desaparecimento de café, no âmbito de sua jurisdições, nos últimos 5 anos; em que pleiteia sejam solicitadas ao Delegado de Polícia Civil de Espera Feliz cópias de todos os procedimentos policiais relativos ao desvio de café na região por ela jurisdicionada e, especialmente, dos inquéritos que tiveram como conclusão o indiciamento do Diretores da COAVAP; em que pleiteia sejam solicitadas ao Juiz da Comarca de Espera Feliz cópias dos processos

que menciona e dos inquiridos que os instruem; em que solicita seja realizada reunião da Comissão no Município de São Sebastião do Paraíso, para que sejam ouvidos os Diretores da COOPARAÍSO e os produtores locais; em que solicita seja fornecido pelas Cooperativas de Produtores de Café de Guapé, Poços de Caldas, Espera Feliz, Muzambinho, Varginha, Poço Fundo, São Sebastião do Paraíso, Carmo do Rio Claro e Lavras a relação de compradores e vendedores de café, relacionados por nome, data da operação, volume e valor das transações nos últimos 5 anos; em que solicita seja realizada reunião da Comissão no município de Espera Feliz; e em que pleiteia sejam solicitadas ao Departamento de Polícia Federal informações acerca dos registros a saída e o posterior ingresso ao território nacional do Sr. Luiz Gonzaga do Carmo Brinati. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos convidados, a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2004.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Sargento Rodrigues - Fábio Avelar - Rogério Correia - Domingos Sávio - Dalmo Ribeiro Silva - Adalclever Lopes.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 15/6/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Alberto Bejani e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.551/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre o sistema de bônus e de pontuação por merecimento, destinado aos policiais civis e militares que apreenderem armas. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o referido assunto. Registra-se a presença dos Srs. Sarg. PM José Luiz Barbosa, Presidente da Associação dos Praças e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Maj. PM Zoé Ferreira Santos, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Valério Schettino Valente, Diretor de Mobilização, representando o Sr. Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato da Polícia Civil de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia - Alberto Bejani.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 17/6/2004

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Ação Legislativa nº 227/2004 e informa que avocou a si a relatoria da matéria. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 224/2004 (relator: Deputado Leonardo Quintão), que recebeu parecer pela aprovação na forma do projeto de lei apresentado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2004.

André Quintão, Presidente.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia 47ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 23/6/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que modifica o art. 124 da Constituição Estadual, que dispõe sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opinou pela aprovação da Proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a Proposta à Comissão Especial que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, de sua autoria, com a Emenda nº 2, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.353/2004, do Governador do Estado, que transforma cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Governo a que se referem o artigo 2º e o Anexo X do Decreto nº 43.187, de 10/2/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 419/2003, do Deputado Olinto Godinho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ferros o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 766/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 929/2003, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.139/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sra. Maria Inêz Castro Moreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.335/2003, do Governador do Estado, que institui e estrutura as carreiras do Quadro de Pessoal do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 5, da Comissão de Justiça; 6 a 9, que apresenta, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 4, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.347/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.348/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Augusto de Lima o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.351/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Município de Pouso Alegre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.354/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, que cria o Fundo Penitenciário Estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que dispõe sobre a utilização de resíduos do beneficiamento do café nas atividades de torrefação e moagem de café. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.399/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Doloresópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.400/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Descoberto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.455/2004, do Deputado Gilberto Abramo, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.903, de 23/6/98, que define medidas para combater o tabagismo no Estado e similares nos locais que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.538/2004, do Governador do Estado, que altera a denominação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMG - de que trata a Lei nº 6.003, de 12/10/72. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.101/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter a Ana Ferreira Rodrigues, viúva de Hormindo Rodrigues Pereira, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 23/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.005/2003, do Tribunal de Contas.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 292/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 997/2003, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, com os convidados mencionados na pauta, o aumento das mensalidades do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais - FCMMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 23/6/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.436/2004, dos Deputados Adalclever Lopes e Leonardo Quintão; 1.479/2004, do Governador do Estado; 1.172/2003, do Deputado Fahim Sawan; 1.337 e 1.344/2003, do Governador do Estado; 1.379/2004, do Deputado Adalclever Lopes; 1.481/2004, do Governador do Estado; 1552/2004, do Deputado Gilberto Abramo; 1.604/2004, do Deputado João Bittar; 1.622/2004, do Deputado Chico Simões; 1.633/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.645/2004, do Deputado Leonardo Quintão; 1.649/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.652/2004, do Deputado Rêmolo Aloise; 1.656/2004, do Governador do Estado; 1.657/2004, dos Deputados Miguel Martini e Domingos Sávio; 1.690/2004, do Governador do Estado; 1.697/2004, da Deputada Marília Campos; 1.699/2004, do Deputado Roberto Ramos; 1.753/2004, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 49/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 547, 694 e 1.205/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.554/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 1.555/2004, do Deputado Zé Maia; 1.636/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.664/2004, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.682/2004, da Deputada Maria Olívia; 1.688/2004, do Deputado Padre João; 1.691/2004, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.692/2004, do Deputado Domingos Sávio; 1.698/2004, do Deputado Mauro Lobo; 1.707/2004, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/6/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Propostas de Ação Legislativa nºs 214/2003, 221, 222, 223, 225 e 226/2004, de autoria popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial da Fruticultura a realizar-se às 14h30min do dia 29/6/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Financiamento, Tributação e Incentivos para a Cadeia de Produção, a requerimento dos Deputados Laudelino Augusto, Carlos Pimenta e Ana Maria.

Discussão e votação de proposições da comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/6/2004

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.602/2004, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimento nº 3.003/2004, dos Deputados Chico Simões e Wanderley Ávila.

Finalidade: debater a situação das Universidades Federais de Minas Gerais com relação ao déficit orçamentário e às dívidas dessas instituições e o comprometimento da qualidade do ensino superior, a requerimento do Deputado Dalmo Riberio Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 23/6/2004, destinada, I, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que modifica o art. 124 da Constituição Estadual, que dispõe sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dos Projetos de Lei nºs 419/2003, do Deputado Olinto Godinho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ferros o imóvel que menciona; 425/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica; 523/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Novo o imóvel que especifica; 766/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica; 929/2003, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 1.101/2003, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter a Ana Ferreira Rodrigues, viúva de Hormindo Rodrigues Pereira, o imóvel que especifica; 1.139/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Senhora Maria Inês Castro Moreira o imóvel que especifica; 1.335/2003, do Governador do Estado, que institui e estrutura as carreiras do Quadro de Pessoal do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária; 1.347/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica; 1.348/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Augusto de Lima o imóvel que especifica; 1.351/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Município de Pouso Alegre; 1.353/2004, do Governador do Estado, que transforma cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Governo a que se referem o artigo 2º e o Anexo X do Decreto nº 43.187, de 10/2/2003; 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que dispõe sobre a utilização de resíduos do beneficiamento do café nas atividades de torrefação e moagem de café; 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica; 1.399/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Doresópolis o imóvel que especifica; 1.400/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Descoberto o imóvel que especifica; 1.401/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica; 1.455/2004, do Deputado Gilberto Abramo, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 12.903, de 23/6/98, que define medidas para combater o tabagismo no Estado e similares nos locais que menciona; e 1.538/2004, do Governador do Estado, que altera a denominação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE - de que trata a Lei nº 6.003, de 12/10/72; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de junho de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 23 de junho de 2004, em comemoração aos 96 anos da imigração japonesa no Brasil.

Palácio da Inconfidência, 22 de junho de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - §1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Antônio Carlos Andrada, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Domingos Sávio e Paulo Piau, da Comissão de Administração Pública; João Bittar e Paulo Cesar, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Bonifácio Mourão e Gilberto Abramo, da Comissão de Constituição e Justiça; as Deputadas Lúcia Pacífico e Vanessa Lucas, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; os Deputados Durval Ângelo e Roberto Ramos, da Comissão de Direitos Humanos; o Deputado Adalclever Lopes e a Deputada Ana Maria Resende, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; a Deputada Maria José Hauelsen e o Deputado Doutor Ronaldo, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; os Deputados André Quintão e Gustavo Valadares, da Comissão de Participação Popular; Gil Pereira e Padre João, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Ricardo Duarte e Fahim Sawan, da Comissão de Saúde; Sargento Rodrigues e Zé Maia, da Comissão de Segurança Pública; o Deputado Alberto Bejani e a Deputada Marília Campos, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os Deputados Célio Moreira e Djalma Diniz, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; a Deputada Maria Olívia e o Deputado Elmiro Nascimento, da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 23/6/2004, às 10h30min, e 24/6/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.640/2004, do Governador do Estado, e se discutirem e votarem proposições das Comissões.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; André Quintão, Gustavo Valadares, João Bittar e Leonardo Quintão, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 25/6/2004, às 9 horas, no Cine Januária, com a finalidade de debater, em audiência pública, a questão ambiental da Bacia do Rio Pandeiros.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2004.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.335/2003

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

### Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 142/2003, o projeto de lei em tela institui e estrutura as carreiras do Quadro de Pessoal do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 31/12/2003, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, apresentando as Emendas nºs 1 a 5. Em seguida, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 5, da Comissão de Constituição e Justiça, 6 a 9 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da mesma comissão.

Cabe agora a esta Comissão emitir o seu parecer.

### Fundamentação

Atendendo ao disposto no art. 5º da Emenda à Constituição do Estado nº 57, de 2003, envia o Governador do Estado o projeto de lei em tela, que trata do Plano de Carreira do Pessoal do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária, que compreende o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, a Fundação Rural Mineira - RURALMINAS - e o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER - MG.

O projeto propõe a redução do número de carreiras existentes no Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária, reunindo servidores com formações profissionais diversas. Assim, as 38 modalidades de classes de cargos serão transformadas em apenas 8, cada uma das quais estruturada em uma carreira específica, criando a possibilidade de haver servidores com formações e níveis de escolaridade diferentes em uma mesma carreira, conforme a exposição de motivos encaminhada pelo Governador do Estado.

Segundo o Governador do Estado, na Mensagem nº 142/2003, que encaminha o projeto, a proposição tem como escopo o incentivo ao aperfeiçoamento contínuo do servidor, por meio da valorização da qualificação profissional e do desempenho eficiente, para fins de desenvolvimento na carreira. A formulação de planos de carreiras em conformidade com o modelo proposto permitirá a evolução do vencimento básico, do grau de responsabilidade e da complexidade de atribuições, de acordo com o posicionamento do servidor em sua carreira, vinculando-se o desenvolvimento na carreira ao mérito funcional e à formação do servidor. Assim, a proposta visa a dotar o IMA, a RURALMINAS e o ITER de maior eficiência e agilidade no planejamento, na execução, no controle e na fiscalização de suas atividades.

Vale ressaltar que o projeto possibilita que os servidores ativos e inativos façam a opção por permanecer na carreira em que já se encontram ou por mudar para a nova carreira. Essa possibilidade cria uma situação que deixa para o servidor a escolha do regime jurídico ao qual irá se submeter. Assim sendo, servidores com idênticas atribuições poderão figurar em carreiras diversas e poderão ter, no futuro, remuneração diferenciada.

Visando aperfeiçoar a proposição, as comissões que nos antecederam apresentaram emendas que aprimoram alguns dispositivos do projeto. Posteriormente, por meio da mensagem nº 226/2004, publicada no "Diário do Legislativo" de 4/6/2004, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa novas sugestões de emendas modificando o projeto original. Parte dessas emendas coincide com as alterações propostas pelas comissões anteriores, e outras emendas este relator decidiu acatar, por entender que aperfeiçoam o projeto, razão pela qual optamos por apresentar, ao final de nosso parecer, o Substitutivo nº 1.

O substitutivo incorpora parte das emendas apresentadas pelas comissões anteriores, com exceção das Emendas nºs 2, 3, 4 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, o projeto não apresenta impacto para os cofres públicos. Sobre a observância do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige seja a criação de cargos públicos acompanhada da estimativa do impacto financeiro-orçamentário da proposta e da demonstração da origem dos recursos, foi encaminhado a esta Casa Legislativa demonstrativo segundo o qual a pretendida criação ou transformação de cargos não implicará aumento da despesa pública com pessoal, uma vez que diversos outros serão extintos.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.335/2003, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Esclarecemos que, com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1, 5, 6, 8 e 9.

substitutivo nº 1

Institui e estrutura as carreiras do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

### Capítulo I

#### Disposições Gerais

Art. 1º – Ficam instituídas, na forma desta lei, as seguintes carreiras, pertencentes ao Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária do Poder

Executivo:

I – Fiscal Agropecuário;

II – Fiscal Assistente Agropecuário;

III – Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária;

IV – Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária;

V – Auxiliar Operacional;

VI – Analista de Desenvolvimento Rural;

VII – Técnico de Desenvolvimento Rural;

VIII – Auxiliar de Desenvolvimento Rural.

Parágrafo único – A estrutura das carreiras instituídas por esta lei e o número de cargos de cada uma delas são os constantes no Anexo I.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei considera-se:

I – grupo de atividades o conjunto de carreiras agrupadas segundo sua área de atuação;

II – carreira o conjunto de cargos de provimento efetivo agrupados segundo sua natureza e complexidade e estruturados em níveis e graus, escalonados em função do grau de responsabilidade e das atribuições da carreira;

III – cargo de provimento efetivo a unidade de ocupação funcional do quadro de pessoal privativa de servidor público efetivo, com criação, remuneração, quantitativo, atribuições e responsabilidades definidos em lei e direitos e deveres de natureza estatutária estabelecidos em lei complementar;

IV – quadro de pessoal o conjunto de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão de órgão ou de entidade;

V – nível a posição do servidor no escalonamento vertical dentro da mesma carreira, contendo cargos escalonados em graus, com os mesmos requisitos de capacitação e mesma natureza, complexidade, atribuições e responsabilidades;

VI – grau a posição do servidor no escalonamento horizontal no mesmo nível de determinada carreira.

Art. 3º – Os cargos das carreiras de que trata esta lei são lotados nos quadros de pessoal das seguintes entidades da administração indireta do Poder Executivo:

I – no Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, os cargos das carreiras de Fiscal Agropecuário, Fiscal Assistente Agropecuário, Especialista de Gestão de Defesa Agropecuária, Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária e Auxiliar Operacional;

II – na Fundação Rural Mineira – RURALMINAS – e no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER-MG –, os cargos das carreiras de Analista de Desenvolvimento Rural, Técnico de Desenvolvimento Rural e Auxiliar de Desenvolvimento Rural.

Art. 4º – As atribuições gerais das carreiras instituídas por esta lei são as constantes no Anexo IV.

§ 1º – As atribuições específicas das carreiras de que trata esta lei são as definidas em regulamento.

§ 2º – As atribuições dos cargos que compõem a carreira de Fiscal Agropecuário e Fiscal Assistente Agropecuário possuem natureza de atividade exclusiva de Estado.

Art. 5º – A lotação dos cargos de provimento efetivo das carreiras de que trata esta lei será definida em decreto e fica condicionada à anuência das entidades envolvidas e à aprovação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG –, observado o interesse da administração.

§ 1º – No caso de extinção ou criação de órgão ou entidade, a lotação será estabelecida em decreto e fica condicionada à aprovação da SEPLAG.

§ 2º – A mudança de lotação de cargos e de servidores somente será possível entre as entidades que possuírem cargos de provimento efetivo integrantes da mesma carreira.

Art. 6º – Poderá haver transferência de servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras constantes nos incisos VI a VIII do art. 1º entre a RURALMINAS e o ITER, condicionada à existência de vaga na mesma carreira e na entidade para a qual o servidor será transferido, nos termos do regulamento.

Art. 7º – Poderá haver cessão de servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras de que trata esta lei para órgão ou entidade não relacionado no art. 3º para exercício de cargo de provimento em comissão ou função gratificada.

Art. 8º – Os ocupantes de cargo de provimento efetivo integrante das carreiras do IMA cumprirão jornada de quarenta horas semanais.

Art. 9º – Os servidores que, após a publicação desta lei, ingressarem, por meio de concurso público, na RURALMINAS e no ITER-MG terão jornada de trabalho semanal de trinta ou quarenta horas, conforme definido no respectivo edital.

Parágrafo único – O vencimento básico dos cargos das carreiras de que trata o "caput" deste artigo, fixado em tabelas distintas, será proporcional à jornada de trabalho do servidor.

## Capítulo II

### Das Carreiras

#### Seção I

##### Do Ingresso

Art. 10 – O ingresso em cargo de carreira instituída por esta lei dependerá de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos e dar-se-á no primeiro grau do nível inicial da carreira.

§ 1º – O ingresso nas carreiras de que trata esta lei dependerá de comprovação mínima de habilitação em nível:

I – superior, conforme definido no edital do concurso, para as carreiras de Fiscal Agropecuário, Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária e Analista de Desenvolvimento Rural;

II – intermediário, conforme definido no edital do concurso, para as carreiras de Fiscal Assistente Agropecuário, Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária e Técnico de Desenvolvimento Rural.

§ 2º – Para fins do disposto nesta lei, considera-se:

I – nível superior a formação em educação superior que compreenda curso ou programa de graduação, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e conforme definido no edital do concurso;

II – nível intermediário a formação em ensino médio ou em curso de educação profissional de ensino médio, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e conforme definido no edital do concurso.

Art. 11 – O concurso público será de caráter eliminatório e classificatório e deverá conter as seguintes etapas sucessivas, tendo em vista as especificidades e peculiaridades das atividades:

I – para as carreiras de Fiscal Agropecuário, Fiscal Assistente Agropecuário, Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária e Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária:

a) provas ou provas e títulos;

b) curso de formação técnico-profissional, se necessário, nos termos do regulamento;

II – para as carreiras de Analista de Desenvolvimento Rural e Técnico de Desenvolvimento Rural:

a) provas ou provas e títulos;

b) prova de aptidão psicológica e psicotécnica, se necessário;

c) prova de condicionamento físico por testes específicos, se necessário;

d) curso de formação técnico-profissional, se necessário, nos termos do regulamento.

Parágrafo único – As instruções reguladoras dos processos seletivos serão publicadas em edital que conterá, tendo em vista as especificidades e peculiaridades das atividades do cargo, no mínimo:

I – o número de vagas existentes;

II – as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;

III – o desempenho mínimo exigido para aprovação nas provas;

IV – os critérios de avaliação dos títulos, se for o caso;

V – o caráter eliminatório ou classificatório de cada etapa do concurso;

VI – os requisitos para a inscrição com exigência mínima de comprovação:

a) de estar o candidato no gozo dos direitos políticos;

b) de quitação com as obrigações militares;

VII – a escolaridade mínima exigida para o ingresso na carreira.

Art. 12 – Concluído o concurso público e homologados os resultados, a nomeação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem de classificação e ao prazo de validade do concurso.

§ 1º – O prazo de validade do concurso será contado a partir da data de sua homologação, respeitados os limites constitucionais.

§ 2º – Para a posse em cargo de provimento efetivo, o candidato deverá comprovar:

I – cumprimento dos requisitos constantes nos incisos VI e VII do parágrafo único do art. 11;

II – idoneidade e conduta ilibada, nos termos de regulamento, se necessário;

III – aptidão física e mental para o cargo, por meio de avaliação médica, nos termos da legislação vigente.

Art. 13 – O servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais que, em razão de concurso público posterior à publicação desta lei, ingressar em cargo de carreira do Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária, com jornada equivalente à do cargo de origem, cuja remuneração, incluídos adicionais, gratificações e vantagens pessoais, for superior à remuneração do cargo de carreira instituída por esta lei, poderá perceber a diferença a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à revisão geral da remuneração dos servidores estaduais.

Parágrafo único – Para o cálculo da diferença prevista no "caput" deste artigo, não serão computados os adicionais a que se refere o art. 118 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

## Seção II

### Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 14 – O desenvolvimento do servidor público nas carreiras de que trata esta lei dar-se-á mediante progressão ou promoção.

Art. 15 – Progressão é a passagem do servidor efetivo do grau em que se encontra para o grau subsequente no mesmo nível do cargo da carreira a que pertence, condicionada à permanência do servidor no grau inferior pelo prazo mínimo de dois anos de efetivo exercício, bem como a duas avaliações periódicas de desempenho individual satisfatórias.

Art. 16 – Promoção é a passagem do servidor público efetivo de um nível para o imediatamente superior, na mesma carreira a que pertence.

Parágrafo único – O posicionamento do servidor no nível para o qual foi promovido dar-se-á no primeiro grau cujo vencimento básico seja superior ao percebido pelo servidor no momento da promoção.

Art. 17 – Após a conclusão do estágio probatório, o servidor considerado apto será posicionado no segundo grau do nível de ingresso na carreira.

Parágrafo único – A contagem do prazo para fins da primeira promoção e da segunda progressão terá início após a conclusão do estágio probatório, desde que o servidor tenha sido aprovado.

Art. 18 – A promoção fica condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

I – participação e aprovação do servidor em atividades de formação e aperfeiçoamento, se houver disponibilidade orçamentária e financeira para implementação de tais atividades;

II – cinco avaliações periódicas de desempenho individual satisfatórias, nos termos da legislação vigente;

III – permanência do servidor no nível inferior pelo prazo mínimo de cinco anos de efetivo exercício;

IV – comprovação da escolaridade mínima exigida para o nível ao qual pretende ser promovido, se houver.

Art. 19 – O curso de formação técnico-profissional a que se refere o art. 11 e as atividades de formação e aperfeiçoamento a que se refere o art. 18 serão desenvolvidos em parceria com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Art. 20 – Poderá haver progressão ou promoção por escolaridade adicional, nos termos de decreto, aplicando-se fator de redução ou supressão do interstício necessário e do quantitativo de avaliações periódicas de desempenho satisfatórias para fins de progressão ou promoção na hipótese de formação diversa ou superior àquela exigida para o nível em que o servidor estiver posicionado na carreira, relacionada com a natureza e complexidade da respectiva carreira.

Parágrafo único – Os títulos apresentados para aplicação do disposto neste artigo poderão ser utilizados uma única vez, sendo vedado seu aproveitamento para fins de concessão de qualquer vantagem pecuniária, salvo para fins de concessão do Adicional de Desempenho – ADE.

Art. 21 – Perderá o direito à progressão e à promoção o servidor que, no período aquisitivo:

I – sofrer punição disciplinar em que tenha sido:

a) suspenso;

b) exonerado ou destituído de cargo de provimento em comissão ou função gratificada que estiver exercendo;

II – afastar-se das funções específicas de seu cargo, excetuados os casos previstos como de efetivo exercício nas normas estatutárias vigentes e em legislação específica.

Parágrafo único – Na hipótese prevista no inciso II do "caput" deste artigo, o afastamento ensejará a suspensão do período aquisitivo para fins de promoção e progressão, contando-se, para tais fins, o período anterior ao afastamento, desde que tenha sido concluída a respectiva avaliação periódica de desempenho individual.

### Capítulo III

#### Disposições Transitórias

Art. 22 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Fiscal Agropecuário do IMA, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de provimento efetivo de Analista Técnico Agropecuário e Analista Técnico de Laboratório transformados em quinhentos e trinta e nove cargos de provimento efetivo de Fiscal Agropecuário;

II – ficam criados oitenta cargos de provimento efetivo de Fiscal Agropecuário.

Art. 23 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Fiscal Assistente Agropecuário do IMA, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária e Auxiliar em Agropecuária transformados em quatrocentos e seis cargos de provimento efetivo de Fiscal Assistente Agropecuário;

II – ficam criados cento e seis cargos de provimento efetivo de Fiscal Assistente Agropecuário.

Art. 24 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária do IMA, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de provimento efetivo de Analista da Administração e Analista de Apoio Técnico transformados em quarenta e nove cargos de provimento efetivo de Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária;

II – ficam criados sessenta cargos de provimento efetivo de Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária.

Art. 25 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária do IMA, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Técnico Administrativo e Técnico de Apoio Técnico transformados em cento e sessenta e oito cargos de provimento efetivo de Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária;

II – ficam criados cento e vinte cargos de provimento efetivo de Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária.

Art. 26 – Os cargos de provimento efetivo de Ajudante de Serviços Gerais, Oficial de Serviços Gerais, Oficial em Agropecuária, Motorista, Agente Agropecuário, Agente de Administração e Telefonista do IMA existentes na data de publicação desta lei ficam transformados em cento e oitenta cargos de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, ressalvados os seguintes cargos vagos de provimento efetivo, que ficam extintos:

I – noventa e cinco cargos de Ajudante de Serviços Gerais;

II – quinze cargos de Oficial de Serviços Gerais;

III – cento e seis cargos de Oficial em Agropecuária;

IV – dez cargos de Motorista;

V – duzentos e trinta e cinco cargos de Agente em Agropecuária;

VI – duzentos e cinquenta e dois cargos de Agente de Administração;

VII – seis cargos de Telefonista.

Art. 27 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Analista de Desenvolvimento Rural, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de Analista da Administração, Analista de Apoio Técnico e Analista de Desenvolvimento Agrário transformados em oitenta e um cargos de Analista de Desenvolvimento Rural;

II – ficam criados dez cargos de provimento efetivo de Analista de Desenvolvimento Rural.

Art. 28 – Para a obtenção do número de cargos integrantes da carreira de Técnico de Desenvolvimento Rural, fixado no Anexo I desta lei, serão realizados os seguintes procedimentos:

I – ficam os cargos de Técnico em Desenvolvimento Agrário, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo transformados em cento e cinqüenta e cinco cargos de Técnico de Desenvolvimento Rural;

II – ficam criados nove cargos de provimento efetivo de Técnico de Desenvolvimento Rural.

Art. 29 – Os cargos de provimento efetivo de Ajudante de Serviços Gerais, Fiscal de Terras, Oficial de Serviços de Manutenção, Agente de Administração, Oficial de Serviços Gerais, Motorista, Telefonista e Operador da RURALMINAS existentes na data de publicação desta lei ficam transformados em trinta e quatro cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Rural, ressalvados os seguintes cargos vagos de provimento efetivo, que ficam extintos:

I – dez cargos de Ajudante de Serviços Gerais;

II – um cargo de Fiscal de Terras;

III – quatro cargos de Motorista;

IV – quatro cargos de Oficial de Serviços de Manutenção;

V – dez cargos de Operador;

VI – quatro cargos de Agente de Administração.

Art. 30 – Ficam extintos, no Quadro de Pessoal da RURALMINAS, dois cargos vagos de provimento efetivo de Profissional de Nível Superior e um cargo vago de provimento efetivo de Secretária Júnior.

Art. 31 – A identificação dos cargos de provimento efetivo transformados, criados e extintos por esta lei será feita em decreto.

Art. 32 – Os servidores que, na data de publicação desta lei, forem ocupantes de cargos de provimento efetivo lotados nas entidades a que se refere o art. 3º serão enquadrados na estrutura estabelecida no Anexo I, conforme tabela de correlação constante no Anexo II.

Parágrafo único – Após o enquadramento de que trata o "caput", não haverá ingresso nas carreiras de Auxiliar Operacional e de Auxiliar de Desenvolvimento Rural.

Art. 33 – Ao servidor público que, na data de publicação desta lei, for ocupante de cargo de provimento efetivo lotado no IMA será concedido o direito de optar por não ser enquadrado na estrutura das carreiras instituídas por esta lei, observados os seguintes procedimentos:

I – a opção a que se refere o "caput" deverá ser formalizada por meio de requerimento escrito, dirigido ao titular da entidade de lotação do cargo de provimento efetivo ocupado pelo servidor;

II – o prazo para a opção a que se refere o "caput" será de noventa dias, contados da data de publicação do decreto que estabelecer as regras de posicionamento;

§ 1º – O servidor que não fizer a opção de que trata o "caput" será automaticamente enquadrado e posicionado na estrutura das carreiras instituídas por esta lei, na forma de regulamento.

§ 2º – O servidor que optar pelo não-enquadramento, na forma deste artigo, não fará jus às vantagens atribuídas às carreiras instituídas por esta lei.

Art. 34 – Na ocorrência da opção prevista no art. 33, a transformação, nos termos dos arts. 22 a 29 desta lei, do cargo ocupado pelo servidor em cargo de carreira constante no Anexo I somente se efetivará após a vacância do cargo original.

Art. 35 – Fica assegurado ao servidor que for enquadrado nas carreiras de que trata esta lei, nos termos do art. 32, bem como ao que fizer a opção de que trata o art. 33, o direito previsto no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, acrescido pela Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003.

Art. 36 – As tabelas de vencimento básico das carreiras de que trata esta lei serão estabelecidas e aprovadas em lei, atendidas as diretrizes definidas pela Lei de Política Remuneratória, observada a estrutura prevista no Anexo I.

Art. 37 – As regras de posicionamento decorrentes do enquadramento a que se refere o art. 32 serão estabelecidas em decreto, após a publicação da lei de que trata o art. 36, e abrangerão critérios que conciliem:

I – a escolaridade do cargo de provimento efetivo ocupado pelo servidor;

II – o tempo de serviço público estadual no cargo de provimento efetivo que foi transformado em cargo integrante de carreira de que trata esta lei;

III – o vencimento básico do cargo de provimento efetivo percebido pelo servidor na data de publicação do decreto que estabelecer as regras de posicionamento.

Parágrafo único – As regras de posicionamento não poderão acarretar redução da remuneração percebida pelo servidor na data de publicação do decreto que as estabelecer.

Art. 38 – Os atos de posicionamento dos servidores públicos efetivos decorrentes do enquadramento de que trata o art. 32 somente ocorrerão após a publicação da lei que estabelecer e aprovar a tabela de vencimento básico das carreiras de que trata esta lei, bem como do decreto a que se refere o art. 37.

§ 1º – Os atos a que se refere o "caput" somente produzirão efeitos após sua publicação.

§ 2º – Enquanto não ocorrer a publicação dos atos de posicionamento de que trata o "caput", será mantido o valor do vencimento básico percebido pelo servidor ocupante de cargo das carreiras de que trata esta lei na data de publicação do decreto que estabelecer as regras de posicionamento, acrescido das vantagens previstas na legislação vigente.

§ 3º – Os atos de posicionamento a que se refere o "caput" serão formalizados por meio de resolução conjunta, específica para cada entidade, do titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

Art. 39 – O cargo correspondente à função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, cujo detentor tiver sido efetivado em decorrência do disposto nos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescidos pela Emenda à Constituição do Estado nº 49, de 13 de junho de 2001, será transformado em cargo integrante de carreira de que trata esta lei, observada a correlação estabelecida no Anexo II.

§ 1º – Os cargos resultantes da transformação de que trata o "caput" serão extintos com a vacância.

§ 2º – Aplicam-se ao detentor do cargo a que se refere o "caput" as regras de enquadramento e posicionamento de que tratam os arts. 32 e 37.

§ 3º – O detentor de função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 1990, que não tenha sido efetivado será enquadrado na estrutura das carreiras de que trata esta lei apenas para fins de percepção do vencimento básico correspondente ao nível e ao grau em que for posicionado, observadas as regras de enquadramento e posicionamento a que se referem os arts. 32 e 37 e mantida a identificação como "função pública", com a mesma denominação do cargo em que for posicionado.

§ 4º – A função pública de que trata o § 3º extingue-se com a vacância.

§ 5º – O quantitativo de cargos a que se refere o § 1º deste artigo e de função pública de que trata o § 3º deste artigo é o constante no Anexo III.

Art. 40 – O servidor inativo será enquadrado na estrutura das carreiras de que trata esta lei, na forma da correlação constante no Anexo II, apenas para fins de percepção do vencimento básico correspondente ao nível e ao grau em que for posicionado, observadas as regras de posicionamento estabelecidas para os servidores ativos, levando-se em consideração, para tal fim, o cargo ou a função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo único – Ao servidor inativo do IMA fica assegurado o direito à opção de que trata o art. 33 com as mesmas regras estabelecidas para o servidor ativo.

Art. 41 – O servidor do Estado, detentor de cargo efetivo ou ocupante de função pública, que se encontra à disposição do IMA poderá optar por sua absorção no Quadro de Pessoal da autarquia, em cargo equivalente ao que ocupava ou em função equivalente à que exercia no órgão de origem, de acordo com as carreiras instituídas por esta lei.

Parágrafo único – A opção de que trata o "caput" deste artigo deverá ser feita no prazo de trinta dias contados da data da publicação desta lei.

Art. 42 – Será mantida a jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos efetivos da RURALMINAS e do ITER-MG que, em decorrência do disposto nesta lei, forem enquadrados nas carreiras de que trata esta lei.

§ 1º – Aplica-se o disposto no "caput" aos servidores que, na data de publicação desta lei, forem detentores de função pública.

§ 2º – A jornada de trabalho de que trata o "caput" corresponde a trinta ou quarenta horas semanais para os servidores da RURALMINAS, conforme a situação de cada servidor na data de publicação desta lei.

Art. 43 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Anexo I

(a que se referem os arts.1º, parágrafo único, 23, 24, 25, 27, 28, 32, 34 e 36 da Lei nº de de de 2004)

#### 1.1- Estrutura das Carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

##### Carreira de Fiscal Agropecuário

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau												
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	Superior	619	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM
II	Superior		IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J	II K	II L	II M

III	Superior		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIK	IIIL	IIIM		
IV	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVK	IVL	IVM		
V	Pós-graduação "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM		
VI	Pós-graduação "stricto sensu"		VI A	VIB	VI C	VI D	VI E	VI F	VI G	VI H	VI I	VI J	VI K	VI L	VI		

Carreira de Fiscal Assistente Agropecuário

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quanti-dade.	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
I	Intermediário	512	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM		
II	Intermediário		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IIJ	IIK	IIL	IIM		
III	Intermediário		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIK	IIIL	IIIM		
IV	Superior		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVK	IVL	IVM		
V	Superior		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM		
VI	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		VIA	VIB	VIC	VID	VIE	VIF	VIG	VIH	VII	VIJ	VIK	VIL	VIM		

Carreira de Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quanti-dade	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
I	Superior	109	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM		
II	Superior		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IIJ	IIK	IIL	IIM		
III	Superior		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIK	IIIL	IIIM		
IV	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVK	IVL	IVM		

V	Pós-graduação "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM
VI	Pós-graduação "stricto sensu"		VIA	VIB	VIC	VID	VIE	VIF	VIG	VIH	VII	VIJ	VIK	VIL	VIM

Carreira de Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau												
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	Intermediário	288	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM
II	Intermediário		IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J	II K	II L	II M
III	Intermediário		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIK	IIIL	IIIM
IV	Superior		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J	IV K	IV L	IV M
V	Superior		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM
VI	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		VI A	VI B	VI C	VI D	VI E	VI F	VI G	VI H	VI I	VI J	VI K	VI L	VI M

Carreira de Auxiliar Operacional

Jornada de trabalho: 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau												
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I	4ª série do Ensino Fundamental	182	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM
II	4ª série do Ensino Fundamental		IIA	IIB	IIC	IID	II E	II F	II G	II H	II I	II J	II K	II L	II M
III	4ª série do Ensino Fundamental		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIK	IIIL	IIIM
IV	Fundamental		IV A	IV B	IV C	IV D	IV E	IV F	IV G	IV H	IV I	IV J	IV K	IV L	IV M
V	Fundamental		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM
VI	Fundamental		VI A	VI B	VI C	VI D	VI E	VI F	VI G	VI H	VI I	VI J	VI K	VI L	VI M

Carreira de Auxiliar de Desenvolvimento Rural

Jornada de trabalho: 30 ou 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	4ª série do Ensino Fundamental	34	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN	IO	IP
II	Fundamental		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IJJ	IIL	IIM	IIN	IIO	IIP
III	Fundamental		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN	IIIO	IIIP
IV	Intermediário		IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ	IIVL	IIVM	IIVN	IIVO	IIVP
V	Intermediário		IIVA	IIVB	IIVC	IIVD	IIVE	IIVF	IIVG	IIVH	IIVI	IIVJ	IIVL	IIVM	IIVN	IIVO	IIVP

Carreira de Técnico de Desenvolvimento Rural

Jornada de trabalho: 30 ou 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	Intermediário	164	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN	IO	IP
II	Intermediário		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IJJ	IIL	IIM	IIN	IIO	IIP
III	Intermediário		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN	IIIO	IIIP
IV	Superior		IIIVA	IIIVB	IIIVC	IIIVD	IIIVE	IIIVF	IIIVG	IIIVH	IIIVI	IIIVJ	IIIVL	IIIVM	IIIVN	IIIVO	IIIVP
V	Superior		IIIVA	IIIVB	IIIVC	IIIVD	IIIVE	IIIVF	IIIVG	IIIVH	IIIVI	IIIVJ	IIIVL	IIIVM	IIIVN	IIIVO	IIIVP

Carreira de Analista de Desenvolvimento Rural

Jornada de trabalho: 30 ou 40 horas/semana

Nível	Nível de Escolaridade	Quantidade	Grau														
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
I	Superior	91	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IL	IM	IN	IO	IP
II	Superior		IIA	IIB	IIC	IID	IIE	IIF	IIG	IIH	III	IJJ	IIL	IIM	IIN	IIO	IIP
III	Superior		IIIA	IIIB	IIIC	IIID	IIIE	IIIF	IIIG	IIIH	IIII	IIIJ	IIIL	IIIM	IIIN	IIIO	IIIP

IV	Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"		IVA	IVB	IVC	IVD	IVE	IVF	IVG	IVH	IVI	IVJ	IVL	IVM	IVN	IV O	IV P
V	Pós-graduação "stricto sensu"		VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VL	VM	VN	V O	V P

Anexo II

(a que se referem os arts. 32, 39 e 40 da Lei nº , de de de 2004)

2.1- Tabelas de Correlação das Carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA

Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Analista Técnico Agropecuário	Superior	IMA	Fiscal Agropecuário	Níveis I, II e III: Superior;
Analista Técnico de Laboratório	Superior	IMA		Nível IV: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"; Níveis V e VI: Pós-graduação "stricto sensu"
Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Técnico em Agropecuária	Intermediário	IMA	Fiscal Assistente Agropecuário	Níveis I, II e III: Intermediário;
Auxiliar em Agropecuária	Intermediário	IMA		Níveis IV e V: Superior; Nível VI: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"
Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Analista da Administração	Superior	IMA	Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária	Níveis I, II e III: Superior;
Analista de Apoio Técnico	Superior	IMA		Nível IV: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"; Níveis V e VI: Pós-graduação "stricto sensu"
Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da	Entidade	Carreira	Nível de Escolaridade

	Classe			dos Níveis da Carreira
Auxiliar Administrativo	Intermediário	IMA	Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária	Níveis I, II e III: Intermediário;
Técnico Administrativo	Intermediário	IMA		Níveis IV e V: Superior;
Técnico de Apoio Técnico	Intermediário	IMA		Nível VI: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"
Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Ajudante de Serviços Gerais	4ª série fundamental	IMA	Auxiliar Operacional	Níveis I, II e III: 4ª série do Ensino Fundamental  Níveis IV, V e VI: Fundamental
Oficial de Serviços Gerais	4ª série fundamental	IMA		
Oficial em Agropecuária	4ª série fundamental	IMA		
Motorista	4ª série fundamental	IMA		
Agente Agropecuário	Fundamental	IMA		
Agente de Administração	Fundamental	IMA		
Telefonista	Fundamental	IMA		

2.2- Tabelas de Correlação das Carreiras da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS e do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER

Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Órgão ou entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Ajudante de Serviços Gerais	4ª série Fundamental	Fundação Rural Mineira - RURALMINAS	Auxiliar de Desenvolvimento Rural	Nível I: Elementar
Fiscal de Terras				Nível II: Fundamental
Motorista				Nível III: Fundamental
Oficial de Serviços Gerais				Nível IV: Intermediário
Oficial de Serviços de Manutenção				Nível V: Intermediário

Operador				
Agente de Administração	Fundamental			
Telefonista				
Situação Atual			Situação Nova	
Classe	Nível de Escolaridade da Classe	Órgão ou entidade	Carreira	Nível de Escolaridade dos Níveis da Carreira
Auxiliar Administrativo	Intermediário	Fundação Rural Mineira -RURALMINAS	Técnicode Desenvolvimento Rural	Nível I: Intermediário
Técnico Administrativo				Nível II: Intermediário
Técnico em Desenvolvimento Agrário				Nível III: Intermediário Nível IV: Superior Nível V: Superior
Analista da Administração	Superior	Fundação Rural Mineira -RURALMINAS	Analistade Desenvolvimento Rural	Nível I: Superior
Analista de Apoio Técnico				Nível II: Superior Nível III: Superior
Analista de Desenvolvimento Agrário				Nível IV: Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu" Nível V: Pós-graduação "stricto sensu"

Anexo III

(a que se refere o § 5º do art. 39 da Lei nº , de de de 2004)

3.1 Quantitativo de Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda à Constituição nº 49/2001 e Funções Públicas não Efetivadas do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Órgão	Carreira	Quantitativo
Instituto Mineiro de Agropecuária	Fiscal Agropecuário	104
	Fiscal Assistente Agropecuário	128
	Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária	10
	Assistente de Gestão de Defesa	39

	Agropecuária	
	Auxiliar Operacional	140
	Total	421

3.2 Quantitativo de Cargos Resultantes de Efetivação pela Emenda nº 49/2001 e Funções Públicas não Efetivados da Fundação Rural Mineira – RURALMINAS e do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER

Entidade	Carreira	Quantidade
Fundação Rural Mineira - RURALMINAS	Auxiliar de Desenvolvimento Rural	20
	Técnico de Desenvolvimento Rural	15
	Analista de Desenvolvimento Rural	13
	Total	48

Anexo IV

(a que se refere o art. 4º da Lei nº , de de 2004)

4.1- Atribuições das Carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Carreira	Atribuições
Fiscal Agropecuário	Fiscalizar, em todo o território estadual, a inocuidade e qualidade dos produtos de origem animal e vegetal, a sanidade e saúde das populações vegetais e animais e a segurança dos alimentos destinados aos consumidores em consonância com as regras nacionais e internacionais, contribuindo assim para a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente e outras atividades correlatas.
Fiscal Assistente Agropecuário	Executar, sob orientação e supervisão do Fiscal Agropecuário, as atividades de defesa sanitária animal e vegetal, a fiscalização do comércio e o uso de insumos agropecuários, a fiscalização do trânsito de produtos de origem animal e vegetal, a inspeção da produção agropecuária e agroindustrial e a certificação da qualidade de produtos agropecuários e outras atividades correlatas.
Especialista em Gestão de Defesa Agropecuária	Exercer as atividades de gestão administrativa, financeira, logística e correlatas à fiscalização agropecuária, relativas ao exercício das competências legais a cargo do IMA, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para sua consecução e outras atividades correlatas.
Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária	Exercer as atividades de apoio à gestão administrativa, financeira, logística e correlatas à fiscalização agropecuária, relativas ao exercício das competências legais a cargo do IMA, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para sua consecução e outras atividades correlatas.
Auxiliar Operacional	Exercer atividades administrativas, financeiras, logísticas e técnicas operacionais relativas ao exercício das competências legais a cargo do IMA, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para sua consecução e outras atividades correlatas.

4.2- Atribuições das Carreiras da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS e do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER

Carreira	Atribuições
Analista de Desenvolvimento Rural	Planejar, dirigir, fiscalizar, desenvolver, coordenar e executar projetos e programas de infra-estrutura rural e de engenharia civil, agrícola e hidroagrícola, visando ao desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado de Minas Gerais e gerenciar a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros.
Técnico de Desenvolvimento Rural	Participar no desenvolvimento, na supervisão e na execução de projetos, programas de infra-estrutura rural e de engenharia civil, agrícola e hidroagrícola, visando ao desenvolvimento social e econômico do meio rural do Estado de Minas Gerais, bem como atuar na execução e supervisão das atividades inerentes às áreas de recursos humanos, materiais, orçamentárias e financeiras.
Auxiliar de Desenvolvimento Rural	Executar as atividades básicas referentes aos projetos, programas de infra-estrutura rural e de engenharia civil, agrícola e hidroagrícola visando ao desenvolvimento social e econômico do meio rural do Estado de Minas Gerais, bem como atuar na execução das atividades inerentes às áreas de recursos humanos, materiais, orçamentárias e financeiras.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2004.

Ermano Batista, Presidente e relator - Dalmo Ribeiro Silva - Jayro Lessa - Chico Simões - José Henrique.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/6/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Leonardo Quintão

exonerando Adilson Romualdo Neves do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando Gesiel Inacio da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Kennedy Manoel Cardoso do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Débora Mangueira Santos Cardoso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Marcus Vinicius Armond Nunes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Marlene Pereira da Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2004

Objeto: contratação de seguro total para veículos.

Licitante vencedora: Vera Cruz Seguradora S.A.

Eduardo de Mattos Fluiza, Pregoeiro.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Uberlândia. Objeto: cessão de tempo na programação da TVA. Objeto deste aditamento: ampliação do horário de transmissão. Vigência: a partir da assinatura.

## ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 1.753/2004

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/6/2004, na pág. 48, col. 4, no despacho, onde se lê:

"nos termos do art. 188", leia-se:

"nos termos do art. 208".